

## SIMPÓSIO 11

### A CRÍTICA TEXTUAL E OS ESTUDOS FILOLÓGICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Com o desenvolvimento positivo da consciência cultural do povo brasileiro, o resgate da história com fundamentação em documentos e textos autênticos vem se fortalecendo entre nós, como já previa Erich Auerbach (1972, p. 11), ensinando que “A necessidade de constituir textos autênticos se faz sentir quando um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual”. Além disso, a preocupação com os estudos diacrônicos da língua portuguesa, na tentativa de reconstituir fases da produção linguística nacional e a própria história dessa evolução até a constituição do atual quadro do português brasileiro vem exigindo dos pesquisadores a edição filológica de textos que possam documentar com autoridade os elementos linguísticos que foram as causas do seu estado atual. Sem textos autênticos, seria impossível argumentar com autoridade científica a respeito das evoluções da língua. No Brasil, esta consciência está mais fortalecida na Bahia do que em qualquer outra região, mas os trabalhos de crítica textual já se tornam numerosos em todo o Nordeste e no Centro Oeste, além de ter conseguido algum crescimento também nas outras regiões. Edições críticas, interpretativas, diplomáticas e genéticas ou crítico-genéticas aparecem em quase todos os cursos de letras, Brasil a fora, e precisarão surgir mais e melhores para que possamos resgatar a maior parte de nossa cultura ainda preservada em textos, muitíssimos deles absolutamente inéditos, escondidos em arquivos públicos e particulares. Com o resgate desses documentos, os estudos lexicais, semânticos e etimológicos se tornarão mais seguros, porque os contextos em que se desenvolveram, muitas vezes, são fundamentais para o resgate do seu sentido e de sua origem. Enfim, os estudos da língua portuguesa em suas muitíssimas variedades só poderão ser feitos com fundamentos científicos através de documentação escrita resgatada por meio da segura metodologia da crítica textual.

#### COORDENAÇÃO

**José Pereira da Silva**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Acre  
pereira@filologia.org.br

**Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz**

Universidade Estadual de Feira de Santana  
rcrqueiroz@uol.com.br

## A CRÍTICA TEXTUAL E A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

José Pereira da SILVA (UERJ/UFAC)<sup>179</sup>

### 1. Introdução

Pretendemos demonstrar, nesta fala, que a crítica textual é a base para os estudos diacrônicos da língua portuguesa, assim como de qualquer língua, porque os registros linguísticos antigos só se mantiveram através da escrita, a única forma que podia ser fixada até o surgimento das gravações sonoras, apesar de nem sempre os textos serem autênticos.

É óbvio que não é possível reconstituir a história linguística e cultural de um povo sem uma interpretação de seus textos, com a sua tradução ou atualização para o ambiente cultural do leitor. Assim, por exemplo, como se poderiam compreender os ensinamentos bíblicos, reproduzindo simplesmente os textos da época em que foram escritos, em estágios do grego ou do hebraico que nem existem mais?

No entanto, a preservação rigorosa dessas formas antigas é necessária para poderem ser estudadas e compreendidas posteriormente. Recuperar os textos em sua forma mais autêntica possível é a tarefa que nos cabe como filólogos e críticos textuais para que persista a possibilidade de se poder contar a nossa história documentadamente.

Sabendo-se, portanto, que as gravações sonoras surgiram no final do século XIX, ainda com qualidade muito precária e dificilmente recuperável, a história anterior da língua deve ser construída com os textos cientificamente editados, com base na crítica textual.

### 2. A língua e a fala

Sabe-se, naturalmente, que a evolução da língua se dá a partir da sua realização oral e não de sua representação escrita.

No entanto, dado o fato anteriormente registrado, de que os documentos da língua em suas fases anteriores ao final do século XIX só se preservaram na forma escrita e o fato de que a gramática só levava em conta a língua escrita tida como exemplar, não se tem o registro sistematizado das línguas em sua forma viva, oral, falada.

Na verdade, isto ainda é praticamente impossível porque ninguém fala sempre do mesmo modo, seja por causa dos contextos sociais e geográficos em que se encontra, seja pela idade e conhecimento de mundo de cada um ou mesmo do meio de comunicação utilizado (microfone, megafone, telefone etc.). Isto fica evidente, nos primeiros contatos que tivermos, por exemplo, com a *Gramática do Português Falado* (CASTILHO et alii, 1990-2002), com a *Gramática do Português Brasileiro* (PERINI, 2010), com a *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010), com a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* (BAGNO, 2011) etc.

É bom que se diga que a língua continua sendo entendida como Saussure ensinou há mais de um século: “o produto que o indivíduo registra passivamente”, que é o sistema adotado e compreendido pela comunidade. Ao contrário da fala, que é “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 2012, p. 45).

Aliás, aquele é o sentido geral de língua. Tanto que quando se diz que a língua portuguesa é difícil, é porque está se referindo à língua padrão escrita, a língua oficial, que é ensinada na escola, cuja ortografia pode ser decretada pelo Presidente da República.

<sup>179</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: pereira@filologia.org.br.

### 3. A gramática histórica só pode ser estudada com apoio na crítica textual

Não há outro meio seguro para a realização dos estudos da evolução interna de qualquer idioma nas fases anteriores à segunda metade do século XIX, senão a partir da escrita, única forma de registro de suas diversas fases de desenvolvimento.

Mas isto não está relacionado apenas ao fato de que somente a língua escrita era considerada digna de ser ensinada e merecedora de um registro sistematizado na gramática (palavra que herdamos do grego *grammatikê* - a arte de ler e escrever). Até o século XIX, só se concebia a gramática no sentido de gramática normativa, pois a descrição ali apresentada era a que devia ser utilizada para ensino nas escolas, porque só se ensinava a língua no sentido de língua padrão escrita.

A gramática histórica é o registro sistematizado das mudanças que a língua teve em sua evolução, de sua origem documentada até a fase atual. Para isto, naturalmente, será preciso registrar tais diferentes estágios de evolução com exemplos concretos, colhidos em textos autênticos. Textos estes que devem ser editados com rigorosos critérios científicos para evitar informações distorcidas sobre a evolução dos casos exemplificados.

Temos um interessante exemplo de erro consagrado na acentuação gráfica nas letras “i” e “u” quando são as segundas vogais tônicas de um hiato. Como não se cuidou de exemplificar com palavras em que essas letras representassem efetivamente a segunda vogal de um hiato, encontrávamos palavras incorretamente acentuadas, como *Bocaiúva*, *Tauísmo*, *baiúca*, *feiúra* etc., em que não há hiato, porque as duas vogais próximas estão intermediadas por uma semivogal, apesar de encontrarem abonação em numerosas gramáticas.

E essa sistematização não poderia ocorrer senão a partir de um *corpus* representativo e seguro, de documentos escritos das diversas fases da língua, justificada teoricamente com fundamentação histórico-linguística comprovada com segurança.

Os colegas de Mato Grosso, por exemplo, integrando o PHPB (Projeto para a História do Português Brasileiro) e liderados pelo Prof. Elias Alves de Andrade, preocupam-se prioritariamente em preparar documentos que sirvam também para a história sociopolítica de seu Estado. No Rio de Janeiro, com o grupo que tem Afrânio Gonçalves Barbosa como um de seus mais ativos pesquisadores, não prevalece esta preocupação com a história sociopolítica. Na Bahia, em que o número de pesquisadores é bem maior, o leque de seleção é mais amplo, com resgate de documentos religiosos no Mosteiro de São Bento, obras literárias que caíram no esquecimento, peças teatrais modificadas por causa da censura, além de outros.

### 4. A crítica textual nos estudos semânticos, lexicográficos, fonéticos e ortográficos

Assim como na gramática histórica, também não se pode desprezar a crítica textual na semântica, na fonética, na ortografia etc., pois esses elementos precisam ser fundamentados em textos autênticos que abonem a sua evolução e justifiquem ou expliquem a forma atual.

Na semântica, porque sabemos que os contextos socioculturais é que dão os contornos limítrofes dos significados em cada época, a mesma palavra pode ter significados bastante diferentes. Exemplifiquemos com a palavra “telefone”, o aparelho utilizado para falar com alguém que está longe, ou a expressão “enviar mensagem”, na fala de um jovem aqui presente e na fala de um colono português que estivesse em Goiás à caça de ouro. Seguramente, tem pouca semelhança o aparelho usado por D. Pedro II (1877), ao inaugurar a primeira linha telefônica brasileira que ligava a Quinta da Boa Vista ao centro da cidade do Rio de Janeiro (uns 5 km), com os que trazemos no bolso.

Descrever uma língua como algo estático é como descrever uma fotografia de alguém como sendo a pessoa fotografada (sem história e sem relações sociais). Para que essa descrição seja viva, é preciso fazer perceber que a língua se modifica juntamente com os seus usuários, inclusive com influência externa, importada de outras línguas e outras culturas.

## 6. A sociolinguística sincrônica e diacrônica

O que hoje se tornou preocupação atribuída à sociolinguística sempre foi de fundamental importância nos estudos diacrônicos da língua portuguesa. Proveniente do romance lusitano, o português nasceu do latim que se falava e não do que se escrevia ou lia.

Neste ponto, é sempre de bom tom lembrar que a gramática normativa é uma proposta de unificação baseada em uma antologia representativa de uma língua escrita anterior àquela em que é estudada. Por isto, sempre estará de acordo com os textos considerados exemplares para a descrição da língua padrão escrita que deve ser usada nas situações formais e na escola.

Considerada assim, a gramática normativa se baseará em textos escritos e deve utilizar edições criticamente estabelecidas, edições que representem o que efetivamente quiseram escrever os seus autores, porque é constrangedor ao gramático reconhecer que o exemplo abonador utilizado está em desacordo com a versão autêntica do autor citado.

A gramática normativa não é o registro da língua viva, mas de uma hipotética língua padrão. Por isto, indiretamente, é sempre a interpretação do seu autor, que pode divergir de outros conceituados gramáticos contemporâneos, sem com isto perder o seu legítimo valor acadêmico e científico, porque não deixa de ser uma gramática descritiva da língua escrita exemplar de seu tempo.

É importante também que a seleção de exemplos abonadores da descrição linguística nas gramáticas seja feita com base em textos autênticos e criteriosamente estabelecidos, para não se declarar ser exemplo de um autor algo que não representa a sua vontade, algo que ele não escreveu.

Mesmo sem deixar de utilizar a língua escrita, a gramática normativa pode e deve mostrar as mudanças linguísticas que continuam ocorrendo, visto que as obras literárias, ou não, registram também tal fato, tanto em relação aos aspectos regionais, quanto aos aspectos sociais, culturais, contextuais etc., através da fala dos personagens, na ficção, ou na citação textual, em entrevistas.

Enfim, a história não acabou no passado. Continuamos fazendo a história e fazendo a evolução da língua que falamos ou que escrevemos. A sociolinguística registra a variação e mudança linguística para a posteridade; o que raramente se fez no passado, quando a língua prestigiada era sempre a língua escrita e a língua da geração mais antiga.

## 7. Considerações finais

Enfim, sem a crítica textual, não se pode conhecer a história das línguas nem das ciências; nem a própria evolução humana.

Como se viu, a crítica textual trata do estabelecimento de textos para serem publicados, podendo estes ter formas ou modalidades diversas de edição, dependendo do seu objetivo, do destino a que a elege o editor ou do público alvo que pretende servir, não se restringindo à edição crítica, como costumam pensar algumas pessoas, inclusive porque esta, às vezes, é absolutamente inviável.

Ultimamente, o projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) constitui um dos mais importantes na preparação de edições específicas para a produção de uma boa gramática histórica da língua portuguesa. Outros projetos, no entanto, têm outras preocupações importantes, como o da coleção *Memória Colonial do Ceará* (com 12 tomos

publicados), que faz uma edição simultaneamente diplomático-interpretativa e fac-similar, para servir aos historiadores em geral e aos linguistas, sem priorizar a atenção a estes, assim como o projeto *da Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira* (com 21 tomos publicados), preocupada com a produção de fontes para a história sociocultural, das ciências e da tecnologia.

Com registros mais seguros das formas escritas da língua em seus diferentes estágios e nas diversas regiões, é possível preparar um estudo excelente da sua evolução e das suas diferentes variações.

### Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves; MÓDOLO, Marcelo. (Coords.). *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_ et alii (Orgs.). *Gramática do português falado*. 8 vol. Campinas: Unicamp, 1990-2002.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 34. ed. [São Paulo]: Cultrix, 2012.

### Anexo

#### **Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos Edição Semidiplomática**

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas serão desenvolvidas, marcando-se - em itálico - as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
  - a) A norma não se aplica às abreviaturas hoje em uso corrente ou fixadas em dicionários. Exemplos: “*etc.*”, “*Sr.*”, “*Sr.<sup>a</sup>*”, “*ltda.*”, “*Cia*”, “*V. Ex*” e “*D.*” permanecem inalteradas.
  - b) Respeitar, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “*munto*”, que leva a abreviatura “*m.<sup>to</sup>*” a ser transcrita “*munto*”.
  - c) No caso de variação no próprio documento ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “*Deos*” e “*Deus*”, que levam a abreviatura “*D.<sup>s</sup>*” a ser transcrita “*Deus*”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “*epor*” “*ser*”; “*aellas*”; “*daPiedade*”; “*omninino*”; “*dosertaõ*”; “*mostrandoselhe*”; “*achandose*”; “*seseque*”.

4. A pontuação original será mantida. No caso de espaço maior intercalar deixado pelo escriba será marcado [espaço]. Exemplo: “que podem prejudicar. [espaço] Os dias passam ninguém aparece”. Serão observados dois casos especiais:

a) Em relação a trechos que demandem maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, o editor incluirá, em nota de rodapé, uma possível interpretação. Exemplo: Na edição teríamos, “Tenho uma criada que | dice que sabia fazer tudo | que eu mandace ella | fazer emtaõ perguntei | e Paõ doce voce sabe fazer | sei emtaõ mando todos | os sabados fazer.” Em nota teríamos, “Nota 1: Tenho uma criada que dice que sabia fazer tudo que eu mandace ella fazer. Emtaõ perguntei: 憫 E Paõ doce, voce sabe fazer? 憫 ‘Sei’. Emtaõ mando todos os sabados fazer.”

b) A sinalização [espaço] não se aplica aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, devendo o editor estabelecer o intervalo conforme o original.

5. A acentuação original será mantida. Exemplos: “aRepublica”; “docomercio”; “edemarkando tambem lugar; “Rey D. Jose”; “oRio Pirahy”; “oexercicio”; “que hé munto conveniente”; “fomos a ele”; “fomos á ele”; “fomos à ele”. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, serão mantidos como no original. Exemplos: “; “atira- | mos” e “atira= | mos”.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. No caso dos impressos, eventuais erros de composição serão marcados com (*sic*) logo após o vocábulo e remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo, “Nota 1: Acawado por acamado.”. Se for inevitável, por limites do editor de textos, o erro será descrito. Exemplo, “Nota 2: A letra <a> inicial de ‘affirma’ está invertida”

8. No caso dos manuscritos, eventuais grafias diferenciadas serão remetidas para nota de rodapé, onde se registrará(rão) sua(s) variante(s) mais comum(ns) e, quando possível, considerações sobre a variação em si. Exemplos, “Nota 1: ‘que eu afamado livro’ provavelmente ‘que meu afamado livro.’” Talvez a escrita de eu por meu possa indicar lapso de escritura ou erro de cópia; “Nota 2: Pirassocunda possível variante de Pirassununga: talvez a oscilação de grafia indique instabilidade para a escrita de termos Tupi”;

9. Inserções do escriba ou do copista, para não conferir à mancha gráfica um aspecto demasiado denso, obedecem aos seguintes critérios:

a) Se na entrelinha do documento original, entram na edição em alinhamento normal e entre os sinais: < >; <↑>, se na entrelinha superior; <□>, se na entrelinha inferior. Por exemplo: “em dezembro recebi <↑todos> os senadores em casa”. Se houver palavra(s) riscada(s) abaixo da inserção, devesse haver menção ou, conforme sua legibilidade, transcrição em nota de rodapé. Exemplos, “Nota 1: abaixo de <↑todos> há palavra suprimida”; “Nota 2: abaixo de <↑todos> foi riscado ‘dentre’.”

b) Se nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>. Caso seja necessário, ficará em nota de rodapé a devida descrição da direção de escritura ou quaisquer outras especificidades. Exemplo: “nota 1: Escrito verticalmente de cima para baixo”.

10. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplos: “todos ~~ninguem~~ dos presentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro”. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a

coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireção opaço.

11. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer em nota de rodapé informando-se a localização. Exemplos, “Nota 1: À direita do título encontra-se escrito por outro punho: ‘copiado’”; “Nota 2: Na margem inferior encontra-se escrito por outro punho: ‘página 18’”; “Nota 3: Na margem superior encontra-se o carimbado ‘Arquivo Nacional’”.

12. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: “não deixe passar neste [registro] de Areas”. Quando houver dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão será posto entre colchetes e em itálico. Exemplos: ent[re]gue o [rapaz].; “faça venda a duas b[arric]as de vinho”.

13. Letra ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[.]r.”; “É assim [ilegível.] em Java”; “É assim [ilegível + 2 linhas] em Havana.” Caso suponha ser extremamente necessário, o editor indica em nota a causa da elegibilidade: corroído, furo, borrão, rasura, etc.

14. Letra ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, justificam intervenção do editor com a indicação entre colchetes conforme o caso: [?] para letras, [inint.] para vocábulos e [inint. + n linhas] para a extensão de trechos maiores. Exemplos: “É assim pe[?]r.”; “É assim [inint.] em Java”; “É assim [inint. + 2 linhas] em Havana.”

15. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo será indicada pela marca de duas barras verticais. Exemplo: “Es- | taes pois muito atrazado, ponde-vos na | pira meu ignorantão. || Seria bonito que todas as.”

16. A mudança de fólio ou página receberá a marcação entre colchetes conforme o caso:

a) Se em documentos manuscritos, com o respectivo número e indicação de frente ou verso. Exemplos: [fol. 1r]; [fol. 1v]; [fol. 2r]; [fol. 2v]; [fol. 3r]; [fol. 3v]; [fol. 16r].

b) Se em documentos impressos, indicação de página. Exemplos: [p. 1]; [p. 2]; [p. 3]; [p. 19].

17. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

18. Os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, serão sublinhados e indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples, Bernardo Jose de Lorena; sinal público, [Bernardo Jose de Lorena].

19. Informações que o editor julgar significativas sobre a diagramação e *layout* do texto em impressos devem aparecer em nota de rodapé.

Fonte: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>

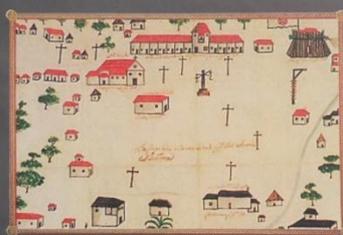
*Memória Colonial do Ceará*  
1731 - 1739



*Volume 3*

*Kapa Editorial*

*Memória Colonial do Ceará*  
1740 - 1744



*Volume 4*

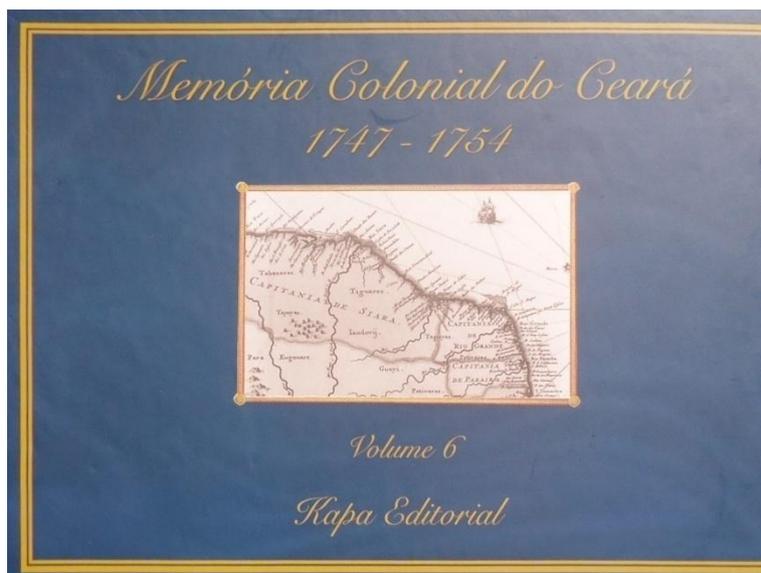
*Kapa Editorial*

*Memória Colonial do Ceará*  
1744 - 1746



*Volume 5*

*Kapa Editorial*



## A CRÍTICA TEXTUAL E SUA RELEVÂNCIA PARA TRABALHOS LEXICOGRÁFICOS DE PERSPECTIVA HISTÓRICA

Flávio de Aguiar BARBOSA (UERJ<sup>180</sup>)

**Resumo:** é grande a relevância da Crítica Textual para a Lexicografia Histórica, especialmente na datação e registro de grafias. Relato neste trabalho a atividade de datação dos verbetes do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), na qual se usaram, na busca de documentações, 1) dicionários etimológicos; 2) outros dicionários de várias épocas; 3) dicionários históricos e índices analíticos de textos históricos. Todas essas obras devem à Crítica Textual o estabelecimento dos textos citados. Também homenageio Antônio Geraldo da Cunha, filólogo e lexicógrafo que se dedicou à fundamentação de trabalhos de cronologia vocabular. Seu grande projeto era o Dicionário da Língua Portuguesa baseado em princípios históricos, desiderato que ainda desafia os lexicógrafos.

**Palavras-chave:** Crítica Textual. Lexicografia. Cronologia Vocabular. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

### 1. Introdução

Neste trabalho, destacarei a relevância dos trabalhos de Crítica Textual para a Lexicografia, baseado na experiência de elaboração do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (DHouaiss), cuja primeira edição foi lançada em 2001. Tal relevância é maior nos estudos de perspectiva histórica, quando se busca descrever a etimologia das palavras e estabelecer seu percurso de transformações léxico-semânticas, gramaticais ou mesmo ortográficas ao longo da história da língua.

### 2. O Dicionário Houaiss da língua portuguesa

O DHouaiss representa uma grande contribuição para a lexicografia em língua portuguesa. Foi idealizado pelo filólogo Antônio Houaiss e resulta de anos de estudos e anotações, refletindo toda sua erudição e visão arguta de nossa língua. Na fase de realização, a obra ainda contou com a fundamental participação de Mauro Villar, lexicógrafo que formulou muitas das características estruturais da obra e levou sua redação a um termo exitoso, coordenando habilidosamente uma numerosa equipe de redatores que trabalhou de modo entrosado principalmente no Brasil e em Portugal, mas também em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Dois características distinguem o dicionário Houaiss da maioria das demais obras lexicográficas disponíveis: 1) o esforço para alcançar o âmbito lusofônico de descrição, com contratação de profissionais de diferentes países de língua portuguesa para realizar pesquisas abrangentes a respeito da diversidade do vocabulário da língua portuguesa; 2) a perspectiva filológica, com consistente embasamento histórico na estruturação dos verbetes. A própria ordenação das acepções muitas vezes é feita cronologicamente; as etimologias são comparativamente muito mais desenvolvidas em relação ao que se verifica na maioria dos dicionários gerais de língua portuguesa; ao fim de cada etimologia, costuma haver remissões a

---

<sup>180</sup> Doutor em Língua Portuguesa e Professor Adjunto de Filologia Românica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lexicógrafo, com participação em uma série de dicionários da linha Houaiss, entre outros. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: flavio.ag.barbosa@gmail.com.

elementos mórficos, verbetes nos quais a ligação de determinado morfema com sua base etimológica é estabelecida, assim como muitas vezes, a partir de um étimo, relacionam-se formações lexicais em português e em outras línguas românicas. Ademais, costuma-se partir da forma primitiva latina, grega ou de outra língua, descrevendo-se suas derivações na língua de origem e, a cada passo, as palavras portuguesas geradas como efeito desses desenvolvimentos, em extensos exemplários.

O DHouaiss é, portanto, obra essencial para os interessados nos estudos de História da Língua Portuguesa. Essa característica também se deve a mais uma das integrantes da equipe: a saudosa professora Maria Helena Duarte Marques, que coordenou a equipe de etimologia e datação e zelou pelo projeto de Antônio Houaiss, de abordagem filológica cuidadosa e aprofundada para tratamento etimológico dos verbetes.

Minha participação no empreendimento lexicográfico foi justamente integrando a equipe de etimologia, como redator datador. Tinha, portanto, a atribuição de pesquisar as ocorrências mais recuadas das palavras, apurando as datações que figurariam nos verbetes (a data mais recuada para qualquer registro da palavra) e em determinadas acepções (a data mais recuada para um determinado sentido, ou uma determinada classe, da palavra).

Considerando-se a exiguidade do prazo para o desenvolvimento de pesquisas originais a partir de fontes primárias e também a inexistência de dicionários que reunissem a grande quantidade de referências de cronologia vocabular esparsas, o trabalho de datação foi, em grande parte, o de coligir fontes e compilar informações, fazendo também, quando possível, pesquisas originais, principalmente em casos de usos mais recentes, cuja datação não era encontrável em outras referências.

### 3. Fontes usadas para a datação do dicionário Houaiss

Nesse nosso trabalho de perspectiva histórica, as referências elaboradas a partir de trabalhos de Crítica Textual foram de fundamental importância.

A atividade de datação dos verbetes do DHouaiss foi principalmente um grande trabalho de compilação e ordenação de referências esparsas em uma época na qual os recursos de internet ainda não eram tão acessíveis como hoje. Nossas fontes de consulta foram

a) dicionários etimológicos, principalmente os de Antônio Geraldo da Cunha (1986), José Pedro Machado (1977) e Antenor Nascentes (1952);

b) dicionários de várias épocas, como os de Raphael Bluteau (1712-1728), diversas edições do dicionário de Antônio de Moraes Silva (1789, 1813, 1858, 1877), obras de Joaquim de Santa Rosa Viterbo (1798-1799), Solano Constâncio (1836), Domingos Vieira (1871), Sebastião Rodolfo Dalgado (1919-1921), entre outros;

c) índices analíticos ou dicionários históricos feitos a partir desses índices: uma das principais referências históricas consultadas nesse gênero foi o *Índice do Vocabulário do Português Medieval*, idealizado por Antônio Geraldo da Cunha, que à época ainda estava armazenado em fichas na Fundação Casa de Rui Barbosa. Hoje esse material já está publicado no *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006). Ademais, tivemos acesso a outros índices e dicionários históricos organizados principalmente por Antônio Geraldo da Cunha, que, até seu falecimento em 1998, subsidiou os trabalhos de datação com pesquisas originais, além dos trabalhos elaborados ao longo de sua carreira.

Ressalte-se que, principalmente para a elaboração das referências do terceiro item discriminado anteriormente, é essencial a disponibilidade de edições confiáveis de textos de várias épocas em língua portuguesa. Essa é uma condição *sine qua non* para que se estabeleçam cronologias vocabulares. Assim, os lexicógrafos devem ter consciência da importância de uma sólida formação filológica e também linguística, para lidar com questões

diacrônicas; para, também à luz das informações históricas e das de uso contemporâneo, dar conta do papel normativo que se espera de um dicionário, sem, por outro lado, deixar de lado o registro da diversidade da língua portuguesa; para tratar de outras questões técnicas, como delimitação de unidades lexicais plurivocabulares, exposição de informações gramaticais, registro de acepções de nível geral e de nível especializado da língua, pesquisa e o registro de informações etimológicas. Adicionalmente a essa formação, a parceria entre Crítica Textual e Lexicografia é muito valorizada pelos dicionaristas, pois, como já foi registrado, esses profissionais precisam de edições confiáveis dos textos que compõem seu *corpus*.

#### 4. Os estudos de etimologia e cronologia vocabular de Antônio Geraldo da Cunha

A contribuição de Antônio Geraldo da Cunha para essa linha de trabalho lexicográfico é inestimável. O grande projeto do saudoso filólogo era elaborar um grande Dicionário da Língua Portuguesa baseado em princípios históricos, projeto para o qual, segundo ele mesmo dizia em suas aulas, seriam necessárias décadas de trabalho contínuo. Infelizmente, A.G. Cunha nunca conseguiu financiamento para levar adiante seu grande Projeto, o que não o impediu de segmentá-lo em pesquisas menores que seguiam aproximadamente a mesma metodologia.

Definido o escopo de determinado dicionário ou índice analítico, tal metodologia passava pela escolha das edições a serem usadas, além da confecção de fichas com ocorrências datadas, com classificação gramatical e, sempre que necessário, esclarecimento do significado geralmente por sinonímia; além disso, as fichas ainda traziam referências para localização da ocorrência no texto da edição usada no trabalho, transcrição do contexto de ocorrência da palavra, com sua grafia histórica preservada.

Uma boa ilustração de registro de informações lexicográficas em que se aproveitam registros feitos a partir desse sistema de trabalho é o seguinte:

**portento** — *portemto* c1539 JCasD 89.4... (CUNHA, 1986, Suplemento, p. 74)

Na citação anterior, feita a partir do *Dicionário etimológico Nova Fronteira*, a abreviação que sucede à datação e à forma histórica refere-se à seguinte entrada bibliográfica, na qual também há esclarecimentos a respeito das referências numéricas “89.4”:

JCasD = D. JOÃO DE CASTRO, *Roteiro de Goa a Diu* [c1539] in *Obras Completas de —*. Edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque. Vol. II, págs. 11-163, Coimbra, 1971 [Citam-se, nas transcrições, os números da página e da linha].

O *Dicionário etimológico Nova Fronteira* (DENF, 1986) foi uma obra na qual A.G. Cunha pôde apresentar algo assemelhado a seu ideal de dicionário histórico da língua portuguesa. Entretanto, limitações de espaço para fornecer tantas informações e também a falta de tempo para desenvolver um projeto mais grandioso não possibilitaram que esse dicionário espelhasse mais fielmente sua proposta lexicográfica. Não obstante, o DENF foi por muito tempo (ao lado do dicionário de José Pedro Machado) uma das únicas obras a trazer informações sistematizadas de cronologia vocabular respeitantes à Língua Portuguesa.

Entre as obras nas quais o eminente filólogo e lexicógrafo se dedicou a aspectos específicos do vocabulário português, cabe ressaltar, excetuando o vocabulário do português medieval, já mencionado anteriormente:

a) índices analíticos de obras de Luís de Camões — o *Índice analítico do vocabulário de 'Os Lusíadas'* (1980) e o *Índice analítico do vocabulário dos sonetos da 1ª edição (1595) das "Rythmas" de Camões* (1995);

b) estudos etimológicos que também trazem informações de cronologia vocabular — *Influências eslávicas na língua portuguesa* (1953-1956);

c) Dicionários históricos ricos em abonações cronologicamente progressivas, que também contêm propostas etimológicas e breves definições sinonímicas nos verbetes — *Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi* (1989) e *Os estrangeirismos da língua portuguesa: vocabulário histórico-etimológico* (2003).

Além disso, o professor Antônio Geraldo da Cunha sempre propunha, nos cursos de lexicografia que ministrava, a elaboração de índices analíticos ou de índices de frequência como trabalho final de seus alunos — foi o que fez na UERJ, em 1997, quando esteve como professor convidado no nosso Mestrado em Língua Portuguesa, ainda recém-criado à época. Ele mesmo tinha uma série de pesquisas não publicadas, que aproveitava em atualizações de seu próprio dicionário etimológico e em outras empreitadas (como a do DHouaiss). Em última análise, é possível afirmar que, em seu espírito sistemático e empreendedor, conforme as próprias possibilidades ele ia cobrindo domínios lexicais e períodos cronológicos para, mesmo sem os recursos adequados, preparar paulatinamente seu grande Dicionário.

## 5. Rumo ao dicionário histórico da língua portuguesa

Em 1996, por ocasião da realização do I Fórum de Estudos Linguísticos da UERJ, Antônio Geraldo da Cunha afirmou o seguinte a respeito do estado da Lexicografia Histórica Portuguesa:

Faltam-nos trabalhos voltados para a história do nosso vocabulário. Não dispomos ainda de um dicionário do português medieval (séculos XIII, XIV e XV); o século XVI, tão importante para o enriquecimento do nosso léxico, não foi ainda estudado satisfatoriamente; quanto ao material lexicográfico dos séculos XVII a XX, nada ou quase nada foi feito. Não dispomos de trabalhos exaustivos sobre os vocabulários de escritores tão importantes como Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Frei Heitor Pinto, e tantos outros do século XVI; os léxicos do Pe. Antônio Vieira, de D. Francisco Manuel de Melo, de Francisco Rodrigues Lobo e de tantos outros do século XVII só foram estudados de forma parcial, sem a exaustividade que seria necessária; os grandes escritores dos séculos XVIII, XIX e XX, de Portugal e do Brasil, também não mereceram um exame mais minucioso no tocante ao seu vocabulário... (CUNHA, 1997, p. 319).

Nos últimos 17 anos, alguns avanços no quadro descrito por A.G. Cunha foram possíveis. O dicionário Houaiss, como já se afirmou, prestou a contribuição de reunir diversas informações cronológicas, acrescentando a elas mais pesquisas originais; os novos recursos digitais facilitaram a publicação de referências como o *Vocabulário do português medieval*, embora o Dicionário do Português Medieval ainda não tenha sido preparado.

O DHouaiss vem sendo atualizado no que diz respeito ao registro de datações, embora esse trabalho não venha sendo possível com a continuidade desejada, devido à falta de recursos. Não obstante, fizeram-se empreendimentos de reformulação; uma série de fontes voltou a ser consultada mais minuciosamente do que na empreitada original, em busca de novas datações, como, por exemplo, o monumental *Dicionário dos dicionários portugueses* (MESSNER, 1994-2007), além de *Tratados da terra e da gente do Brasil* (CARDIM, a1583) e *Vocabulário brasileiro* (RUBIM, 1853). Ainda se contou com informações prestadas por

vários filólogos interessados em contribuir para o aperfeiçoamento das informações cronológicas prestadas no dicionário: o Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia recebe generosas mensagens com subsídios de pesquisadores que, ao fazerem edições de textos históricos, encontram ocorrências mais recuadas do que as datações dos verbetes; tais contribuições são inestimáveis para o aperfeiçoamento da obra<sup>181</sup>.

Outros projetos de pesquisa que ainda não resultaram em referências lexicográficas publicadas certamente trarão contribuições essenciais para a linha de trabalho em questão. Dois deles são o do *Dicionário Histórico do Português do Brasil*, idealizado por Maria Teresa Biderman e atualmente coordenado por Clotilde Azevedo Murakawa (Unesp/Araraquara) [MURAKAWA, 2010; CRISTINO, 2013], e o *Grupo de Morfologia Histórica do Português*, coordenado por Mário Eduardo Viaro (USP). Esses projetos têm a vantagem de serem vinculados a universidades, recebendo financiamento regular de instituições de fomento; também gozam da grande facilidade de contarem com *corpora* informatizados, o que agiliza e dá sistematicidade à pesquisa histórica.

A Comissão de Lexicografia da Academia Brasileira de Letras também vem contribuindo para o progresso da linha de estudos em pauta, com trabalhos como o *Índice do vocabulário de Machado de Assis* (Academia Brasileira de Letras, s/d). O índice, bastante completo, pois compreende as obras em prosa, poesia e teatro do autor, ficaria ainda mais informativo com registro de ocorrências contextualizadas em suas grafias históricas, com datações, o que seria interessantíssimo na perspectiva dos estudos de cronologia vocabular. Há outros projetos em curso: preparam-se o *Dicionário de Machado de Assis* e o *Dicionário Ortoépico da Língua Portuguesa* (SCATIMBURGO, 2010, p. 8).

Por sua vez, o Dicionário Houaiss continuará ocupando seu espaço de dicionário geral, útil como referência sincrônica a respeito da Língua Portuguesa e, ao mesmo tempo, com abordagem diferenciada para os consulentes interessados em informações históricas.

Quando concluídos, esses projetos têm chances de levarem a Lexicografia Portuguesa a um ponto muito mais próximo do ideal do Dicionário da Língua Portuguesa baseado em princípios históricos, perseguido por A.G. Cunha. Mais uma vez, a Crítica Textual é a área teórica à qual se deve o estabelecimento dos textos usados nas datações e estudos etimológicos das obras em preparação. Sucesso às equipes da professora Clotilde, do professor Eduardo e da Academia Brasileira de Letras em seus empreendimentos! Sucesso, datadores do Instituto Houaiss, no afã de rever registros e datar verbetes ainda lacunosos de informações cronológicas!

## Referências bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DA LETRAS. **Índice do vocabulário de Machado de Assis**. s/d. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=649>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

CARDIM, Fernão [Padre]. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Introduções e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Rio de Janeiro, 1925 [a1583].

CONSTÂNCIO, Solano. **Novo dictionario critico e etymologico da lingua portuguesa**. Paris: Angelo Francisco Carneiro Junior Tip. de Casimir., 1836.

<sup>181</sup> Os pesquisadores que desejarem prestar sua contribuição ao dicionário Houaiss devem escrever para o endereço eletrônico “[redacao@iah.com.br](mailto:redacao@iah.com.br)”.

CRISTINO, Luiz Gustavo. Língua forjada na colônia: primeiro dicionário histórico do português do Brasil revela hábitos e práticas do país até 1808 e mostra transformação do idioma ao longo do tempo. **Revista Unesp Ciência**, ano 3, n. 25, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.unesp.br/revista/25>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Os estrangeirismos da língua portuguesa**: vocabulário histórico-etimológico. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

\_\_\_\_\_. O vocabulário português: perspectivas para a realização de estudos lexicológicos e de trabalhos lexicográficos nos países de língua portuguesa. In: PEREIRA, Maria Teresa G. **Língua e linguagem em questão**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Índice analítico do vocabulário dos sonetos da 1ª edição (1595) das “Rythmas” de Camões**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, Liceu Literário Português, Real Sociedade Portuguesa de Socorros D. Pedro V e Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Dicionário histórico de palavras portuguesas de origem tupi**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

\_\_\_\_\_. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. **Índice analítico do vocabulário de ‘Os Lusíadas’**. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Presença, 1980. 2 v.

\_\_\_\_\_. Influências eslávicas na língua portuguesa. **Revista da Academia Fluminense de Letras**, v. 6, 7, 8 e 9. Niterói, 1953-1956.

DALGADO, Sebastião Rodolfo. **Glossário luso-asiático**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919-1921. 2 v.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006. 1 CD-ROM.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3 ed. Lisboa: Horizonte, 1977. 5 v.

MESSNER, Dieter. **Dicionário dos dicionários portugueses**. v. I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XXI, XXIII, XXIV, XXVI, XXXVI, XLV. Salzburg, 1994-2007. Bibliotheca Hispano-Lusa.

MORAIS SILVA, António de. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes... Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789 [2 ed., 1813; 6 ed., 1858; 7 ed., 1877; 10 ed., 1949-1958.].

MURAKAWA, Clotilde de A. Azevedo. Dicionário histórico do português do Brasil: problemas e soluções. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. V. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010. p. 237-252.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932 [v. 2, nomes próprios: 1952]. 2 v.

RUBIM, Bras da Costa. **Vocabulário brasileiro** para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Typographia Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial, 1853.

SCATIMBURGO, João de. A língua portuguesa na ABL hoje. **Revista Brasileira**, fase VII, ano XVII, n. 65, nov.-dez. 2010.

VIARO, Mário Eduardo. **Grupo de Morfologia Histórica do Português**. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

VIEIRA, Frei Domingos Luís. **Grande dicionário portuguez ou thesouro da lingua portuguesa**. Porto: Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, 1871-1874. 5 v.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidario das palavras, termos e frases...** Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799. 2 v.

## A VERSÃO LATINA DO RELATO DE VIAGEM DE ULRICO SCHMIDL SOB O OLHAR DA FILOLOGIA TEXTUAL

Thissiane FIORETO (UNESP/Assis<sup>182</sup>)

**Resumo:** Um soldado bávaro passa anos em expedição pela América do Sul. Ao regressar à Europa relata suas impressões sobre essa terra. Isso poderia ser ficção, mas é o que aconteceu com Schmidl após uma aventura que durou 17 anos pela região do Prata. O relato teve várias edições, em várias línguas, e ficou conhecido como *Viaje al Río de la Plata*. O artigo apresentado é parte do projeto de pesquisa que tem por objetivo realizar um trabalho de investigação, sob uma metodologia filológica, notadamente da edição em latim, publicada em 1599, com o intuito de resgate do documento.

**Palavras-chave:** Relato de viagem. Ulrico Schmidl. Viaje ao Rio da Prata. Filologia textual. Língua latina.

### 1. Introdução

Todo texto tem sua história de transmissão, isso porque, como já se sabe, a cada cópia que se faz dele, num ato voluntário ou involuntário de quem o copia, muda-se a sua constituição. Sendo assim, a proposta de trabalho em questão, a partir da constatação de que os textos sofrem modificações ao longo de seu processo de transmissão, é a investigação do relato de viagem, em sua versão latina, escrito pelo alemão Ulrico Schmidl, com a intenção de resgate e preservação do documento.

O relato de viagem, que foi editado várias vezes e em várias línguas, trata dos percalços pelos quais passaram os europeus até chegarem à região do Prata, do contato com os indígenas e da fundação dos primeiros povoados espanhóis na região sul do Novo Continente que, anos mais tarde, integrariam países como Argentina, Paraguai e Brasil. O autor apontou a busca por metais preciosos como sendo o principal objetivo dos europeus, além da expansão da fé cristã e do fortalecimento de posições estratégicas como forma de tentar evitar a presença de navios estrangeiros na região.

O relato se difundiu rapidamente pela região alemã e foi reeditado várias vezes até as primeiras décadas do século XVII. Grande parte das publicações foi ilustrada pelas casas impressoras de Theodoro de Bry e Levinus Hulsius, editores protestantes que incluíram a crônica em suas coleções de narrativas de viajantes.

Sabendo então da complexa história de transmissão desse documento, e por concordar com Teixeira (2006, p. 113-114) que o trabalho fundamental da Filologia (Textual) é recolher, colecionar, comparar, restaurar e restituir, dentro do possível, a autenticidade dos textos, contribuindo, por consequência, para a preservação do patrimônio cultural produzido pela humanidade, este artigo objetiva investigar, sob uma perspectiva filológica, a edição em latim do relato de Schmidl.

### 2. A busca pelo resgate e pela compreensão do documento.

Antes de investigar o relato do soldado bávaro é preciso esclarecer o que é e de que trata o trabalho filológico.

---

<sup>182</sup> UNESP/Assis, Brasil. E-mail: thifioreto@yahoo.com.br

É preciso compreender que reconstituir um texto, buscar sua autenticidade, determinar a data ou, pelo menos, a época em que um documento foi escrito, esclarecer quais são suas fontes, buscar e compreender as circunstâncias de sua produção, estudar-lhe as particularidades lingüísticas e literárias, estabelecer critérios para a edição e publicação de um texto, editar são atribuições do labor filológico - ofício antigo, do qual já se ocuparam gregos e romanos e do qual estudiosos continuam a se ocupar em busca de resgatar e de compreender textos escritos dentro de seu contexto histórico, social e literário.

No entanto, há quem concorde com Silva Neto ao afirmar que a Filologia não goza de bom conceito na contemporaneidade por, muitas vezes, ser erroneamente confundida com o simples conhecimento prático da língua e, o que é pior, por ser caracterizada como aquela que, com visão míope, fiscaliza os exageros e as supostas incorreções ocorridas nos textos, conferindo ao filólogo o título comum e ao mesmo tempo pejorativo de “purista”, figura tão propícia ao ridículo (SILVA NETO, 1976, p. 13).

É correto afirmar, porém, que com a preocupação da fidelidade ao documento que cada texto significa, os estudos filológicos se ocupam da busca pelo resgate e pela compreensão, por meio de textos, da produção intelectual escrita de uma determinada sociedade.

Sendo assim, a Filologia pode ser compreendida como a ciência humanística que tem por finalidade o estudo da língua, em toda a sua amplitude, e dos documentos escritos, com a finalidade de averiguar o sentido de um texto e, ao mesmo tempo, interpretá-lo na medida do possível, dentro do contexto histórico em que foi redigido, restaurando o original sempre que possível (ARAÚJO, 1999, p.55); assim, importa ressaltar que o seu objeto de estudos é o texto escrito, seja ele manuscrito ou impresso.

Para que isso seja possível, de acordo com os princípios atuais, o trabalho filológico compreende três etapas: a Crítica Textual, a Crítica Histórico-Literária (ou a chamada Filologia do Texto) e a Edição.

A Crítica Textual, considerada também disciplina integrante da Ecdótica, pode ser compreendida, segundo Azevedo Filho (1987, p. 16), como “operação absolutamente necessária ao perfeito entendimento de um texto, ou à sua completa interpretação filológica, segundo critérios que melhor possam aproximá-lo da última vontade consciente do autor”, ou seja, essa etapa do trabalho filológico é a responsável pela reconstituição do texto, apresentando, tanto quanto possível, a sua forma genuína.

Os procedimentos prescritos pela chamada Crítica Textual moderna, cuja base está nos estudos do alemão Karl Lachmann e do francês Joseph Bédier, pressupõem etapas essenciais, que podem ser mais ou menos elaboradas, resultando até em subetapas, de acordo com a necessidade requerida pelo texto em análise. Tradicionalmente as etapas fundamentais se denominam: *recensio*, *collatio*, *eliminatio/ stemma* e *emendatio*.

Portanto, reconstruir o texto é fundamental para a Filologia uma vez que ele é considerado o testemunho de um povo, de uma época, de um autor, e serve de fonte segura para vários estudos, não apenas os lingüísticos. Por isso, Bassetto (2005,p.51) explica que

Terminado o trabalho da crítica textual com a reconstituição do texto, passa-se ao estudo dos vários aspectos da chamada crítica histórico-literária, que procura esclarecer possíveis pontos obscuros, eliminar lacunas no conhecimento de dados a respeito do texto. Aqui são usados critérios internos fornecidos pelos próprios documentos, como também os critérios externos, sobretudo citações, alusões, referências, etc.

O pesquisador deve, portanto, examinar minuciosamente o material e buscar dados a partir do próprio documento. São essas informações que darão subsídio a uma maior e melhor compreensão do texto. É nessa etapa, por exemplo, que o filólogo examina a datação,

determinando, pelo menos, a época em que ele foi escrito; busca as circunstâncias de produção do texto, situando-o em seu contexto histórico, cultural, social e político; realiza o estudo das fontes, investigando as citações diretas e indiretas, as alusões e possíveis plágios, o que permite a descoberta das influências de outros autores sobre o documento. O estudo da linguagem merece também atenção especial, pois é pela linguagem que o autor dá a conhecer sua filosofia, suas preferências lexicais e sintáticas, sua cultura, sua filiação literária. O filólogo fará, ainda, uma avaliação crítica da obra sob dois aspectos: seu valor documental e seu valor literário, afinal, nem sempre uma obra congrega valores estéticos e documentais.

Por fim, a Edição é a etapa de trabalho em que o filólogo escolherá o tipo de edição mais conveniente para divulgar o material a ele confiado. Várias são as edições possíveis, como, por exemplo, a paleográfica, a mecânica, a crítica, sendo esta última a mais usada por melhor apresentar/ representar o esforço do trabalho filológico. Nela consta o texto reconstituído, com um aparato crítico, que pode ser organizado da forma mais conveniente aos objetivos propostos pelo pesquisador para esclarecer os problemas e as soluções encontradas no trabalho de Crítica Textual e as informações úteis à compreensão do texto, colhidas no estudo histórico-literário.

A partir desse panorama a respeito das atribuições do labor filológico, pode-se compreender melhor o intuito deste artigo que, pautado na segunda etapa filológica proposta por Bassetto (2005), apresenta uma contextualização do relato escrito em latim. Justifique-se, no entanto, que muito já se pesquisou sobre o documento, principalmente sobre a versão em espanhol, mas, talvez pela dificuldade de acesso ao latim, a versão escrita na língua dos romanos pouco tenha sido explorada.

### 3. Até poderia ser ficção...

Um soldado bávaro passa 17 anos em uma expedição na América do Sul e, ao regressar à Europa, relata suas impressões sobre essa terra e conta sobre os principais acontecimentos por ele vividos nesse período. Essa poderia ser uma boa temática para uma história de ficção, mas é de fato o que aconteceu com Schmidl.

Ulrich Schmidl<sup>183</sup> foi um soldado bávaro alemão, natural de Straubing, que integrou a frota comandada pelo adelantado<sup>184</sup> Pedro de Mendoza, e que permaneceu no sul da América por 17 anos (1536 - 1553). Os períodos anteriores e posteriores a sua passagem pela América são muito pouco documentados e os escassos indícios são conflitantes.

Alguns historiadores defendem que UTZ, como é chamado por muitos autores, partiu para o Novo Mundo como agente dos banqueiros alemães e que sua obra foi escrita com o intuito de informá-los sobre a situação da região, embora isso nunca tenha sido confirmado. Sabe-se, no entanto, que o alemão se alistou voluntariamente como soldado, partindo de Cádiz com o intuito de integrar uma das embarcações que compunham a frota de Pedro de Mendoza.

Durante os anos em que ficou na América chegou a exercer o cargo de sargento-arcabuzeiro e alguns postos de confiança, entretanto, na maior parte do tempo, foi soldado “lansquenete”. Ao retornar à Europa renunciou ao catolicismo e adotou os princípios da Reforma e, por isso, foi forçado a abandonar sua cidade natal e se estabelecer no centro protestante de Regensburg.

<sup>183</sup> O nome do cronista causa conflitos, por vezes sendo usado como Schmidel, Schmidt, Schnirdel e até Fabro, este último usado no texto em latim.

<sup>184</sup> Segundo Kalil, existem opiniões divergentes relativas ao que seria um *adelantamiento*, no entanto, o historiador Medardo Chávez afirmou se tratar de uma expedição que visava fundar “pueblos y comarcas, fuera de la búsqueda del oro y la plata” (KALIL, 2008, p. 28)

O relato se inicia com a partida da expedição, que passou por regiões pertencentes à Coroa Portuguesa, e chegou à foz do rio da Prata em fevereiro de 1536. No decorrer da obra, o autor descreveu os principais momentos do início da presença europeia na região sul da América, muitos dos quais esteve presente<sup>185</sup>.

Schmidl narra desde episódios considerados míticos, como a busca pelo reino das Amazonas e o Príncipe Dourado/Eldorado, até episódios históricos e políticos, como a chegada do adelantado Pedro de Mendonza à região, seus feitos e principais conflitos do período em que a região esteve sob seu comando; conta sobre a expedição comandada por Gonzalo de Mendoza a terras brasileiras em busca por alimentos e sobre a expedição comandada por Juan Ayolas para o interior do continente a procura da Sierra de La Plata, e descreve ainda os conflitos e a disputa entre Domingo Martinez de Irala e o adelantado Alvar Núñez Cabeza de Vaca pelo comando da região. Conta também sobre a fundação da cidade de Assunção e Buenos Aires, bem como os percalços pelos quais passou esta última no conflito entre Irala e Cabeza de Vaca.

Segundo Kalil (2008, p.152 – 153), em meados do século XIX, os países da América do Sul, sobretudo a Argentina, passaram a buscar elementos que auxiliassem na construção da legitimidade nacional, e, por isso, relatos coloniais, como a *Viaje al Río de la Plata* e outros documentos do período, ganharam relevo e notoriedade histórica, embora muito ainda se discuta sobre sua confiabilidade. No caso da crônica de Schmidl, em especial, as desconfianças aumentam sobremaneira devido ao grande número de edições do documento, inclusive em vários períodos e idiomas distintos.

O relato do soldado bávaro serve ainda como fonte para o estudo da relação estabelecida entre os europeus e os indígenas, mostrando o choque cultural existente, a imagem construída do indígena pelo colonizador e a tentativa de catequização do Novo Mundo.

#### 4. As muitas edições de uma mesma crônica

Atualmente existem três manuscritos da crônica nas cidades alemãs de Hamburgo, Stuttgart e Munique. Grande parte dos autores que se dedicaram ao estudo da crônica considerou o manuscrito de Stuttgart como sendo o único escrito pelo próprio autor.

O editor argentino Edmundo Wernicke, em sua tradução para o espanhol, apresentou diversos argumentos que, segundo ele, comprovariam definitivamente a autenticidade deste manuscrito, como, por exemplo, a comparação de sua caligrafia com a presente em um requerimento assinado por Schmidl enquanto esteve na América, dentre outros (KALIL, 2008, p.59)

Todavia, é necessário destacar que há alterações significativas entre os textos dos diferentes manuscritos, como, por exemplo, a exclusão de trechos considerados repetidos ou truncados, a divisão da obra em capítulos, a introdução de expressões religiosas e de citações de autores clássicos, entre outras. Tais diferenças permitem perceber com maior clareza o processo de escrita da obra e também permitem observar como ela foi lida por alguns copistas que tentavam corrigir e alterar o texto de Schmidl para adaptá-lo ao que consideravam ser o esperado pelo público leitor de relatos de viajantes, gênero bastante comum naquele momento.

Acredita-se que sua primeira edição foi lançada por Martín Lechler, sem preâmbulo e epílogo, em 1567, em Frankfurt, como parte da coleção de viagens organizada por Sigmund Feyerabend e Simon Hüters. Já a edição em latim da *Viaje al Río de la Plata* foi publicada

---

<sup>185</sup> Há de se ressaltar que os critérios que conferiam veracidade a um texto, no século XVI, são diversos dos adotados hoje. Sendo assim, os autores desse período não trabalhavam com uma noção de verdade factual.

pela primeira vez em 1599, pela casa impressora da família De Bry, comandada, naquele momento, por Johan Theodor e Johan Israel, filhos de seu fundador, que havia morrido no ano anterior. A crônica integrou a 7ª parte das *Grands Voyages*, coleção de relatos de viagem publicada em alemão, em 1597, e em latim, 02 anos depois, sendo reeditada no início do século XVII.

As *Grands Voyages* formavam um material heterogêneo que o editor buscou adaptar a um público formado majoritariamente por protestantes. Essa adaptação não contou apenas com a inclusão de ilustrações<sup>186</sup>, mas, também, com outros meios, como a inclusão de prefácios e a omissão de trechos. Historiadores como Janice Theodoro defendem que os grandes temas da *Grands Voyages* eram a denúncia e o combate à intolerância, e que o editor buscava em seus volumes uma interlocução com alguns setores do catolicismo.

Ainda em 1599, Levinus Hulsius, amigo da família De Bry, dedicou o 4º volume da sua coleção de crônicas ao relato de Schmidl, editada na cidade de Nuremberg, republicada em 1602 e, posteriormente, em 1612. A essa edição foram adicionadas 18 imagens, incluindo um mapa da região sul da América, que possuem, em sua maioria, o nome dos locais e grupos indígenas retratados, além do número do capítulo em que cada ilustração se baseou. Acredita-se que essa tenha sido a versão que teve o maior número de edições e marcou a recepção do livro, devido talvez, em parte, às gravuras que a acompanhavam.

Observe-se que o próprio Hulsius escreveu uma advertência a seus leitores, informando que a obra de Schmidl teria sido corrigida a partir da comparação com outros relatos de viajantes, isso para que tivesse certeza de que seu conteúdo estava em conformidade com aquilo que diziam os historiadores espanhóis, italianos e franceses sobre as terras do Novo Mundo.

Até o início do século XVII, a crônica de Schmidl foi reeditada diversas vezes, tanto em latim quanto em alemão. Acredita-se na existência de 17 publicações entre 1567 e 1655, no entanto, o interesse inicial pela obra, concentrado especialmente na região alemã, não se manteve. No século XVIII foram realizadas traduções também para o holandês (1706) e para o espanhol (1731 e 1749) e, ao longo do século XIX, versões em francês (1837) e em inglês (1841), porém, não se têm conhecimento de nenhuma tradução integral para o português. O historiador Efraim Cardozo identificou 42 publicações da crônica de Schmidl até meados do século XX. (KALIL, 2008).

## 5. Algumas particularidades da edição em latim

Já na fase inicial em que se encontra a pesquisa é possível perceber que o texto latino da crônica possui algumas particularidades.

A primeira delas está na forma em que seus capítulos são organizados, ou seja, ao contrário da versão em espanhol que possui 55 capítulos<sup>187</sup>, a versão em latim possui apenas 34 capítulos sem subtítulos. Embora o latim seja uma língua sintética, ainda é difícil compreender quais os critérios adotados para esse desmembramento. Em alguns casos, parágrafos do texto latino se tornam capítulos do texto em espanhol, como acontece, por exemplo, com o capítulo II do texto latino que tem seu primeiro parágrafo transformado no capítulo III, da versão em espanhol, e seu último capítulo transformado no capítulo VI. Aparentemente, neste caso, a mudança tem como motivação a sutil mudança de assunto, embora isso não se aplique a outros trechos da obra.

Outro aspecto a se observar é a adição de gravuras na edição latina, embora já se saiba que esse acréscimo se deva pontualmente a intervenção feita pelo editor Theodor De Bry.

<sup>186</sup> Um estudo profícuo dessas ilustrações foi realizado pelo historiador Luis Guilherme Assis KALIL, em sua dissertação de mestrado (KALIL, 2008).

<sup>187</sup> Em algumas edições esses capítulos ganharam subtítulos.

Mesmo assim é necessário destacar que a edição espanhola opta por não utilizar essas imagens.

Mais instigantes, no entanto, são as informações pontuais divergentes e os trechos suprimidos. Logo no início do capítulo XVIII da edição latina, quando o autor narra a demora para chegar à tribo dos índios *Achkeres*, a informação no texto latino é de que a demora foi de 10 dias, já no texto em espanhol se fala apenas em 09 dias, da mesma forma que há divergência quanto à distância, já que no texto latino se registra 36 milhas e no texto em espanhol, 38 milhas.

O mesmo tipo de divergência acontece no capítulo VII da edição latina, que corresponde ao capítulo XV da versão em espanhol, quando o autor narra sobre a chegada do capitão Alonso Cabrera a Buenos Aires, trazendo provisões e espanhóis. Na versão latina se registrou que a chegada aconteceu em 1539 e na versão em espanhol o mesmo episódio é registrado como ocorrido em 1538. Seria um mero erro do copista ou teria alguma motivação histórica, por exemplo, para a divergência na data?

Ainda no capítulo XVIII, ao final, há a supressão de um fragmento no texto latino. Em espanhol se registra a descrição minuciosa do peixe encontrado na tribo dos índios *Schkarus*, o que não aparece no texto latino.

*no hubiese escrito tanto acerca de este pez si yo no hubiese tenido una razón conocida: en Munich, en la casa de campo del duque Alberto, nuestro finado señor (SCHIMIDL, 2007)*

É compreensível que aconteçam alterações na transmissão de um documento, sobretudo quando se trata de tradução de uma língua para outra, no entanto, ainda não é possível compreender se essas alterações foram voluntárias ou involuntárias. Quem seria o Duque Alberto? Importaria-lhe a descrição da fauna do novo mundo? Por quais motivos? Por que os editores da casa de Bry, que comprovadamente alteraram o texto, omitiram seu nome?

Ainda lendo a crônica, embora esse não seja o foco central da pesquisa, dois outros pontos chamam a atenção: a visão que o europeu tinha do indígena, sobretudo da mulher indígena, e a criação de neologismos na língua latina.

No capítulo XIX da edição latina, o alemão faz uma descrição da mulher encontrada no Novo Mundo

*Feminae vero alio modo pictae sunt, nempe caerulco quidem colore a pectore [vsq]; ad pudenta, sed tam artificiose, vt nonfacile apud nostros pictorem inuenire possis, qui artem istam imitari possit. Incedunt corpore plane nudo, & formae sunt suo quidem modo satis elegantis, ita vt necin tenebris ab eis abhorreret.*

A maneira como a mulher é descrita pelo alemão - *tam artificiose* – é quase artística. Note-se que no documento em latim há duas notas no canto da página em que está este trecho da crônica. A primeira se refere à descrição dos homens *virii picti* (homens pintados) e a segunda a das mulheres *feminae artificiose pictae* (mulheres pintadas artisticamente). A escolha das palavras é significativa: *virii*, do substantivo latino *vir*, *virii* – o homem, varão, denota masculinidade; já *feminae*, do substantivo latino *femina*, *-ae* – a fêmea, a mulher, denota feminilidade, ou seja, homem e mulher são vistos pelos olhos de Utz como os reprodutores da espécie e as mulheres são as que chamam a atenção, pois tem desenhos artísticos em seus corpos, ou seriam seus corpos vistos como artísticos pelo homem europeu? Os desenhos dos corpos dos homens não eram artísticos ou os olhos do homem europeu se fascinaram apenas com os desenhos dos corpos femininos?

O interesse pela descrição das mulheres nativas aparece em vários outros lugares da crônica. No início do capítulo XVIII, quando Schimdl está descrevendo o que encontrou Hernando Ribera na viagem a outras duas tribos indígenas, escreve que *mulieres circu pudenta velatae sunt* (as mulheres são pouco cobertas). A repetição enfatiza o quanto a nudez feminina incomodava, ou fascinava, o homem europeu.

É interessante notar que o homem (espécie humana) encontrado no Novo Mundo é descrito, em vários momentos, com características brutais e animais, pois era assim visto pelo europeu, mas quando se trata da descrição das mulheres, é possível notar em vários trechos da crônica um olhar europeu menos assustado (ou assustador) e mais interessado e sensual.

Entre os vários motivos que justificam a leitura e investigação da crônica, pode-se destacar o valor do documento enquanto retrato pintado em palavras, da visão do europeu sobre o Novo Mundo naquele momento, o que contribuiu para a compreensão da relação estabelecida entre colonizados e colonizadores.

Quanto aos neologismos, além dos nomes próprios e topônimos que são transpostos para o latim, como, por exemplo, *Albernunzo Cayesca de Bacha* (Alvar Núñez Cabeza de Vaca) e *Paraboe* (Rio Paraná), destaca-se a criação de nomes em latim para designar o novo encontrado em terras americanas, o que, na verdade, possivelmente foi uma tentativa de transpor a nomenclatura indígena para a língua dos romanos. É o caso das palavras *mandeoch*, *meiis*, *manduis* e *padades*, que podem ser traduzidas respectivamente por mandioca, milho, amendoim e batatas e outras como *mandepore*, *parpii* e *bacheku* que não foi possível traduzir.

Em estudos posteriores isso poderá resultar num glossário de termos utilizados pelos europeus na colonização da América. Esse tipo de trabalho seria profícuo levando em consideração as dificuldades em se ler textos dessa natureza e desta época justamente por essas criações.

## 6. Considerações finais

É fato que todo texto, ao ser copiado, é alterado, quer seja de forma voluntária, quer seja de forma involuntária. O relato de viagem em questão não é exceção e isso é provado com alguns dados coletados e relatados, embora ainda existam muitos outros para serem investigados.

O que ainda precisa ser discutido, e o será ao longo da pesquisa, não se trata somente do que foi alterado, mas de que natureza são essas alterações e quais as intenções ao fazê-las, se comprovado que elas são de caráter voluntário.

O levantamento e a discussão das circunstâncias de produção do documento, observando o momento histórico e literário em que essa produção ocorreu, poderão fornecer elementos para compreender não apenas as estratégias de escrita usadas, mas, sobretudo, serão de fundamental importância para ajudar a responder os questionamentos levantados e outros mais não expostos nessas páginas.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Antônio Martins de. A querela entre lingüistas e filólogos. In: \_\_\_\_\_. *Revista Philologus*, ano 5, nº13, janeiro/abril, 1999. Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1987.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica: História Externa das Línguas*. 2ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2005.

KALIL, Luis Guilherme Assis. *A conquista do Prata: análise da crônica de Ulrich Schmidl*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s. n.], 2008.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis (Org.). Os textos literários e a crítica textual: a importância do labor filológico. In: \_\_\_\_\_. *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006 .

## EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DE TEXTOS DO SÉCULO XIX SOBRE OS REGISTROS DE DENÚNCIAS E CRIMES DO ACERVO DO MUSEU-UFAC

Sarajane da Silva COSTA(UFAC)<sup>188</sup>  
Antonieta Buriti de Souza HOSOKAWA(UFAC)<sup>189</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta a edição semidiplomática justalinear de documentos modernos pertencentes ao Museu-UFAC, relativos às denúncias e crimes ocorridos no Município de Xapuri- Acre. Para o desenvolvimento da pesquisa foram feitas as edições de um dos Autos, abordando os aspectos paleográficos e codicológicos. O trabalho mostra alguns aspectos linguísticos, visando estudar os aspectos diacrônicos da língua portuguesa, “pois conhecer a língua e a cultura de uma época passada, através do texto, nos permite entender a evolução desse sistema dinâmico passível de mutações, uma vez que para entender as mudanças ocorridas até o presente e necessário conhecer e avaliar o passado” (BURITI,2006).

**Palavras- chave:** Filologia. Edição. Língua.

### 1. Introdução

Neste trabalho, nosso objetivo é apresentar a edição semidiplomática de textos escritos no ano de 1910 sobre os registros de denúncias e crimes arquivados no acervo do Museu – UFAC, lavrados no Município de Xapuri, visando estudar, através desses manuscritos, alguns aspectos codicológicos, paleográficos e fazer a recuperação desses textos para estudar algumas informações que revelem aspectos linguísticos referentes ao tempo de registro desses textos.

A importância desses documentos, para essa pesquisa, é conforme Ximenes (2006, p. 11), de natureza variada porque revelam o cotidiano das pessoas, ao passo que registram a memória de um tempo pretérito, mas significativo, pois através desses podemos conhecer e ampliar nossos conhecimentos sobre o estado de língua dessa época. Todos os registros eram copiados de forma manuscrita, assim podemos fazer edições comparativas e perceber as diferenças de registro desses documentos.

Para o desenvolvimento desse trabalho fizemos as edições justalineaes de sete fólios de um Auto, com isso, buscamos mostrar uma variante da língua que, com o decorrer do tempo, sofreu alterações significativas. Neste artigo, apresentaremos as etapas realizadas e alguns resultados das variações e evolução de registro da língua portuguesa no município de Xapuri-Acre.

O artigo está delineado da seguinte forma: Para iniciar, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa, em segundo lugar apresentaremos os procedimentos metodológicos que são imediatamente seguidos da descrição dos resultados obtidos, em seguida apresentamos as conclusões.

### 2. Pressupostos teórico-metodológicos

A Filologia é considerada uma ciência muito antiga, bastante anterior à Linguística. Etimologicamente, essa palavra vem do grego *philos* “amigo” *logia* “ciência” em sua essência significa “amor às letras, instrução, erudição, literatura,

<sup>188</sup>Bolsista PIBIC/UFAC. Rio Branco, Brasil. E-mail:sara-131@hotmail.com

<sup>189</sup>Orientadora do subprojeto. Rio Branco, Brasil. E-mail: antonietaburiti@ig.com.br

palavrório" . O amor às letras leva o filólogo à necessidade de conhecer várias outras disciplinas e áreas do conhecimento afins à Filologia, buscando a inter-relação como fonte de produção mais completa e confiável.

Ximenes (2012 p. 95) citando Righi (1967, p. 17) afirma que a filologia, em seu significado comum, surge na época da civilização grega a qual se pode classificar de helenística ou alexandrina.

Embora a palavra Filologia tenha sofrido evoluções em sua significação ao longo dos anos, variando, principalmente, de acordo com o uso feito por cada estudioso que dela se serviu, ainda assim, para melhor entendimento do que vem a ser essa ciência, vejamos o que dizem alguns autores:

Melo *apud* Ximenes ( 2012, p. 95) afirma que a Filologia

é uma ciência, perfeitamente caracterizada, com seu objeto formal nitidamente estabelecido, com seus métodos próprios, seguros e apurados, com suas conclusões definitivas. O objeto da Filologia é a forma de língua atestada por documentos escritos. (MELO, 1975, p. 22)

Dubois *et al.* (1997, p. 279) afirma que é: "uma ciência histórica que tem por objetivo o conhecimento das civilizações passadas através dos documentos escritos que eles nos deixaram: estes nos permitem compreender e explicar as sociedades antigas."

Nessa mesma linha de estudo, Auerbach (1972, p. 11) afirma que há uma grande necessidade de constituir textos autênticos porque constituem verdadeiro patrimônio cultural, pois através do registro escrito é possível estudar a língua de uma determinada época.

Por esse motivo o projeto *Edição semidiplomática de textos do século XIX sobre os registros de denúncias e crimes do acervo do Museu – UFAC* tem como objetivo desenvolver estudos concernentes à Filologia, Edótica, a Diplomática e Práticas em Paleografia, pois é motivado pela necessidade de ampliar o conhecimento dos discentes da graduação em Letras, visando a colocar em prática as teorias dessas ciências que auxiliam o conhecimento da história da língua portuguesa.

Para que o trabalho filológico seja realmente confiável, deve-se ter um rigor científico, esgotando todas as dúvidas e lacunas que porventura apareçam. Fachin (2008, p. 19) afirma que o mérito do filólogo não se resume apenas na competência em ler com facilidade documentos manuscritos, mas ao cientificismo empregado ao estudá-los com a intenção de fazer com que o resultado reflita fielmente o texto.

O rigor é a condição fundamental para o trabalho filológico. Melo (1975) nos mostra o caminho a percorrer:

O filólogo deve receber formação metódica, que lhe permita caminhar sem tropeços pelos caminhos de sua disciplina. Ele há de ser iniciado no método da ciência, há de ser pacientemente iniciado no método da ciência, há de ser o espírito à observação dos fatos, há de aprender a separar o joio do trigo. Importantíssima para ele é a aquisição dos fundamentos da ciência, onde se deve proceder por etapas, sem saltos, de maneira que as coisas se encadeiem bem ( MELO, 1975. P. 34).

Valendo-se desses ensinamentos, procurou-se editar os textos de nossa pesquisa seguindo as exigências do labor filológico, em conformidade com os critérios de transcrição semidiplomática da carta de caminha, propostas durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado em Campos do Jordão, em 1998, publicadas em Megale e Toledo Neto (2005).

Esta pesquisa ainda se encontra em fase de andamento e as edições feitas, até o

momento, foram semidiplomáticas justalineaes, também conhecidas como diplomática interpretativa ou paleográfica, pois neste tipo de edição nos utilizamos de uma dose mínima de intervenções, ou seja, o desdobramento de abreviaturas, com o objetivo de apresentar um texto muito pouco afastado do que se acha no manuscrito e facilmente legível a um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, ou a um linguista interessado apenas em aspectos linguísticos, mais amplos, como o léxico e a sintaxe, para os quais o acesso à aparência gráfica original não é de fundamental importância.

### 3. Procedimentos metodológicos

Para desenvolvimento do trabalho, foram feitas as digitalizações em um scanner a laser multifuncional dos Autos selecionados para leitura e em seguida as edições justalineaes dos manuscritos que foram numeradas de 05 em 05 linhas, para o desenvolvimento dessa etapa foi necessário o uso de lupa para ampliar as letras e assim facilitar a leitura, pois a letra é muito fina, unida e pequena. Todas as abreviaturas do manuscrito foram desdobradas com o auxílio de itálico.

A descrição codicológica é bastante restrita por se tratar de uma cópia em forma de um caderno com espiral, feito em papel A4, na primeira cópia percebemos que essa folha não apresenta linhas de pauta, no entanto, nas demais folhas aparecem as linhas como se fossem de um caderno com pauta, na primeira folha do original, através da cópia, percebemos que na parte superior do *folium* há marcas de dobras e pequenos rasgos, do *corpus* utilizado para a pesquisa fizemos a leitura e edição de 7 (sete) fólios dos autos de crimes pertencentes ao Museu-UFAC, nesses documentos são registradas as queixas referentes aos crimes e denúncias que ocorriam no Município de Xapuri-Acre no ano de 1910.

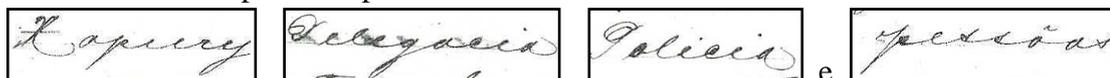
Os aspectos paleográficos mostram que a tipologia da escrita foi feita apenas por um copista, sendo uma escrita bastante leve, o ducto das letras pendem sempre para a direita, nota-se que o copista utilizou-se uma caneta tinteiro.

Para facilitar a compreensão do texto, no final deste artigo, serão anexadas cópias de alguns fólios desse Auto e a edição.

### 4. Resultados

Devido a dificuldade para ler esse tipo de letra foram editados apenas 7 ( sete ) fólios de um Auto, que envolve depoimentos das testemunhas e acusados do crime Assassinato e tentativa de Assassinato ocorrido no dia 10 de março do ano de 1910, por Paulino Gomes da Silva contra a pessoa de José Casimiro, residentes no Município de Xapuri .

A escrita nesse documento é bastante fina, através da cópia percebemos que o copista utilizou uma caneta tinteiro, no traçado das letras percebemos algumas letras simples e letras bastante adornadas como por exemplo em :

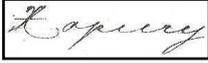


na primeira palavra a letra inicial **X** da palavra xapury apresenta um traçado bastante trabalhado, na palavra polícia a letra **P** também é mais trabalhada, além disso, o **P** é registrado de modo invertido, ao passo que no exemplo da palavra pessoa, a letra é registrada de forma correta . Além de ornamentar as letras o copista, muitas vezes, liga uma palavra à

outra, como vemos neste exemplo . Quanto à acentuação do texto notamos que algumas palavras paroxítonas não são acentuadas como no exemplo da palavra polícia em nenhum registro, no texto, o copista acentua essa palavra, no entanto, há palavras que ele acentua para mostrar o acento diferencial de timbre. Observou-se, também que em relação à

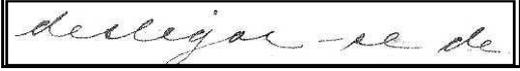
ortografia esse copista registra a letra **h** para marcar o hiato entre duas vogais de qualidade diferente como: , *cahir*, etc, conforme Pereira (2010, p. 97) o uso desse **h** é comum para indicar a sílaba tônica, sendo esse registro é do período da ortografia fonética e teria deixado de ser registrado no século XVI, no entanto, o manuscrito, em estudo, é datado de 1910.

O copista utiliza a duplicação das letras em algumas palavras como: , , *accusado*, *allegar*, o registro dessas letras dobradas são encontradas no período pseudoetimológico a do século XVI, quando há um retorno às grafias latinas e gregas, além disso, o copista registrar os grupos **CT** e **GN**, etc: *assigna*, *acto*, *conductor*, também comuns na escrita latina.

Nos fólios transcritos percebemos que a escrita é motivada pela interferência da oralidade dos casos observados podemos citar: *defendeo*, *atingio*, pois o sistema fonético consiste em escrever como se pronuncia, fazendo com que a palavra escrita seja a imagem da palavra falada. Através do texto, percebe-se que o copista não utilizava a escrita formal, por se tratar da reprodução dos depoimentos. No manuscrito a escrita é flutuante graficamente, como pode-se ver no exemplo: , nessa palavra *Xapury* há sempre o registro do **Y**, no entanto, mas demais palavras ele registra **I**, mas nunca **Y**.

Portanto, podemos concluir que a grafia registrada no documento em estudo, Registros de denúncias e crimes, revela, ainda, características do período de escrita fonética da língua portuguesa.

Quanto ao uso de palavras e expressões que não são mais correntes no português atual encontramos: , que segundo o dicionário Houaiss é : aquele que talha; cortador e por metonímia diz-se de ou mesa em que se corta a carne; trincha e por extensão de sentido *açougueiro* ('proprietário ou funcionário').

O verbo vibrar no texto é usado no sentido de mover com força ou repetidamente uma arma, no exemplo : *armado de um punhal*  um golpe *que o atingio no braço* percebemos que atualmente esse verbo foi substituído pelo verbo **desferir um golpe**. Da mesma forma o verbo  desfazer a ligação de; separar, não é mais frequente e sim o verbo **separar de**.

**Auto**

Nº 268 1910 Fls. 1  
~~Nº 88~~ 112

Juizo do 2º Termo da Comarca do Alto Acre



TERRITORIO DO ACRE

Juiz Doutor Albino dos Santos Pereira  
 Serventuario Rodrigo de Carvalho

Autos Crimes de  
 Assassinato e tentativa de  
 assassinato

A. A. Justiça  
 R. R. Paulino Gomes da  
 Silva e Lycurgo Alvaro  
 de Carvalho.

**AUTUAÇÃO**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mez de Março  
 do anno de mil e novecentos e \_\_\_\_\_ nesta <sup>Cidade do Xapury</sup> Vila Rio Branco, em meu  
 Cartorio, autuo as peças que adeante se seguem; do que para constar lavro  
 este termo. Eu Rodrigo Carvalho, Escri-  
 vão o escrevi.

Fora dos \_\_\_\_\_ Autuei.

**Transcrição**

Nº 268 1810 FLS. 1

~~Nº 88~~ 112

Juizo do 2º (traços) termo da Comarca do Alto Acre

Presença de um Brasão

**Territorio do Acre**

Juiz Doutor Albino dos Santos Pereira

Serventuario Rodrigo de Carvalho

Autos Crimes de

Assassinato e tentativa de  
Assassinato

A. A. justiça

R. R. Paulino Gomes da Silva e Lycurgo  
Alvaro  
de Carvalho**AUTUAÇÃO**

Aos dez dias do mez de Março

Cidade do Xapury  
do anno de mil novecentos e dez nesta Vila Rio Branco, em meu  
Cartorio, autuo as peças que adeante se seguem; do que para constar  
lavroeste termo. Eu Rodrigo Carvalho. Escri-  
vão o escrevi.

Fora dos \_\_\_\_\_

Autuei

Auto

1910.  
Delegacia de Policia do Xapury, Departamento do Alto Acre. -

O Escrivão  
Leite.

Nº 268

## Inquerito Policial

A. - A Justiça  
Rios - Pulino Gomes da Silva  
Licurgo Alvaro de Carvalho

- Autoação -

Aos dois dias do mez de Março do anno de mil novecentos e dez, nesta cidade do Xapury, na Delegacia de Policia do Xapury, autoei os autos de prizoẽs em flagrante, que adiante se vê, do que, para constar, faço este termo. Eu, Aldesiro Leite, escrivão o escrevi e  
-Autoei-

Transcrição

-1910-

Delegacia de policia do Xapury. Departamento do Alto Acre.-

O escrivão  
Leite

Nº 268

## -Inquerito Policial-

A. - A justiça  
Rios- Pulino Gomes da Silva  
Licurgo Alvaro de Carvalho

-Autoação -

Aos dois dias do mez de Março Do anno de mil novecentos e dez, nesta cidade do Xapury, na Delegacia de Policia do Xapury autoei os autos de prizoẽs em flagrante, que adiante se vê, do que, para constar, faço este termo. Eu, Aldesiro Leite, escrivão o escrevi e  
-Autoei-

## 5. Considerações finais

Desenvolver esta pesquisa foi bastante importante para ampliar os conhecimentos no que tange aos estudos da filologia e à evolução da língua portuguesa no decorrer do tempo, pois o documento analisado, apesar de ser do ano de 1910, apresenta marcas ortográficas bastante anteriores a esse tempo, seria necessário, portanto, continuar estudos sobre alguns fatores externos a ele, por exemplo, pesquisar sobre o grau de escolaridade do copista, pois em nosso estado havia um número bem reduzido de escolas, por isso, o conhecimento sistemático era bastante restrito, o que nos leva a acreditar que o copista tivesse pouca escolarização e que isso pudesse refletir no registro escrito desse auto .

## Referências Bibliográficas

- AUERBACH, E. *Introdução aos estudos literários*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- CAMINHA, P.V. da. *A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear/* de Antonio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia, Heitor Megale. 2 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- DUBOIS, J. *Dicionário de lingüística*. São Paulo. Editora Cultrix. 1997.
- FACHIN, P.R.M e PAULA, M.H. *Percorrendo trilhas filológicas – estudos para a história da Língua portuguesa*. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC. 2010.
- SILVA, J.P. da. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: O Autor, 2010.
- XIMENES, E. E. *Autos de querella e denúncia...: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos*. Fortaleza : LCR, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Filologia : uma ciência antiga e uma polêmica eterna*. (93 – 115). Revista Philologus/ Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos - Ano 18, nº 52, (jan./abr. 2012) Rio de Janeiro: CiFEFil. P.167 .

## EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO CÓDICE “RECENSEAMENTO RURAL - 1939”<sup>187</sup>

Maria Gabriela Gomes PIRES (UFG)<sup>188</sup>  
Maria Helena de PAULA (UFG)<sup>189</sup>

**Resumo:** O presente trabalho propõe uma discussão sobre as edições filológicas e as classificações tipológicas em manuscritos jurídicos do sudeste goiano. Para alcançar nossos objetivos, realizamos a edição semidiplomática justalinear que permitiu uma leitura fiel aos documentos, seguindo as regras postuladas em Megale e Toledo Neto (2005); depois, propomos a classificação dos documentos, consoante postula Bellotto (2002) que propõe a organização interna dos documentos em conformidade com suas características e assuntos próprios. Com esse estudo, o propósito é valorizar e divulgar pesquisas com manuscritos no estado de Goiás, em especial no Departamento de Letras da UFG/CAC.

**Palavras-chave:** Edição Filológica. Classificação Tipológica. Manuscritos catalanos.

### 1. A guisa de primeiras palavras

Este trabalho tem como intento realizar uma discussão acerca das edições filológicas e da classificação tipológica a serem realizadas em documentos manuscritos jurídicos oitocentistas do Fórum de Justiça da cidade Catalão, Goiás. Para essa proposta, serão apresentadas as primeiras leituras teóricas da pesquisa de Mestrado, intitulada “Documentos manuscritos do sudeste goiano: memórias linguísticas, históricas e culturais de Catalão”, desenvolvida no programa de mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão*.

As edições e classificações serão aplicadas em cinco manuscritos exarados em Catalão, Comarca de Santa Cruz, Província de Goiás nos anos de 1888, 1880, 1852, 1841 e 1839, previamente lidos durante a seleção do *corpus*.

Recorremos a manuscritos de partilha como classifica Belloto (2002), porquanto tais textos expressam vários itens do sistema nomeador da língua, uma vez que na descrição dos seus bens se revelam elementos históricos, sociais e culturais da comunidade de Catalão durante o seu processo de desenvolvimento inicial no século XIX.

Para o estudo desses manuscritos temos como suporte os estudos filológicos, ou seja, as edições de textos manuscritos juntamente com as classificações tipológicas sob os critérios da análise diplomática e tipológica elaboradas por Belloto (2002). Desta feita, a filologia e a Diplomática são pilares para a identificação de indícios da história da língua portuguesa no sudeste goiano, no estudo em tela.

O tema escolhido se mostra relevante porque se assenta na valorização do estudo de manuscritos ainda pouco conhecidos e estudados, ressaltando que este tipo de material e estudo contribuem para compreender a configuração sócio-histórica-cultural de um povo em

---

<sup>187</sup> Por especificidades documentais, nossa comunicação e o presente artigo abordam como *corpus* cinco autos de partilhas, depositados e sob a guarda do Fórum de Justiça da Comarca de Catalão-GO.

<sup>188</sup> Mestranda em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão*. Goiás, Brasil. E-mail: maria.ggp10@gmail.com.

<sup>189</sup> Docente do Departamento de Letras e do Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás – *Campus Catalão*. Goiás, Brasil. E-mail: mhpcat@gmail.com.

dado momento, além de envolver questões de vários níveis, sobretudo a compreensão da nossa língua, em épocas de outrora.

Esse tipo de *corpus*, de valor jurídico e de caráter padrão, apresenta um vocabulário que lhe é próprio e que reflete as condições sociais, ideológicas e políticas graças às quais Catalão estava sendo edificada. Posteriormente, propositamos realizar o estudo lexical com o objetivo de elaborar um esboço das memórias históricas, culturais e sociais do Município de Catalão.

## 2. Da filologia à memória escrita

É válido ressaltar que a Filologia é fonte de estudos para a Linguística e esta é recurso fundamental para a própria compreensão do conteúdo que o manuscrito transmite. Neste tipo de proposta que apresentamos, percebemos a importância e a relação que a Filologia exerce junto à Linguística. Essas duas ciências têm entre si vários aspectos semelhantes, entre eles se destaca o principal objeto de estudo de ambos, a língua. A Filologia, especificadamente, dedica-se ao estudo da língua e à preservação da memória de nossos antepassados e tem como material de estudo os manuscritos, o texto escrito. Swiggers (1998, p. 7) salienta que:

A filologia é a disciplina que partindo dos textos escritos querem se trate dos vedas, da epopéia dos Mahrabhrda, da Bíblia gótica, da poesia dos trovadores provençais – estuda estados da língua, compara-os a outros estados da mesma língua ou a cortes sincrônicos de outras línguas, a fim de reconstituir a história de uma língua ou de uma família de língua.

Nossas reflexões são organizadas pela língua, regulando, dessa forma, a nossa maneira de conceber o nomeado mundo objetivo. Dessa forma, a língua é um meritório depoimento da história no período em que foi produzido, uma vez que “A língua, como todos os produtos da cultura humana, é um objeto da contemplação histórica” (PAUL, 1966. p. 13); é, pois, a língua um caminho para se contemplar a história porquanto nas suas linhas se deixam revelar aspectos da organização sociocultural de um povo em um dado tempo.

Preconizamos que trabalhar com *corpus* editado filologicamente nos permite analisar o léxico de uma determinada época, possibilitando entendermos os hábitos e costumes que lhe deram origem. Este tipo de *corpus* carrega, desde sua gênese, indícios importantes do contexto linguístico, social e identitário do povo que o manuscreeveu. Cabe, ainda, ressaltar, nas palavras de Spina (1977, p. 74) que “O texto, manuscrito ou impresso, é o objeto fundamental da investigação histórica, filológica e literária”.

O trabalho filológico tem uma meritória função para este trabalho, a saber: a investigação científica buscando evidenciar a língua portuguesa em relação à cultura. Nesse aspecto chamamos a atenção para a edição que, como afirma Spina (1977, p.75), tem uma função substantiva posto que “[...] concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuidade e prepará-lo para ser publicado.” Dessa feita, a filologia penetra nesse espaço documental como um meio de identificação da memória de uma comunidade.

É pertinente considerar que a leitura e a edição de parte desses documentos expande as edições filológicas em nossa região, ainda de pequena quantidade embora de essencial importância para o guardar histórico, não somente de Catalão, mas também da expansão do estado de Goiás.

Em Goiás, nas suas várias cidades históricas e influentes, existe uma grande quantidade de documentos de fundamental importância não só para o Estado, mas para todo o país à espera de pessoas dispostas a estudá-los e, conseqüentemente, conservá-los. A falta de trabalhos nessa área possui

relação estreita com inexistência de políticas de conservação dos nossos documentos e da falta de áreas para estudos lingüísticos que tematizem aspectos históricos e filológicos da língua (CARDOSO, 2008, p. 11).

Os estudos dos manuscritos que compõem o *corpus* da pesquisa permitirá elaborarmos um esboço histórico de Catalão, que foi um ponto indispensável na formação do estado de Goiás, surgido conforme Palacín e Moraes (1994) a partir dos movimentos dos bandeirantes vindos da capitania de São Paulo com o intuito de explorar minerais.

Cardoso (2009) informa que o município de Catalão surgiu de maneira irregular motivada pela exploração de ouro, para isso era necessária a mão-de-obra escrava que predominava nessa época. Catalão surgiu com a decadência do ouro, através dos fazendeiros que já estavam afixados na região, tendo-se iniciado como pouso de bandeirantes e outros que adentravam o sertão goiano no percurso Minas Gerais-Goiás. Entendemos que as memórias desse momento e de tudo mais que ocorria nas colônias foram registradas em documentos da época.

### 3. Os caminhos da pesquisa

O primeiro passo para a realização da pesquisa consiste na edição dos documentos a ser executada a partir das lições filológicas postuladas em Megale e Toledo Neto (2005). Essa é uma fase imprescindível e de suma relevância, já que a edição deve ser executada corretamente fornecendo uma leitura confiável. A edição desses documentos será realizada em formatação justalinear, semidiplomática, pois essa forma primará pela forma original do documento, permitindo uma leitura fiel nas análises históricas e linguísticas. Essa edição prima por transcrever fielmente os documentos com fidedignidade, porém fazendo algumas intervenções necessárias para a leitura de não filólogos, entre elas destacamos que,

desenvolve as abreviaturas, marcando em itálico as letras omitidas, à luz de ocorrência plena no próprio documento ou em documentos da época, intervém nos eventuais erros, marcando a intervenção conforme conta das normas de transcrição, ou abrindo nota de rodapé, quando necessário, o que torna o manuscrito mais facilmente legível, preservado o estado de língua em que foram escritos os documentos (MEGALE e TOLEDO NETO, 2005, p. 13).

A classificação tipológica tem a função de organizar os documentos de acordo com cada gênero e assunto facilitando a compreensão por parte de pessoas que sejam leigas na leitura de manuscritos. Essa fase é igualmente imprescindível para o andamento da pesquisa, pois documentos podem apresentar variações de gêneros que se conformam com suas características e assuntos próprios. Nesse sentido, a classificação tipológica, sob os critérios da análise diplomática e tipológica elaborados por Belloto (2002), responde pela identificação da matéria documental de nosso estudo.

O campo de análise tipológica utilizada no desenvolvimento da pesquisa, como resigna Belloto (2002), consiste na análise documental seguindo os pressupostos contextuais de produção e função nas quais o documento se insere no arquivo. Cada documento amolda suas características a fim de legitimá-lo, portanto cada manuscrito judicial possui suas *lexias* próprias que o caracterizam. Compete à tipologia documental identificá-lo e classificá-lo.

Destarte, já que textos de épocas pretéritas oferecem um conhecimento histórico das práticas sociais, linguísticas, culturais de parte da região sudeste goiano, essas edições nos permitem revelar parte da evolução da língua, posto que o material dessa pesquisa presente

traços de conservação da língua utilizada no período da colonização, perceptíveis no léxico e na ortografia.

Preconizamos que trabalhar com *corpus* filológico nos permite analisar o léxico de uma determinada época, possibilitando entendermos os hábitos e costumes que o originaram, pois esse tipo de *corpus* carrega, na sua materialidade, indícios importantes do contexto linguístico e social de um povo, configurando-se os manuscritos em tela como monumentos, na compreensão de Le Goff (1992) de que os documentos são monumentos históricos indiscutíveis. Nesse aspecto, nosso estudo cumpre as funções substantiva e transcendente de que trata Spina (1977) ao discorrer sobre as funções da Filologia.

#### 4. Finalizando

O estudo filológico devota-se aos vários níveis de análise da língua, com estudos linguísticos, literários, crítico-textuais, históricos etc. Todos esses níveis são essenciais para que possamos conhecer e revelar o crescimento de nossa língua.

Para que isso possa ser feito é necessário reconhecermos o quanto é importante valorizar essa herança que podemos considerar como resgate de nossa “memória antepassada”, uma vez que a única forma de registro até pouco tempo era feita somente através da escrita, ou seja, através dos documentos manuscritos.

Atualmente, estudiosos têm se ocupado em realizar esse tipo de atividade que não é uma simples busca da compreensão de nossa história, seja qual for o aspecto, histórico ou linguístico. Esse tipo de atividade exige esforço e rigor devido a vários fatores como, por exemplo: a dificuldade de acesso a esses tipos de documentos, a má conservação com que os documentos quase sempre são encontrados, entre inúmeras circunstâncias com que o profissional se depara no decorrer da execução da sua atividade.

Ao fim e ao cabo, corroboramos que a Filologia é fonte de estudos para a Linguística e esta é recurso fundamental para a própria compreensão do conteúdo que o manuscrito transmite.

#### Referências Bibliográficas

BELLOTO, Heloisa Liberali. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo* (Projeto Como Fazer, vol. 8). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CARDOSO, Claudinei Vaz. *Estudo filológico e linguístico em manuscritos sobre escravidão na cidade do Catalão*. 2009. 182 f. Monografia (Especialização em Letras – Leitura e Ensino) – Curso de Letras da Universidade Federal de Goiás, *Campus* de Catalão, 2008.

\_\_\_\_\_. *Escravidão em Goiás – Leitura de Manuscritos Oitocentistas de Catalão*. *Revista Linguagem – Estudos e Pesquisas*. Vol. 12. Catalão: Curso de Letras da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, 2008. p. 35-45.

COELHO, Braz José. Dicionários – estrutura e tipologia. In: \_\_\_\_\_. *Linguagem – lexicologia e ensino de português*. Catalão: Modelo, 2008. p. 13-44.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. p. 535-553.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. *Por minha letra e sinal: Documentos do ouro do século XVIII*. Cotia, SP: Ateliê Editorial/ Fapesp, 2005.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 1977.

SWIGGERS, Pierre. Filologia e Linguística: enlace, divórcio, reconciliação. *Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1998. p. 5-18.

## **FIRMOU-SE NA "SUPPLICANTE O ARDENTE DESEJO DE DESQUITAR-SE DO SEU MARIDO": EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DE UMA “ACÇÃO DE DESQUITE” DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Josenilce Rodrigues de Oliveira BARRETO (UEFS/ CAPES)<sup>190</sup>  
Rita de Cássia Ribeiro de QUEIROZ (UEFS)<sup>191</sup>

**Resumo:** Apresentamos, neste trabalho, a edição semidiplomática de dois fólios e o estudo do vocabulário constante em uma ação de desquite do início do século XX. Durante essa empreitada nos debruçamos sobre alguns empecilhos que dificultaram tanto o processo de descrição quanto o de transcrição do texto. Além da edição, efetuamos também o estudo do vocabulário do referido documento baseado nos estudos lexicológicos e, mais precisamente, no Sistema Racional de Conceitos elaborado por Hallig e Wartburg ([1952] 1963), o qual parte de conceitos pré-científicos. Assim, ao decorrer deste artigo apontamos alguns aspectos concernentes à edição e à organização do vocabulário.

**Palavras-chave:** Ação de desquite. Edição Semidiplomática. Estudo do vocabulário.

### **1. Introdução**

Realizar edições de textos é uma atividade exercida há muito tempo pelos filólogos. Através daquela, podemos penetrar na história descrita, dantes esquecida, nos manuscritos passíveis à deterioração. Sabe-se, contudo, que muitos documentos, guardados em acervos públicos e/ou privados, contêm informações desconhecidas por aqueles que não os tem à disposição para leitura e/ou pesquisa.

Partindo dessa premissa, compreendemos que “[...] o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da História. É indiscutível que ele proporciona recursos inestimáveis ao historiador, representando o melhor testemunho [...]” (ACIOLI, 1994, p. 1), ou seja, o acesso a documentos pretéritos nos permite conhecer as narrativas contadas por quem os escreveu. Assim, ao lermos tais testemunhos temos a possibilidade de conhecer o modo de pensar, de sentir, de agir, etc. daqueles que os produziram.

Com o objetivo de trazer à tona o *modus vivendi* de pessoas no início do século XX na cidade de Feira de Santana – BA é que apresentamos, a seguir, a edição semidiplomática de dois fólios de uma ação de desquite, que relata a história, os pensamentos, sentimentos de um casal em fins de separação judicial. Além disso, também destacamos o levantamento de lexias constantes no documento, a partir do Sistema Racional de Conceitos, doravante SRC, desenvolvido por Hallig e Wartburg ([1952] 1963), o qual possui uma estrutura tripartite, ou seja, consta de três esferas que se diferenciam e se complementam ao mesmo tempo, a saber: A – O Universo, B – O Homem e C – O Homem e o Universo. Contudo, neste trabalho, analisamos algumas palavras elencadas na esfera B – O Homem, a qual foi dividida em duas subesferas, a saber: I – O Homem, ser físico e II – A alma e o intelecto.

### **2. Filologando com os manuscritos**

---

<sup>190</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana (BA), Brasil. E-mail: nilce11.barreto@gmail.com.

<sup>191</sup> Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana, orientadora e atuante no Departamento de Letras e Artes na Graduação e Pós-Graduação. Salvador (BA), Brasil. E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br.

Sabe-se que os primeiros trabalhos de preservação de textos manuscritos foram feitos ainda na Antiguidade Clássica, na renomada Biblioteca de Alexandria, na qual vários eruditos se reuniam para discutir assuntos referentes à gramática, retórica, literatura, etc. Realizaram edições dos textos, cuja autoria foi atribuída a Homero e a outros, a fim de evitar a perda das informações contidas naqueles.

Entretanto, as cópias textuais apresentavam algumas deturpações em relação às adições e/ou subtrações de palavras ao longo do texto. Esse e outros fatos, aos poucos, desencadearam a necessidade de se criar uma metodologia própria para o processo de descrição e transcrição de documentos. A partir disso, foi-se pensando em critérios para a realização de tal atividade.

Contudo, foi apenas no século XIX que, finalmente, conseguiu-se estruturar uma metodologia autônoma para a edição de textos. Nesse momento, a Filologia (ciência que significa amor às palavras) conquistou o *status* científico, que a consagrou definitivamente no rol das Ciências Humanas.

A Filologia enquanto “[...] labor de fixar, reconstruir, criticar, etc., os textos transmitidos [...]”<sup>192</sup> (CANO AGUILAR, 2000, p.14) serve, conseqüentemente, para resguardar dos males do tempo as informações constantes nos textos editados.

Dessa forma, ao editarmos, filologicamente, um determinado texto, estamos, inevitavelmente, resgatando do anonimato a história presente naquele. Assim, trazemos à baila toda a história, neste caso de uma ação de desquite, daqueles que produziram o referido documento a fim de que gerações posteriores também tenham conhecimento do *locus* e do enredo que por ora nos debruçamos, além da ampliação do vocabulário daqueles que têm acesso a tais testemunhos.

### 3. Dissecando o *corpus*: descrição e transcrição

Para a descrição e transcrição do referido documento, apoiamo-nos em Queiroz (2007, p. 34), a qual elege os seguintes critérios para a realização da edição:

Para a descrição do documento, observamos:

- ✓ Número de colunas;
- ✓ Número de linhas da mancha escrita;
- ✓ Existência de ornamentos;
- ✓ Maiúsculas mais interessantes;
- ✓ Existências de sinais especiais;
- ✓ Número de abreviaturas;
- ✓ Tipo de escrita;
- ✓ Tipo de papel.

Já para a transcrição, optamos por:

- ✓ Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
- ✓ Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- ✓ Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- ✓ Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- ✓ Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- ✓ Utilizar colchetes para as interpolações: [ ];

<sup>192</sup> Citação original: “[...] labor de fijar, reconstituir, criticar, etc., los textos transmitidos [...]” (CANO AGUILAR, 2000, p. 14).

- ✓ Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
- ((†)) rasura ilegível;
  - [†] escrito não identificado;
  - (...) leitura impossível por dano do suporte;
  - // leitura conjecturada;
  - < > supressão;
  - ( ) rasura ou mancha;
  - [ ] acréscimo.

Assim, o documento editado para este trabalho, como dito anteriormente, é uma ação de desquite lavrada na cidade de Feira de Santana – BA no período compreendido entre 1919 a 1922. Esse texto possui 97 fólios escritos no recto, em sua maioria, e no verso, em letra cursiva, em papel almaço, em tinta preta e alguns fólios datiloscritos em tinta azul.

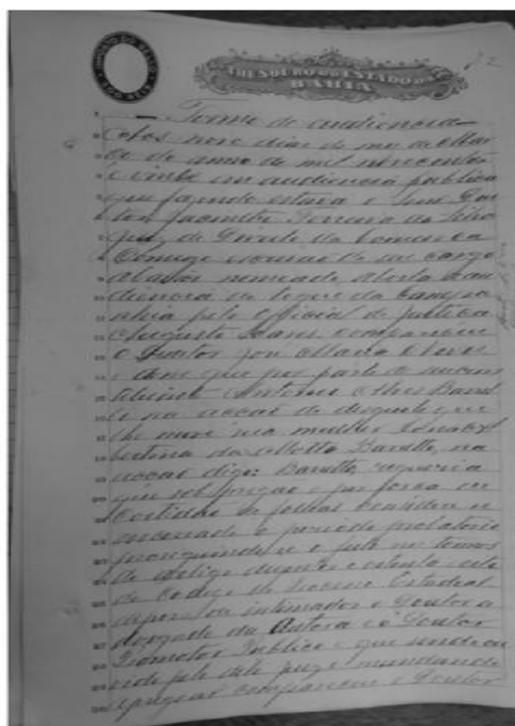
A ação de desquite está sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante CEDOC, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, sob a localização: Estante 03, Caixa 65, Documento 753.

### 3.1. Edição semidiplomática e edição fac-similada

**Figura 1:** Fólio 32r da Ação Ordinária de Desquite

Termo de audiência  
 Aos nove dias do mez de Março do anno de mil novecentos e vinte em audiência publica  
 5 que fazendo estava o Senhor Doutor Jacintho Ferreira da Silva Juiz de Direito da Comarca comigo escrivão do seu cargo abaixo nomeado, aberta a audiência ao toque da campanha pelo Official de Justiça Augusto Soares compareceu o Doutor José Maria Neves e disse que por parte de seu constituinte Antonio Alves Barreto na acção de desquite que  
 10 lhe move sua mulher Dona Albertina da Motta Barretto, na acção digo: Barretto, requeria que sob pregão e por força de certidão de folhas considere-se encerrado o periodo probatório Prosiguindo-se o feito nos termos do artigo duzentos e oitenta e oito do Codigo do Processo Estadual  
 20 depois de intimados o Doutor advogado da Autora e o Doutor Promotor Publico e que sendo ouvido pelo dito juiz e mandando repregar compareceu o Doutor  
 30

f. 32r



**Fonte:** Ação Ordinária de Desquite (1919 – 1922)

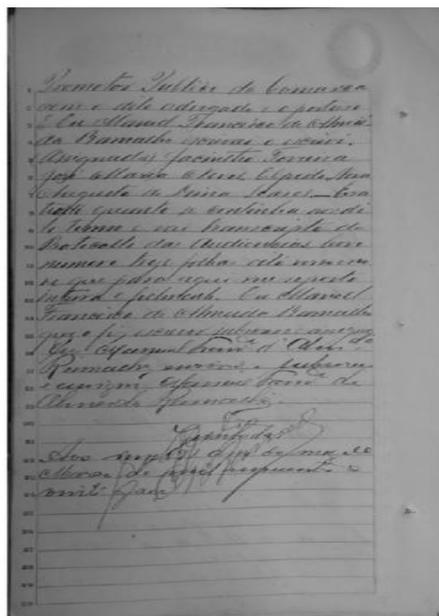
Acervo do CEDOC/UEFS

**Fotografia:** Josenilce Barreto

**Figura 2:** Fólio 32v da Ação Ordinária de Desquite

Promotor Publico da Comarca  
com o dito advogado e o porteiro  
E Eu Manuel Francisco de Almei-  
da Ramalho escrivão o escrevi:  
5 (Assignados) Jacintho Ferreira  
José Maria Neves, Elpido Nova  
Augusto de Lima Soares. Era  
tudo quanto se continha nos di-  
to termo e vai transcripto do  
10 Protocollo das audiencias, livro  
numero treze folhas oito verso e no-  
ve que para aqui me reporto  
inteira e fielmente. Eu Manuel  
Francisco de Almeida Ramalho  
15 que o fiz escrever, subscrevo e  
assigno.  
Eu Manuel Francisco d'Almeida  
Ramalho, escrivão o subscrevi  
e assignei. Manuel Francisco de  
Almeida Ramalho:  
20  
Juntada:  
Aos nove (9) dias do mez de  
Março de mil novecentos e  
vinte faço  
25  
30

f. 32v



**Fonte:** Acção Ordinária de Desquite (1919 – 1922)  
Acervo do CEDOC/UEFS  
**Fotografia:** Josenilce Barreto

### 3.2. Para além dos laços matrimoniais: a história circunscrita na “Acção Ordinária de Desquite”

O casamento é a união entre duas pessoas. Inicialmente, o enlace matrimonial era visto como um meio de unir fortunas, negócios e interesses em comum entre famílias, por isso ricos casavam com ricos e pobres com pobres. Décadas mais tarde, com os ideais do Romantismo proliferados pelas sociedades, o casamento ganhou uma conotação romântica, na qual os envolvidos poderiam se casar não apenas para aliar os interesses entre as famílias e/ou por fins de reprodução, mas também para dar vazão aos sentimentos entre ambas as partes.

Surgia, então, as ideias de que o amor tinha a sua participação na hora de escolher os futuros cônjuges. Contudo, nem sempre os matrimônios realizados foram sinônimos de satisfação amorosa, pois muitos casais continuavam no início do século XX (e continuam na atualidade) convivendo não por amor, mas unidos por alianças financeiras ou por motivos escusos.

Nesse viés, enveredamos na história do casal envolvido na ação de desquite, que relata o pedido de separação judicial entre Dona Albertina da Motta Barreto, autora do processo, e do Senhor Antonio Alves Barreto, o réu.

Os envolvidos na ação de desquite casaram-se no ano de 1895 na cidade de Feira de Santana – BA e conviveram sob o mesmo teto durante dezoito anos, quando em 1913 o esposo abandonou o lar por mais de dois anos consecutivos, ou seja, após o abandono, o referido casal só voltou a se ver em 1919, época em que haveria a partilha dos bens deixados

pela falecida mãe de Dona Albertina da Motta Barretto. Nesse ano, a esposa deu entrada no processo de separação oficial, já que estavam separados carnalmente há muito tempo.

Entretanto, as coisas não saíram como esperado pela autora, pois o Senhor Antonio Alves Barretto conseguiu provar que o seu abandono foi motivado pela própria esposa, já que, segundo ele, a autora havia o expulsado do leito conjugal tempos antes do abandono acontecer. Além disso, nos autos do processo não estava anexada a certidão de casamento, o que invalidou todo o processo decorrido até então.

Contudo, a autora recorreu da sentença e pediu um novo julgamento após anexar o documento que faltava, mas mesmo com a confissão do réu, os depoimentos das testemunhas convocadas e dos documentos anexados, a sentença final foi favorável ao réu, tornando-o representante legal da esposa e de todos os seus bens.

#### **4. Entrelaces entre a lexicologia e o sistema racional de conceitos: o que nos diz o vocabulário?**

Sabe-se que a Lexicologia tem como objeto de estudo o léxico e que este abarca todas as palavras pertencentes a um determinado povo. Assim, de acordo com Oliveira e Isquierdo (1998, p. 7) “O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-lingüístico-cultural [...]”, ou seja, é no nível lexical que são mais perceptíveis aspectos da língua e da cultura partilhadas entre os membros de uma sociedade.

Partindo dessa acepção, compreendemos que o léxico revela a “face” daqueles que o produz. Assim, a partir do momento em que desvendamos os “segredos” arrolados em documentos manuscritos, como é o caso deste trabalho, também trazemos à tona o acervo vocabular utilizado por tais pessoas ao fazer uso daquele.

Assim, através do léxico podemos conhecer o vocabulário usado na ação de desquite editada para este trabalho, e com ele, podemos compreender como os signos linguísticos são conceituados a partir de uma perspectiva onomasiológica.

A título de explicação, destacamos que a Onomasiologia é uma ciência que estuda os signos linguísticos partindo do significado para o significante, ou seja, são levadas em consideração as experiências coletivas de um povo para se compreender o conceito de uma determinada palavra para, depois, chegarmos ao seu significante ou entrada lexical.

Já na Semasiologia os signos linguísticos são estudados a partir do significante ou entrada lexical (como é o caso dos dicionários) para depois chegarmos ao seu significado, ou seja, tanto a Onomasiologia como a Semasiologia partem do signo linguístico, mas com metodologias que se divergem e se auxiliam concomitantemente.

Circunscrito a isso, tomamos o SRC desenvolvido por Hallig e Wartburg ([1952] 1963) como aporte teórico para o elencamento das lexias constantes no referido documento, pois essa teoria é baseada em uma tentativa de sistematização do léxico que toma como base os conceitos, logo, a Onomasiologia está impregnada nessa teoria, ou melhor, no SRC os conceitos pré-científicos são os alicerces para a consolidação da proposta teórica.

O SRC, como mencionado anteriormente, possui três esferas, que incluem conceitos referentes ao homem - enquanto ser físico, intelectual e social - e tudo que o cerca – o Universo.

Assim, para o estudo do vocabulário, apoiamo-nos no SRC, focando na esfera B – O Homem, a qual apresenta as subdivisões: I – O Homem, ser físico e II – A alma e o intelecto, utilizando para isso os seguintes critérios:

- ✓ Para as entradas lexicais, as lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito, seguidas pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem;
- ✓ As lexias compostas foram classificadas como locução;
- ✓ As entradas dos nomes (substantivos e adjetivos) foram feitas pelo masculino e feminino singular;
- ✓ As entradas dos verbos foram feitas pelo infinitivo;
- ✓ Após a entrada e a classificação apresentamos a significação da lexia no contexto específico, seguida de um exemplo do texto e todas as demais indicações presentes na ação de desquite e os respectivos fólhos e linhas;
- ✓ Os exemplos foram apresentados entre aspas, com a lexia destacada em negrito (QUEIROZ, 2002).

#### 4.1. O Vocabulário

### **B- O HOMEM**

#### **I – O HOMEM, SER FÍSICO**

##### a) O ser

**HOMEM** (s.m.): ‘ser humano’.

**Contexto:** “[...] o **homem** toma uma especie de prazer no soffrimento [...]” (f. 39r, l. 19-20).

##### b) Os sentidos e suas atividades

###### 1. A visão

**VER** (v.t.d.): ‘tomar conhecimento de’.

**Contexto:** “[...] Saibam quantos este publico instrumento de pro- / curação bastante **virem**, que no Anno do Nascimen- [...]” (f. 5r, l. 19-20).

##### c) Vida humana em geral

###### 1. Nascimento

**NASCIMENTO** (s.m.): ‘ato de nascer; nascença’.

**Contexto:** “[...] que no Anno do **Nascimen-** / **to** de Nosso Senhor Jesus Christo [...]” (f. 5r, l.20-21).

###### 2. Morte

**FALECIMENTO** (s.m.): ‘ato de falecer; morte, óbito.’

**Contexto:** “[...] Agora, por motivo do **fallecimento** de sua / pranteada mai *Dona Maximiana de Almeida* [...]” (f. 2v, l.10-11).

### **II – A ALMA E O INTELECTO**

##### a) Atitudes

**ABANDONAR** (v.t.d.): ‘deixar, desamparar’.

**Contexto:** “[...] **abandonar** o lar, para, como disse, evitar [...]” (f. 41r, l. 29; f. 42 v, l. 12; f. 3r, l. 26);

**OCUPAR** (v.t.d.): ‘preencher um espaço’.

**Contexto:** “[...] mais não lhe permittia **occupar** o mesmo / leito e que de facto, embora sob o mesmo tecto, [...]” (f. 42v, l. 14-15;).

**ENCERRAR** (v.t.d.): ‘pôr fim a, fazer cessar’.

**Contexto:** “[...] pranteada mai Dona Maximiana de Almeida / Motta – **encerra-se** o inventario dos bens [...]” (f. 2v, l. 11-12).

**DEIXAR** (v.t.d.): ‘legar’.

**Contexto:** “[...] pranteada mai Dona Maximiana de Almeida / Motta – encerra-se o inventário dos bens/ que ella **deixara** e, por não ter a *Supplicante* d’antes [...]” (f. 2v, l. 11-13).

#### b) Personalidade

**GÊNIO** (s.m.): ‘temperamento’.

**Contexto:** “[...] que este, por motivo do seu **genio** inteiramente / diverso do da *Supplicante*, fora, pouco a pouco [...]” (f. 2r, l. 15-16).

**INCOMPATIBILIZAR** (v.t.i.): ‘ser incompatível; desarmonioso’.

**Contexto:** “[...] que este, por motivo do seu genio inteiramente / diverso do da *Supplicante*, fora, pouco a pouco, / se **incompatibilizando** para viver no lar [...]” (f. 2r, l. 15-17).

### 5. Considerações finais

Sabe-se que os documentos manuscritos são uma rica e importante fonte de informação e de estudos vários, logo, estudar uma Ação de Desquite nos reporta ao conhecimento da história e da cultura do povo que o produziu. Assim, ao realizarmos a edição semidiplomática do referido texto, adentramos, conseqüentemente, no vocabulário utilizado por aqueles que o construíram.

Diante do exposto, constatamos neste trabalho – ainda em andamento, por se tratar de uma dissertação de mestrado - que através do acervo vocabular são mais perceptíveis aspectos da sociedade, da história e da cultura de um povo. Dessa forma, ao desvelarmos o vocabulário utilizado no documento, a partir da teoria do Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg ([1952] 1963), notamos que os signos linguísticos, em uma perspectiva conceitual, podem ser alocados nas três esferas do SRC, pois há muitas lexias que se encaixam, conceitualmente, em todas aquelas.

Portanto, a língua é realmente o reflexo da sociedade, porque por meio daquela as pessoas podem deixar transparecer todos os seus anseios, medos, alegrias, tristezas, euforias, dúvidas, etc. e, especialmente, o vocabulário revela clara e nitidamente todos esses e outros pensamentos e sentimentos.

### Referências Bibliográficas

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.

CANO AGUILAR, Rafael. *Introducción al análisis filológico*. Madrid: Castalia, 2000.

HALLIG, R.; WARTBURG, W. von. *Begriffssystem als grundlage für die lexikographie; Versuch eines Ordnungsschemas*. 2. Neu bearbeitete und erweiterte Auflage Berlin: Akademie-Verlag, 1963.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *As ciências do léxico: lexicología, lexicografía e terminología*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1998. p. 7-9.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Introdução metodológica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007. p. 23-34.

\_\_\_\_\_. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da Consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “Castelo Perigoso” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214). 2002. 468f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

## LIVRO DE BATISMO DE FILHOS DE ESCRAVOS DA CHAPADA DIAMANTINA: EDIÇÃO E ESTUDO

Jeovania Silva do CARMO (UNEB)<sup>193</sup>

**Resumo:** Com o presente trabalho objetivamos apresentar uma mostra da edição semidiplomática de um Livro de Batismo de Filhos de Escravos da Chapada Diamantina – Bahia. Neste estão registrados os nomes dos filhos de escravos que foram beneficiados com a Lei do Ventre Livre. Procuramos de certa forma contribuir com pesquisadores das mais diversas áreas do saber e acrescentar dados para o resgate histórico, cultural e linguístico, a partir dos Antropônimos usados em determinada época no Brasil. Para fazer conhecido o *corpus*, efetuamos uma descrição geral e histórica do manuscrito apresentando os aspectos intrínsecos e extrínsecos ao documento.

**Palavras-Chave:** Filologia. Edição. Livro de Batismo.

### 1. A edição de texto

A atividade de edição de texto é uma tarefa que vem permitir, através do documento que ora se estuda aproximarmo-nos do passado sem a necessidade do manuseio com os manuscritos já em estado crítico de conservação devido à ação do tempo, como é o caso do livro que editamos. A consulta do documento original tornar-se-á necessária apenas em casos de dirimir dúvidas, garantindo a preservação da materialidade do original. Com o trabalho de edição, temos também por objetivo desenvolver reflexão e estudos linguístico-filológicos que possibilitarão aos pesquisadores de diferentes áreas do saber a construção de um acervo para o conhecimento da língua, dos fatos da cultura e da memória de um povo em determinada época. Como afirma Telles (2003, p.21):

[...] a filologia textual é cada vez mais um comprovante, um instrumento de grande importância para o estudo linguístico. Nesse momento é o texto que nos leva aos dados da língua. Desde os primórdios dos estudos da linguagem até finais do século XIX, tem sido o texto o documento dos fatos de língua.

A edição de textos reflete, assim, a necessidade de se preservar a memória cultural escrita, os fatos da língua e a sua transmissão a sucessivas gerações. São vários os tipos de edição. A Edição semidiplomática, foi o tipo escolhido para este trabalho, nela o editor pode realizar modificações para torná-la mais acessível a um público que não decodificaria determinadas características originais, como os sinais abreviativos. Neste tipo de edição, o editor poderá também desenvolver abreviaturas, inserir ou suprimir elementos por conjectura, como diz Cambraia (2005, p. 95): “[...] no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para torná-lo mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos.” O editor, ao escolher a edição semidiplomática, pode intervir de maneira que o texto fique mais claro para o leitor, como ainda afirma Cambraia (2005, p.96): “[...] torná-lo mais acessível a um público menos especializado”.

---

<sup>193</sup> Profa. Mestre Jeovania S. do Carmo – Universidade do Estado da Bahia – (UNEB). Itaberaba (BA), Brasil. E-mail: jeovania.uefs@bol.com.br

O documento em estudo, um livro manuscrito do século XIX, contendo registros de batismos de filhos de escravos da Chapada Diamantina, possui grande relevância, e esta reside no fato de que as informações presentes em todos os registros alcançam um considerável período, relativo ao século XIX, trazendo informações importantes de caráter linguístico, histórico, social, geográfico, cultural e onomástico, possibilitando enriquecer as pesquisas que já existem na região da Chapada Diamantina – Bahia. Queiroz, (2006, p. 155) ao falar sobre esse assunto, afirma que: “[...] é incontestável a importância da documentação, para o resgate da história, seja esta linguística, cultural, literária, religiosa e científica [...]” e “a partir do texto editado, este pode ser estudado na sua mais profunda essência, pois lhes foram preservados todos os seus elementos.”

Editar um texto literário ou notarial faz parte do labor filológico e busca resgatar textos autênticos e recuperar o patrimônio, a memória do povo envolvido, contribuindo para o estudo da linguagem, de estrato linguístico pretérito, da cultura e da sociedade, mesmo entendendo que, ao abrir espaços para variados tipos de textos, a filologia textual, na contemporaneidade, se depara com dificuldades que precisam ser desvendadas e o trabalho filológico contribui para isto, já que é uma ciência que dialoga com vários outros saberes na realização de seus trabalhos.

## 2. O *corpus*: descrição e histórico

A descrição diz respeito aos aspectos intrínsecos e extrínsecos ao documento, e nessa são observadas as particularidades físicas, podendo o editor explicitar o estado de conservação do mesmo.

O Livro em estudo, em um único volume, encontra-se arquivado na Casa Paroquial São Sebastião, na Igreja Matriz da cidade de Seabra e tem como pároco responsável Frei Aroldo Francisco Vieira. No arquivo (fig. 1 e 2) estão guardados vários livros manuscritos que precisam de restauração. O espaço é pequeno, limpo, sem climatização e suportes próprios, não sendo, então, ideal para a conservação de documentos tão importantes para a história regional. O local também serve como secretaria paroquial de atendimento à população do município para resolver questões pertinentes às responsabilidades litúrgicas e cerimoniais da igreja como: batismos, casamentos e confecção de vários documentos solicitados pela comunidade.

**Figura 1:** Parte interna do arquivo onde está guardado o livro de registros batismais.



**Fotografia:** Jeovania Silva do Carmo

**Figura 2:** Vista externa do local onde está guardado o livro de registros batismais.



**Fotografia:** Jeovania Silva do Carmo

## 2.1. Aspectos extrínsecos e intrínsecos ao documento

O documento está escrito em todos os seus fólhos. É um livro destinado ao registro de filhos de escravos e encontra-se em razoável estado de conservação, possuindo as seguintes dimensões: 281 mm X 430 mm.

A capa do livro é de cor marrom e encontra-se bastante estragada, com desprendimento das folhas, comprometendo seriamente a perda destas. Nota-se o escurecimento, por oxidação, de praticamente todo o suporte. No meio da capa do livro há uma tarja de papel na cor parda, já envelhecida, como pode ser observado na figura 3, na qual estão escritas, com tinta preta e em letras cursivas, informações sobre o nome da paróquia e datas de registros de casamentos, mas não traz informações reais sobre o conteúdo para o qual foi destinado no termo de abertura, que afirma ser o livro para o assentamentos de filhos de escravos.

**Figura 3:** Capa do livro que contém registros batismais dos filhos de escravos.

Transcrição



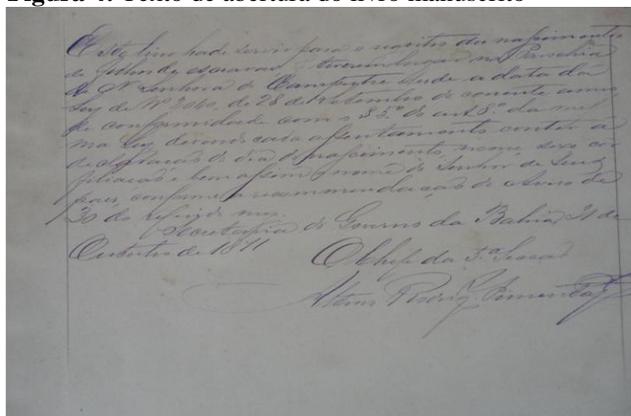
Parochia do Campestre[†]

Registros de Casamentos  
1901-1902-1903- 1904[†]  
1905-1906-1907- 190[†]  
1909-1910-1911-1912

**Fotografia:** Jeovania Silva do Carmo

Encontra-se na primeira folha do livro um termo de abertura, indicando para o que aquele seria destinado: registros de nascimentos de filhos de escravos, conforme fig.4, mas no livro só temos registros de nascimentos até o fólho 26, referentes ao período de 1871 até 1887. A partir do fólho 27 figuram os registros de casamentos de indivíduos da região.

**Figura 4:** Texto de abertura do livro manuscrito



**Fotografia:** Jeovania Silva do Carmo

Transcrição de abertura do livro

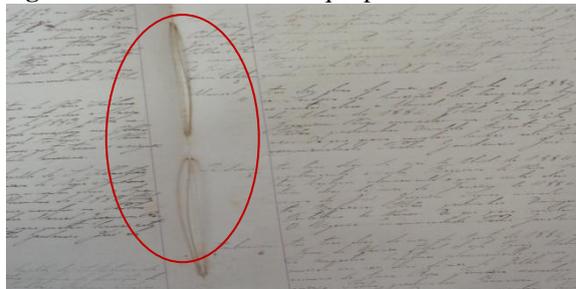
Este livro há de servir para o registro dos nascimentos de filhos de escravos, tiveram lugar na parochia de Nossa Senhora do Campestre desde a data da ley de nº 2040 de 28 de setembro do corrente anno de conformidade o § 5º do artigo 8º da mesma ley, devendo cada assentamento conter a declaração de dias de nascimento, nome, sexo com filiação e bem assim o nome do senhor de seus paes, conforme recommendação do aviso de 30 do referido mez.

Secretaria do Governo da Bahia, 31 de Outubro de 1871

O chefe da 5ª secção  
Altino Rodrigues Pimenta

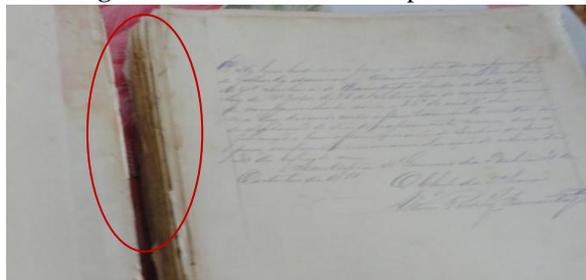
O Livro contém 200 fólhos numerados (com carimbo) e rubricados no ângulo direito superior dos fólhos recto, pelo chefe da 5ª secção da secretaria do governo da Bahia, o Senhor Altino Rodrigues Pimenta. No entanto, os registros foram lavrados tanto no recto quanto no verso. Os fólhos estão presos por um cordão grosso, (Fig. 5 e 6), porém a capa e alguns daqueles já estão soltos, resultado aparente do manuseio indevido e de seu natural envelhecimento.

**Figura 5:** Detalhe do cordão que prende os fólhos



**Fotografia:** Jeovania S. do Carmo

**Figura 6:** Detalhe de fólho e capa solta



**Fotografia:** Jeovania S. do Carmo

Do fólho 1r até o fólho 26v estão lavrados os registros dos filhos de escravos, no seguinte período: dezembro de 1871 até janeiro de 1887.

A partir do ano de 1901, do f. 27r até o f.200r, são lavrados os registros de casamentos e não mais registros batismais, que trazem os primeiros casamentos do f.27r e os últimos casamentos no f. 200r do ano de 1918.

Os fólhos editados foram escritos com tinta preta, outros com tinta azul, por vezes descorada pela ação do tempo. As letras que aparecem nos registros das crianças são diferentes, já que os celebrantes, vigários e padres foram substituídos ao longo do tempo.

A tinta usada para a escrita dos primeiros fólhos está ainda nítida e depois se torna bastante apagada. Algumas palavras estão bem legíveis, outras têm difícil leitura por causa do tipo da tinta e do tempo decorrido, o que levou a um envelhecimento natural do papel, e ocasionou algumas rasuras e apagamento da *scripta* de alguns nomes. Mesmo assim, foi possível transcrever todos os registros e quase todos em sua íntegra. Em alguns fólhos, percebemos marcas de manchas da tinta em algumas palavras (ocasionando algumas dificuldades para decifrar os grafemas). Em outros fólhos, há alguns furos provocados por fungos e algumas manchas provocadas por umidade e pela ação do tempo. Por conta da acidez, há, em outros fólhos, a ocorrência de alguns furos causados pela tinta usada pelo escrivão.

O documento é repleto de antropônimos (nomes de pessoas), como é característico desse gênero textual. Na margem esquerda, ao lado de cada registro, consta o nome da criança e o número de registro referente ao ano de batismo, com o objetivo de facilitar a identificação. Do lado direito de todos os fólhos há uma rubrica do chefe da secção da Secretaria do Governo do Estado da Bahia, conforme.

Com relação à realização dos batismos e as pessoas que lavraram os registros, verificamos o seguinte: Os batismos realizados de fevereiro de 1871 até janeiro de 1879 foram lavrados e assinados pelo Vigário João Baratta Goes. A partir de junho de 1879, os termos passaram a ser lavrados pelo encarregado da freguesia do Campestre, o padre Antonio José Alves Guimarães. De setembro ainda do ano de 1879, os batismos são realizados inicialmente pelo Cônego José Barbosa, vigário da Comarca do Rio de Contas e posteriormente pelo padre Gaudêncio José da Costa Cerqueira. No final de 1886 até o ano de 1887 foram os termos lavrados pelo Vigário Victor Leonardo da Soledade. Os registros das crianças são numerados por ano, conforme quadro 1:

**Quadro 1:** Ano, fólho e número de registros

Ano	fólios	Número de registros
1871	f. 1r	1
1872	f.1r - f.2v	23
1873	f.3r - f.5v	29
1874	f.5v - f.7v	23
1875	f.8r - f.9v	23
1876	f.10r - f.12r	23
1877	f.12r - f.13v	21
1878	f.14v - f.15r	11
1879	f.15v - f.17v	23
1880	f.17v - f.18v	12
1881	f.18v - f.20r	18
1882	f.21r - f.21v	12
1883	f.22r - f.22v	8
1884	f.22v - f.24r	12
1885	f.24r - f.25r	11
1886	f.25r - f.26r	8
1887	f.26r - f.26v	11
Total		269

Conforme disposto no Quadro 1, temos um total de 269 registros de crianças, filhos de escravos, sendo 130 mulheres e 139 homens, batizados nas seguintes igrejas: Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campestre e as chamadas de filiais pelos escravos. Além destas, algumas cerimônias foram realizadas em algumas casas de moradores da região do Campestre.

Nos registros constam dia do nascimento da criança, o nome, o sexo, cor, filiação e nome do senhor, conforme Lei Estadual vigente na época, e segundo nota presente na abertura do livro. A lei diz respeito à liberdade das crianças, chamada de Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, que consiste em dar a condição de livre aos filhos das escravas nascidos nessa época, esta era a Lei de número 2.024, datada de 28 de setembro de 1871, conforme artigo primeiro, como segue adiante:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. § 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado uma indenização, ou de utilizar-se dos serviços do menor até 21 anos de idade completos (BRASIL, 1871).

Cabe ainda deixar claro que nos registros de batismos não constavam os sobrenomes das crianças batizadas. Há sempre o primeiro nome da mãe, e apenas alguns nomes de pais foram registrados. No entanto, sempre constam o nome e sobrenome dos senhores e dos padrinhos das crianças, as quais eram mantidas, de certa forma, ligadas aos senhores dos pais, o que se deduz ser um artifício da lei para que os patrões (fazendeiros, senhores de engenhos) não perdessem seus trabalhadores. Os párocos da época obedeciam na íntegra o inciso 5º da lei n. 2.024 de 1871, que dizia: “Os párocos serão obrigados a ter livros especiais

para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000” (BRASIL, 1871).

O documento está escrito em língua portuguesa, com características linguísticas próprias da época. No que concerne à grafia das palavras, algumas destas apresentam variantes grafemáticas como nos exemplos a seguir: desembro/dezembro, <s>, <z>, outubro/outubro, <oc>, <ou>, Matriz/Matris <z> <s>. Comparando-se a grafia do período em estudo (1871 a 1887) com a atual, verificamos que na época ocorriam na *scripta*: letras geminadas, variação gráfica de consoantes sem alteração de significado e utilização de consoante muda em algumas palavras, conforme os seguintes exemplos: baptizado > batizado; anno > ano, theor > teor, assigno > assino, sette > sete, o que era muito comum, pois neste período em que os registros foram lavrados, século XIX, não havia a normatização da ortografia da língua portuguesa, como afirma Baurepaire-Rohan (1956, p. 4): “[...] Não faltam dicionários; mas cada autor indica um modo de escrever e pronunciar diverso dos outros [...]”. O texto contém algumas abreviaturas de palavras, inclusive de nomes e de sobrenomes de pessoas e, durante a transcrição, foram feitos os desdobramentos, apresentando-as em itálico, a exemplo das palavras a seguir e outras dispostas no quadro 2 : S.=Santo, S.= *Senhor*; N.= *Nossa*; Freg.= *Freguesia*;

**Quadro 2** :Mostra de abreviaturas, desdobramentos e fólhos

Abreviaturas	Desdobramentos	fólhos
	Francisca	f.2v
	Vigário	f. 1r
	Goes	f.1r.

### 3. Edição semidiplomática

Apresentaremos a seguir, uma mostra da edição semidiplomática, do fólho 2.r contido no Livro de Registros de Batismo da Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campestre na Chapada Diamantina – Bahia. Neste fólho foram lavrados os registros de cinco crianças.

f.2r

5	Marcellina 15	Aos 25 de Agosto de 1872 nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Campestre foi baptizado pelo Reverendo <i>Senhor</i> Vigário João Baratta Goes <b>Marcellina</b> , crioula nascida a 9 de Junho do mesmo anno filha natural natural de Sufia José Joaquim Suares e Maria Joanna Suares, forão padrinhos Herculano José de Souza e Theodora Maria da Conceição do que para constar mandei lavrar este termo no qual me assigno O <i>Vigario</i> João Baratta <i>Goez</i> . Por procuração De meo sogro José Joaquim Suares                      Antonio Goncalves de Araujo Como <i>testemunha</i> Francisco João da Silva João Francisco de Souza
10	Antonia 16	Aos 25 de Agosto de 1872 nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Campestre foi baptizada pelo Reverendo <i>Senhor</i> Vigario João Baratta Goes <b>Antonia</b> crioula, nascida a 4 de Agosto do mesmo anno, filha natural de Martha escrava de Miguel Francisco Lopes, e Maria Francisca, forão padrinhos Delfino Ignácio de Souza, Sufia Maria

- do que para constar mandei lavrar este termo no qual me assigno.
- 15 O Vigário João Baratta Goes.  
Miguel Francisco Lopes  
Como testemunhas Joaquim Ignácio Roir Oliveira  
José Francisco de Souza
- 20 Anacleto 17 Aos 4 de Setembro de 1872 nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Campestre foi baptizado pelo Reverendo Senhor Vigario João Baratta Goes **Anacleto**, crioulo nascida a 14 de Julho do mesmo anno, filho legítimo de Mathia e Benvinda escrava de Gregorio Ribeiro da Fonseca e Damasia Pereira. forão padrinhos José Estevão D' Oliveira e Maria Franceina de Novais: do que para constar mandei lavrar este termo no qual me assigno.
- 25 O Vigario João Baratta Goes  
Gregorio Ribeiro da Fonseca  
Como testemunhas Antonio Goncalves de Araújo  
José Joaquim Cater
- 30 Maria 18 Aos 15 de Setembro de 1872 nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Campestre foi baptizada pelo Reverendo Senhor Vigario João Baratta Goes **Maria** cabra nascida a 11 de Setembro do mesmo anno, filha natural de Benicia, escrava de Marcellino de Sá Telles e Rosa de Sá Telles, sendo Padrinhos José Christino da Silva e Syprianna Suares de Souza: do que para constar mandei lavrar este termo no qual me assigno
- 35 O Vigario João Baratta Goes  
Marcellino de Sá Telles  
Como Testemunhas Joaquim José de Santana Anna  
Thomaz Rodrigues de Sá
- 40 Antonio 19 Ao 1 de Novembro de 1872 nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Campestre foi baptizado pelo Reverendo Senhor Vigario João Baratta Goez, **Antonio**, preto, nascido a 16 de outubro de 1872 filho natural de Benedicta, escrava de Manoel da Silva (de) Ribeiro e Donatta Maria de Jovenal : forão padrinhos Marcellino da Silva Ribeiro, e Anna Ritta de Jezus: do que para constar mandei lavrar este termo no qual me assigno. O Vigario João Baratta Goes
- 45 Por Manoel da Silva Ribeiro Jose Joaquim di Araujo  
Como testemunhas José Christino da Silva  
Julião Francisco Oliveira

#### 4. Considerações finais

Concluimos ratificando o valor material, histórico e linguístico do manuscrito, além do valor filológico que possui, na convicção de que ainda há muito por fazer e de que esse foi um processo apenas iniciado, a partir de um recorte específico, com a perspectiva de que outros trabalhos poderão ser desenvolvidos, relacionados, por exemplo, aos antropônimos das mulheres escravas no período e na região. Outros estudos poderão ser ampliados em todas as suas interfaces, a fim de resgatar um patrimônio histórico e social da região da Chapada Diamantina - Bahia.

#### Referências Bibliográficas

BEUREPAIRE-ROHAN, H.P.C. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. 2. ed. fac-similada. Salvador: Progresso, 1956.

BRASIL. Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871. Lei do ventre livre. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2011.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *Documentos do acervo de monsenhor Galvão*: edição semidiplomática. Feira de Santana: UEFS, 2007.

TELLES, Célia Marques. Que textos são oferecidos aos estudantes? *Revista do GELNE*: João Pessoa: Idéia / Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, n.12, p.21-26, 2003.

## O CORUJA, DE ALUÍSIO AZEVEDO – EDIÇÃO COMENTADA

Afrânio da Silva GARCIA (UERJ)<sup>194</sup>

**Resumo:** Esta edição comentada de *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, tem por objetivo reapresentar ao leitor brasileiro uma obra magnífica de um dos maiores nomes da literatura brasileira, infelizmente inédita nas últimas décadas. Para estabelecimento do texto, baseamos-nos na edição de 1921, visto não nos ter sido possível ter acesso à primeira edição, de 1887, cotejando-a com todas as outras edições até a edição de 1947. Após o estudo linguístico da obra, apresentamos um *apêndice* em que comentamos alguns dos pontos que julgamos mais marcantes e significativos do texto de *O Coruja*, do ponto de vista retórico e literário.

**Palavras-chave:** O Coruja, Aluísio Azevedo, edição comentada, língua, literatura

### 1. Introdução

Procuramos, nesta edição comentada de *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, apresentar ao leitor brasileiro uma das mais importantes obras de um dos maiores nomes da literatura brasileira, infelizmente inédita nas últimas décadas, exceto como parte da *Ficção Completa* (Nova Aguilar, 2005, v. II).

Muito embora este romance mantenha a estrutura de folhetim, recorrendo a artifícios para apelar à emoção do leitor, sua profundidade temática é imensa e, julgamos, atemporal, razão de considerarmos oportuno seu relançamento em 2010.

Garantimos ao nosso leitor grandes momentos de reflexão, emoção (dos risos às lágrimas), entretenimento e, principalmente, engrandecimento com a leitura deste romance.

Para estabelecimento do texto, baseamos-nos na *edição de 1921*, visto não nos ter sido possível ter acesso à primeira edição, de 1887, cotejando-a com *todas as outras edições até a edição de 1947*.

Quanto à redação, optamos por atualizar a ortografia, mantendo, contudo, as seguintes exceções:

a) Nas palavras em que até hoje existe uma oscilação em algumas regiões da lusofonia entre a pronúncia com ditongo *ou* ou *oi*, mantivemos a grafia original: *dous*, *cousa*, *couce*, *doudo*, *loiro*, etc.

b) Mantivemos também alguns arcaísmos até hoje falados por algumas pessoas no Brasil e em Portugal, como *cincoenta*, *bispar*, etc.

c) Por último, conservamos o adjetivo *peior* e o verbo *peiorar*, devido ao fato de o próprio Aluísio Azevedo começar o livro usando-os e, no final do livro, passar a usar *pior*, o que evidenciaria ou uma opção do Autor ou uma mudança linguística que ocorreu no período de elaboração da obra.

Dividimos nosso trabalho em duas partes: na primeira, fazemos um estudo linguístico da obra; na segunda, um estudo retórico e literário.

### 2. Estudo linguístico de “O Coruja”

Além das variantes de época que nós mantivemos, causou espécie em nosso estudo de *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, os seguintes fatos linguísticos:

<sup>194</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: afraniogarcia@gmail.com

a) A profusão de palavras estrangeiras e alguns latinismos, comprovando tanto a erudição do Autor como ser tal uso muito mais aceito naquele tempo do que nos dias atuais, o que pode ser provado pela presença de *bonet, gavet, cognac, bandós, coupé, et, cabriolet, desideratum, assassin, amant de coeur, tilbury*, etc.

b) Também estão presentes várias contrações de pronomes oblíquos, hoje restritas apenas ao português lusitano. Como o Autor tem uma postura decididamente brasileira, parece ser um uso comum na época: “— *Cedo-lha, repito! — Cede-ma?*”; “*O bruto nega-ma com certeza!*”; “*...foi buscar uma bilha cheia e trouxe-lha*”; “— *Negou-ma! — Negouta?*”; “*...tirando-lho*”; “*Não posso ter um vintém que não mo roubem!*”; “*...dar-tas*”, etc.

c) As palavras paroxítonas terminadas em *-eia* (antes da reforma ortográfica, escrito *-éia*, para marcar a vogal *e* aberta), tinham sua terminação grafada *-éa*, consoante a forma da época: *idéa* (inúmeros exemplos), *idéas, platéas*, etc.

d) Conjunções que hoje se escrevem como uma só palavra eram escritas separadamente: *outro sim, com tanto, não felizmente* (em lugar de *infelizmente*), etc.

e) Os verbos e adjetivos terminados em *-ear, -eado* atualmente eram grafados *-eiar, -eiado*: *apeiaram-se, ceiar, receioso, passeiar, alheitados, receiasse, apeiou-se, receiava, receiosa, passeiou*, etc.

f) A importância da edição de textos e da ecdótica podem ser confirmadas por omissões que realmente *mutilaram a obra* de Aluísio Azevedo na 2ª edição, quais sejam a *falta das páginas 131 e 132* e *duas omissões de falas da personagem Branca*, talvez a principal personagem feminina do romance, que reaparecem nas edições posteriores de *O Coruja*. Se simplesmente editássemos *O Coruja* conforme a 2ª edição, a obra teria perdido uma grande parte do seu entendimento e valor.

### 3. Estudo retórico e literário de “O Coruja”

*O Coruja* é uma obra singular na literatura de Aluísio Azevedo não só por sua temática como por sua forma. Ele mantém a estrutura folhetinesca de alguns romances de Aluísio Azevedo, ao mesmo tempo em que apresenta um discurso altamente reflexivo. Pontos há em que o Autor se perde, ou a narrativa fica arrastada, mas quando acerta, produz passagens de grande profundidade e beleza.

#### 3.1. Desvelando com sarcasmo a verdade

Em *O Coruja*, Aluísio Azevedo emprega diversas vezes o recurso estilístico de fazer um personagem revelar, sem nenhuma hipocrisia ou pudor, exatamente aquilo que lhe passa pela mente. Esse *desvelamento* da real personalidade do personagem ou da real natureza de um fato social é sempre pintado com as tintas fortes da *ironia*, do cinismo ou do exagero, provocando um *efeito cômico e sarcástico simplesmente irresistível*.

Uma das características mais fascinantes do Teobaldo, o amigo rico, bonito, bem-sucedido, irresponsável e indolente do Coruja, que é pobre, feio, fracassado, porém trabalhador e sério ao extremo, é seu hábito de *falar sem o menor pudor as verdades* que lhe passam pela cabeça, verdades que as pessoas pensam, mas não se atrevem a externar, como podemos constatar pelo trecho abaixo.

“... Será isto o *verdadeiro amor?*... Talvez, mas se assim é, *arrenego dele*, porque não conheço coisa mais insuportável! ... Ainda se ele não fosse tão *desengraçada!* ... tão *tola!* ... Mas, valha-me Deus, nunca vi mulher mais *ridícula* quando tem ciúme, ainda não vi ninguém *fazer cara tão feia para chorar!* (. . .)

E, para se divertir, pôs-se a lembrar as asneiras dela. Ernestina não dizia nunca “*eu fui*”, era “*eu foi*”; pronunciava *pãos, razãos, tostãos* e

gostava muito de preceder com um *a* certos verbos, como divertir, divulgar, reunir e outros; como também não pronunciava as letras soltas no meio das palavras. “Obstáculo” em sua boca era “*ostáculo*”, “obsta” era “*osta*” e assim por diante. E a respeito dos tempos do verbo? Se ela queria dizer “*entremos*”, dizia “*entramos*” e vice-versa; perguntava — “*tu fostes? — tu fizestes?*” Uma calamidade!

Não era *feiazinha* de rosto, isso não; mas em toda a sua fisionomia, como no rosto, *não se encontrava um só traço original, distinto, impressionável*. Vestia-se, calçava-se e penteava-se como toda a gente, e *só conversava a respeito de vulgaridades*, sem nunca ter uma frase própria; rindo quando repetia uma pilhéria já muito estafada, e desconfiando sempre que lhe diziam qualquer coisa que ela não entendesse. Uma *lesma!*”

(Parte II; capítulo XVIII)

Ao lermos a passagem acima, nos identificamos imediatamente com ela. Quantas vezes não nos deparamos com mulheres possuidoras dos mesmos defeitos, e nos refreamos para não lhe dizer tudo aquilo que Teobaldo diz, ainda que só o diga em pensamento (e para nós, leitores!), debochando de seu *mau gosto* e de sua *ignorância*?! O resultado é que nos pomos a *rir* de sua *franqueza*, franqueza que desejaríamos poder exercer, e nos divertimos imensamente com ela.

Já o personagem Aguiar pode ser definido como o *canalha sem nenhum pudor*, que se orgulha do que tem sem merecer e tenta sempre obter ainda mais vantagens. Essa *desfaçatez* de Aguiar pode bem ser observada no trecho abaixo:

“— Eu... queres que te diga? ... eu, pelo menos, continuou o Aguiar, derramando Madeira nos cálices, nunca me arrependi de haver entrado para o comércio. Verdade é que nada fiz por mim e que não estaria na posição em que me acho, se não fosse meu pai, mas nem por isso sou menos feliz, verdadeiramente feliz! Que diabo! *Ganhar sem sentir, às vezes sem trabalhar! ... Pode haver cousa melhor?* Passo semanas e semanas inteiras na pândega, gasto por vinte e, quando julgo que os negócios vão mal, diz-me o guarda-livros que ganhei mais do que nunca! Ah! nada há como o comércio para fazer dinheiro! E hoje, deixem falar quem fala, o dinheiro é tudo! Com ele tudo se obtém — glórias, honras, prazeres, consideração, amor! tudo! tudo!” (parte II; capítulo X)

Com que cinismo Aguiar descreve as *injustiças sociais* que o beneficiam! E as hipérbolas (ou não?): *semanas e semanas inteiras na pândega, gasto por vinte*; e mesmo assim: *ganhei mais do que nunca*. Note-se a ironia cruel com André, o Coruja, que passará o romance inteiro a se esfalfar e terminará o romance *em busca de dinheiro para comprar comida para o seu povo!*

### 3.2. Alguns gostam de usar, alguns gostam de ser usados

A natureza complementar de *dominação e sujeição*, inclusive no nível intelectual, tão bem expressa pela cantora Annie Lennox no verso “*Some of them want to use you, some of them want to be used by you*”, traduzindo: *Alguns deles querem usá-lo, alguns deles querem ser usados por você*, parece se encaixar perfeitamente na relação entre Teobaldo e o Coruja, em que o primeiro vale-se não só do dinheiro deste para sustentá-lo e livrá-lo de dificuldades, como também do seu trabalho intelectual, sem nunca retribuir financeiramente estes favores. Aluísio Azevedo não explica a razão deste comportamento, apontando como causa apenas a formação de cada um, um sempre mal tratado, outro sempre adulado. Apesar disso, a insistência do Autor no assunto e sua pintura vívida da injustiça que tal situação comporta causam-nos profundas reflexões, mexem fundo com nosso âmago:

“— Mas é um tesouro isto que aqui tens! . . . Deves fazer publicar estas notas!

— Qual! Não despertariam interesse em ninguém; falta-lhes forma literária, não passam de apontamentos; datas, nomes, , citações, discursos políticos e nada mais.

— Ora! A forma literária é o de menos. Isso arranja-se brincando.

— Pois se quiseres arranjà-la.

— Homem! Está dito. Publicam-se com um pseudônimo. Vais ver o barulhão que isto faz aí! (. . .)

Daí a dias surgia em público o primeiro artigo de uma longa série que então se publicaram e que estavam destinados a dar ao marido de Branca uma nova reputação, uma reputação que ele ainda não tinha: — a de homem de bom senso prático e econômico.

*As conscienciosas notas de André* (o Coruja), floreadas pelas lantejoulas da retórica do outro, converteram-se no objeto de curiosidade pública. Foi um verdadeiro sucesso; o jornal que as publicou viu sua tiragem aumentada e os artigos, uma vez colecionados em volume, deram várias edições. Daí nasceu *o prestígio de Teobaldo* entre os homens públicos do seu tempo, que desde então começaram a respeitá-lo, se bem que o habilidoso jamais se declarasse positivamente ser o autor dos célebres artigos.” (Parte III; capítulo XII)

### 3.3. A irracionalidade das convenções sociais

Várias vezes, Aluísio Azevedo vale-se da fala dos personagens de *O Coruja* para questionar as *convenções sociais* da época, enfatizando sua *irracionalidade*, geralmente de maneira jocosa e irônica, consoante a máxima latina “*Ridendo castigat mores*” (*Através do riso, castiga-se os costumes*).

Dentre as convenções sociais que ele mais ataca estão aquelas que envolvem os valores da vida em sociedade, o comércio, a política e as relações amorosas, principalmente no que diz respeito à vida conjugal e à valorização da virgindade. A passagem a seguir exemplifica à perfeição o humor cáustico, a fina ironia com que ele tratava o assunto.

“— Ora bem, dize-me ainda: que diabos entendes tu pela tal mulher virtuosa?

— A mulher casta.

— E pela outra entendes naturalmente a que não é casta. Para aquela tens tudo que há de bom em ti — o respeito, o amor, a confiança; e para esta, guardas o contrário de tudo isso: — desconfias dela, não a estimas sinceramente, e não lhe dedicas a menor consideração, porque a infeliz nada te merece!

— Não é uma lei criada por mim (. . .)

— Bem. Admitindo que é mais difícil seduzir a mulher velhaca do que a mulher inocente, e visto que a classe das perdidas compõe-se em geral destas últimas, segue-se que toda mulher é má, umas por natureza e outras à força de circunstâncias; daí a condenação de todas elas.

— Isso é filosofia muito apaixonada! . . .

— Não, é simplesmente verdadeira. Ora, dize-me se, em vez de me teres agora ao teu lado, tivesses uma rapariga de minha idade, casada aí com qualquer sujeito e mãe de um pequeno que ela tivesse ao colo e de mais três que lhe subissem pelas pernas; dize-me, que impressão te produziria no espírito essa mulher?

— Uma impressão toda de respeito e acatamento.

— Pois bem, imagina tu por outro lado que essa mesma rapariga, antes de conhecer o homem que havia de casar com ela, era uma criatura inocente ao ponto de ignorar a valia da própria virgindade, e crédula ao ponto de não supor o seu noivo capaz de a enganar; imagina ainda que esse noivo é nada menos do que um sedutor; imagina que ele a abandona depois de desvirtuá-la e que à infeliz se fecham, como é costume, todas as portas, menos, está claro, a de um sujeito que se propõe substituir o primeiro, não com o casamento, que vocês são incapazes disso, mas substituí-lo amancebando-se com ela.

— Bem.

— Pois, feito isto, meu amigo, está feita a grande viagem da perdição, porque depois desses dois degraus é só escorregar, e escorregar fatalmente, sem esperança de apoio. Se do primeiro ao segundo amante mediou um ano, do segundo ao terceiro vai só um mês, do terceiro ao quarto uma semana, e os outros contam-se pelos dias e afinal pelas horas. E agora, imagina tu, meu orgulhoso, que, em vez de mim, tivesses a teu lado uma dessas desgraçadas que têm amantes por hora, uma dessas mártires que, por inocência e por credulidade, se deixaram arrastar à última degradação, imagina essa mulher ao teu lado e dize-me depois que sentimentos ela te inspiraria.

— O da compaixão, está claro.

— O da compaixão! Mas que espécie de compaixão é essa, que só se veste de desprezo e desdém? Para os entes que nos inspiram compaixão, entendo que deve haver palavras consoladoras e cheias de caridade, deve haver ternura e carinho e não o abandono e a maldição!”

(Parte II; capítulo IX)

Repare-se na *brilhante argumentação* e na *ironia* com que Leonília desvela a *irracionalidade* e o *absurdo das convenções sociais* de então, que separa todas as mulheres do mundo em apenas duas classes: a *mulher virtuosa*, que se mantém virgem até se tornar esposa e constituir família, e a *mulher que não é virtuosa*, eufemismo usado para definir as outras pela negação das qualidades da mulher virtuosa; que condenam toda e qualquer mulher que se torna *vítima de um sedutor*, sem levar em consideração que, muitas vezes, ela só se tornou vítima por ser *bondosa, inocente e confiar no homem que dizia amá-la*. Também é digna de nota a forma com que ela denuncia a *hipocrisia* das posturas falsamente piedosas de Teobaldo, pois o homem que afirma ter *compaixão* pelas mulheres “*decaídas*”, só tem por elas *desprezo e desdém*, condenando-as ao *abandono* e à *maldição*.

### 3.5. Um breve momento de alívio

Por se tratar *O Coruja* de um livro mais reflexivo, Aluísio Azevedo restringe o uso das *descrições magníficas*, sua marca estilística mais impressionante. Mesmo assim, ele as apresenta, como na passagem em que Teobaldo revê Leonília, sua amante linda e rica da juventude, agora decaída e pobre, ou na aclamação de Teobaldo como ministro. A descrição mais empolgante, todavia, é a da visita de Teobaldo, já ministro, ao Coruja, num momento em que este passava por grandes dificuldades. A descrição da *alegria luminosa* que se instala naquela *casa miserável* com tão ilustre visita é uma das passagens mais emocionantes da nossa literatura, na qual Aluísio Azevedo usa soberbamente o recurso narrativo conhecido em inglês pelo nome de *comic relief* ou *brief moment of joy*, no qual uma sucessão de acontecimentos dramáticos é suspensa, momentaneamente, por um acontecimento feliz ou por uma passagem cômica, prolongando e intensificando a emoção trágica que se segue, como podemos verificar pela passagem abaixo.

“Dous meses depois, em um Domingo, Teobaldo fora surpreendê-lo em casa às nove horas da manhã. Ia de chapéu baixo, fato leve e bengalinha de junco. Em vez de *coupé*, que costumava usar com duas ordenanças, vinha de tîlburi. Entrou gritando desde a porta da rua pelo Coruja:

— Onde estava aquele malandro! Talvez ainda metido na cama!? Pois que não fosse tão epicurista e viesse cá para fora receber os amigos!

André, que trabalhava fechado no quarto, largou mão do serviço e correu ao encontro dele; ao passo que Inês fugia para junto da mãe, muito sobressaltada por aquela voz argentina e cheia de vida, que espantava a miserável tristeza da casa com sua risonha expressão de estroinice fidalga.

— Ora venha de lá esse abraço, mestre Coruja!

(. . .) Coruja erguera-se para ir à cozinha ver o que havia para almoçar, mas o outro, percebendo-lhe a intenção gritara:

— Olha! Vão chegar aí umas cousas que mandei vir do hotel.

— Bom, disse André, risonho como havia muito tempo não o viam, porque o nosso almoço, força é confessar, não vale dous caracóis!

— Com certeza já tivemos outros peiores! Repliou Teobaldo, encaminhando-se também para a cozinha. Deixa estar que ainda havemos de fazer aqui um jantar. Nós dous!

— Quando quiseres!

— Nós dous é um modo de dizer! Tu não entendes patavina a respeito de cozinha!

— Mas posso servir de teu ajudante!

Pouco depois chegou a encomenda do hotel. Teobaldo foi por suas próprias mãos abrir a caixa da comida e, para cada prato que tirava de dentro dela, tinha uma exclamação de afetado entusiasmo:

— Bravo! bravo! Bolinhos de bacalhau! Costeletas de porco! Maionese de camarões! Peixe recheado! Pato assado! (. . .)

O almoço foi alegre e comido com bastante apetite. Inesinha preparou-se antes de aparecer ao senhor ministro, mas, apesar das insistências deste, não tomou lugar à mesa, para ficar servindo.

Dona Margarida, lá mesmo na cama onde continuava amarrada pelo reumatismo, dirigia o serviço, lembrando de quando em quando à filha tudo aquilo que podia ser esquecido.

— Areaste o paliteiro? Perguntava ela do quarto. Se não areaste é melhor pôr o outro de louça, que está na gaveta do armário.

— Já pus, sim senhora.

— Não te esqueças dos guardanapos. Os melhores são os de debrum encarnado.

— Eu sei, mamãe!

— Olha que o café esteja pronto quando eles acabarem! Mas o Sr. Teobaldo talvez prefira o chá. Pergunta-lhe.

— Café! café! respondeu o próprio Teobaldo, de modo a ser ouvido pela velha. (. . .)

E Teobaldo, tendo ainda conversado com o amigo enquanto dava cabo de um charuto, estirou-se melhor no trôpego canapé em que estava e adormeceu profundamente.

Coruja veio na ponta dos pés até à sala de jantar e, concheando a mão contra a boca, disse em voz baixa:

— Agora, nada de barulho, que Teobaldo está dormindo!

(parte III; capítulo XXIII)

Note-se como é bem elaborada essa descrição: os *xingamentos carinhosos* de Teobaldo para o Coruja, enfatizando o grande grau de intimidade e amizade que os une; a *alegria* que Teobaldo expressa diante das *iguarias*, dando voz à alegria que elas provocavam

na família pobre, que não ousava manifestá-la; o fato de *dormir na casa do amigo*, reforçando a profunda comunhão existente entre eles; a *família pobre envergonhada* de sentar-se à mesa do visitante rico, mas ansiosa para agradá-lo; *a velha a torturar a filha* com suas recomendações, etc.

### 3.6. A Ingratidão, esta pantera

No final do romance, o Coruja percebe a *ingratidão* de que sempre foi vítima, bem como a *enorme injustiça das relações sociais*, numa das passagens mais pungentes e sofridas da literatura brasileira, como se sua vida fosse uma confirmação eterna dos versos de Augusto dos Anjos: *Somente a Ingratidão, esta pantera, foi tua companheira inseparável!*, como podemos constatar a seguir.

“Saiu triste, profundamente triste, sem contudo saber a razão dessa tristeza. Um vago desgosto pela vida o acabrunhava e consumia; um tédio enorme, uma espécie de cansaço de ser bom, levava-o sombriamente a pensar na morte. É que em torno de seus passos havia encontrado sempre e sempre a mesma ingratidão ou a mesma antipatia por parte de todos, ou a mesma maldade por parte de cada um. Agora daria tudo para cometer uma ação má, como se por essa forma o seu coração pretendesse repousar um instante. E, por todo o caminho, notou pela primeira vez os encontrões que lhe davam, as caras más que lhe faziam os transeuntes, a total falta de comiseração que todos lhe patenteavam.

Observou que ninguém lhe cedia a passagem na calçada. Um homem em mangas de camisa dera-lhe um empurrão e, ainda por cima, lhe gritara: — “Que diabo! Está bêbado?!” Um padre, querendo passar ao mesmo tempo que ele, dissera-lhe: — “Arrede-se!” E um menino de jaquetinha e calça curta chegara a obrigá-lo a ceder-lhe o passo. Ao atravessar a rua, quando ia a chegar à casa, uma carruagem que passava a todo trote, levantou com as rodas um jato de lama, que se foi estampar na cara dele.

Era o Afonso de Aguiar quem ia dentro desse carro. Voltara, afinal ao Brasil. E, só aquele fato de ver o Aguiar, sempre feliz, rico, rejuvenescido com o passeio à Europa, ainda mais o fez entristecer. (. . .)

E, pois, sem carinhos de espécie alguma, sem o menor consolo, lá ia vegetando entre aquela família, que não era sua senão no peso, e entre aquela mesquinha e perversa humanidade, que o apupava, que o insultava e que nunca lhe estendera a mão com um outro fim que não fora pedir uma esmola ou dar uma bofetada.” (parte III; capítulos XXII-XXIII)

Repare com que maestria Aluísio Azevedo enfatiza a *injustiça social*, que faz de André uma vítima: **o triunfo imerecido de Afonso de Aguiar, a ingratidão das pessoas que com ele moravam e dele dependiam, os empurrões e maus tratos que recebia na rua**. Repare ainda a linda metáfora final, da *humanidade que nunca lhe estendera a mão a não ser para pedir uma esmola ou dar uma bofetada*. É de cortar o coração!

### 3.7. O Coruja: um romance socialista?

Uma característica marcante do romance *O Coruja* é o fato de todos os personagens serem tipos tão rigidamente construídos que parecem não ter existência própria, serem vazios de sentimento. Vejamos alguns exemplos:

A) *André, o Coruja*, vive apenas para os outros, ao ponto de se deixar permanecer sem casar e virgem, porque todo dinheiro que ganha, ele dedica a Teobaldo e aos necessitados;

B) *Teobaldo* tem um conceito extremado de *honra* em relação às mulheres, mas vive às custas de André e de quem mais puder financiá-lo

C) *Santa e Branca* simbolizam a *virtude*, sendo que a primeira nem nome tem (é referida apenas pelo apelido de Santa) e a segunda tem como nome a cor-símbolo da pureza e da castidade.

Essa falta de profundidade, essa *tipificação vazia* dos personagens não é sem razão. Se buscarmos um sentido para essas existências tão vazias, perceberemos que o *fator social*, com sua injustiça cínica e seu peso esmagador, soterra esses indivíduos e obriga-os a ser deste ou daquele tipo.

André é um pobre órfão, condenado a uma vida de escravidão, solidão e desprezo – em suma, *condenado ao fracasso*, independentemente de seu esforço, talento ou valor. Teobaldo é um filhinho-de-papai, orgulhoso e arrogante, mas incapaz de desenvolver suas potencialidades devido ao molde social em que foi criado. Mesmo assim, por ser da classe dominante, ele está inelutavelmente *destinado ao sucesso*. Santa e Branca se anulam como indivíduos, porque era o papel exigido das mulheres então, *relegando sua individualidade* para cumprir o papel de *esposa e mãe abnegada*.

Aluísio Azevedo, em *O Coruja*, cria uma *romance de tese* cujo sentido último é mostrar como as relações sociais e financeiras moldam nossa sociedade, um *romance socialista*, num sentido até *marxista* do termo, visto que são as *relações de capital*, mais do que as humanas ou sociais, que determinam o rumo do romance e da vida dos seus personagens.

*O Coruja, Dona Margarida e Inesinha* são condenados à pobreza, à exploração e à estagnação social, na medida em que nasceram no *lado errado da sociedade*, visto sob uma ótica de exploração de uma coletividade por uma oligarquia. Em contrapartida, *Teobaldo e Aguiar* são bem sucedidos e vitoriosos, a despeito da sua ausência de esforço, porque nasceram do *lado certo da sociedade*, sendo seus reveses devidos a suas escolhas pessoais. Parece que o Autor quer enfatizar que a desgraça dos personagens bem-nascidos seria decorrente de suas *opções socialmente inadequadas*, em vista da classe social a que pertencem, confirmando a *tese* de seu romance: *aos membros da classe dominada, tudo será negado e cobrado; aos membros da classe dominante, tudo será dado e perdoado, com a ressalva que eles não tentem ir contra os ditames sociais*.

### 3.8. O Patinho Feio não se tornou um lindo cisne

Na passagem final do livro, onde seria de se esperar que *os sofrimentos do Coruja chegassem ao fim ou levassem à morte do protagonista*, Aluísio Azevedo não faz concessões a essas fórmulas do folhetim e mantém o personagem tal como está, com a consciência do seu estado e da injustiça de que é vítima levadas ao ponto do desespero, mas *sem nenhuma solução possível*. Se considerarmos *O Coruja* como uma versão em forma de romance da fábula do *Patinho Feio*, notamos que Aluísio Azevedo descarta a solução confortadora, o “*happy end*”, em que o *patinho feio torna-se um lindo cisne e vive feliz para sempre*, e mantém a *solução realista*, em que o Coruja constitui um tipo literário a retratar todos aqueles condenados ao abandono e ao desamparo, passando, sucessivamente, de um estado de miséria (física ou existencial) a outro, sem *nenhuma perspectiva de solução*, enquanto outros riem-se do fato de viverem na pândega, de gastarem a mais não poder sem jamais terem de trabalhar, de despender qualquer esforço. O romance termina, na verdade, com um *começo*, com o Coruja saindo para arrumar dinheiro para alimentar “*seu povo*”, ou seja, outras pessoas mais abandonadas e desamparadas ainda do que ele, num clima de tristeza e desesperança insuportáveis, como podemos conferir abaixo.

“Coruja, logo que se viu só, encostou-se ao muro do cemitério e começou a soluçar.

Chorou muito, até que um fundo cansaço se apoderou dele voluptuosamente. Sentia-se como que arrebatado por um sono delicioso; mas caiu logo em si, lembrando-se de que já se fazia tarde e naquele dia, distraído com a morte do amigo, descuidara-se da gente que tinha à sua conta.

E manquejando, a limpar os olhos com a manga do casaco, lá se foi, rua abaixo, perguntando a si mesmo “*Onde diabo iria, aquela hora, arranjar dinheiro para dar de comer ao seu povo?...*”

## O ROTEIRO COMO FORMA DO PROCESSO CRIATIVO CINEMATOGRAFICO

Eva Cristina FRANCISCO (UEL)<sup>195</sup>

**Resumo:** Atualmente o processo criativo pode ser pesquisado em diferentes obras de arte. O manuscrito cede lugar a outras formas que também levam à gênese da criação. Podemos, por exemplo, examinar os passos dados pelo(s) criador(res) antes que um filme atinja o espectador. Assim, este trabalho apresenta a análise comparativa entre o roteiro cinematográfico e o roteiro literário como estudo do vir a ser do filme. Utilizaremos o roteiro filmado da narrativa fílmica *Primo Basílio* (2007) e o roteiro da narrativa queirosiana. Será utilizada uma pesquisa bibliográfica para abordagens sobre cinema e roteiro e considerações através de pressupostos da Crítica Genética.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crítica Genética. Cinema. Roteiro. Processo Criativo.

### 1. Introdução

Entende-se por Crítica Genética a ciência que explora a dinamicidade do processo criativo de obras literárias, tendo como seu principal objeto de estudo os manuscritos utilizados pelos autores para a realização da obra. Provando que nenhuma realização artística pode nascer pronta, os estudos genéticos analisam os passos dados pelo criador, por meio dos “rastros” da criação, sejam eles rascunhos, esboços, mapas, cadernos, etc., o que também são denominados por documentos de processo.

Com o avanço desses estudos e reflexões sobre o processo criativo, pesquisadores chegaram à conclusão de que não só a literatura é merecedora de pesquisas que investigam sua evolução, mas também outros tipos de obras de arte fazem jus a esse interesse. Para citar algumas, mencionemos o teatro, a pintura, a música e o cinema. A fim de corroborar as considerações iniciais, tomemos como exemplo a narrativa fílmica. Embora ela seja considerada uma arte coletiva, muito há o que ser explorado no que diz respeito a sua produção. Participação dos atores, copiões, mapas, desenhos e roteiros, entre outros, podem explicitar o caminho percorrido antes que o filme atinja o espectador.

Com base nos pressupostos da Crítica genética, algumas considerações sobre cinema e roteiro e uma análise comparativa, abordaremos aqui, mais especificamente, o **roteiro** como documento de processo criativo recriando a narrativa literária e traduzindo-a para a audiovisual por meio de um exercício de análise e síntese, acréscimos e supressões.

Em se tratando de roteiro fílmico, Field, 2001, p. 2 o define como uma “história contada em imagens, diálogos e descrições, localizada no contexto da estrutura dramática.” É por meio dele que o criador estrutura, “esqueleta”, projeta o seu trabalho, dando vida à narrativa contada em tempo real. Temos a história como um todo composta por suas partes (ação, personagens, cenas, sequências, etc) que pode ser lapidada pelo roteirista e/ou diretor. Parte daí um dos motivos de o roteiro fazer farte da gênese da criação. Para corroborar o exposto, utilizaremos de um quadro comparativo que expõe as conjunções e disjunções entre o roteiro da narrativa literária e o da narrativa fílmica. Usamos a adaptação fílmica realizada por Euclides Marinho e dirigida por Daniel Filho para transpor para as telas do cinema a história do triângulo amoroso entre Basílio, Jorge e Luísa na obra queirosiana *O Primo Basílio*.

<sup>195</sup> Aluna do Programa de Doutorado em Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Londrina. Cambará (PR), Brasil. E-mail: evacf1166@hotmail.com

## 2. Roteiro: algumas reflexões

Podemos dizer que não há uma forma absolutamente fixa de roteiro. Cada roteirista utiliza sua criatividade e um meio de processo diferente de outros. Cada roteirista lapida sua narrativa ancorado em diversos tipos de focos, conforme a intencionalidade própria ou segundo o diretor solicita. Conforme Salles, 2010, p. 172, “roteiros são textos que seguem determinado padrão de apresentação e carregam marcas inevitáveis do estilo de cada roteirista”.

Field, 2001, lista alguns elementos que trilham o caminho para um bom roteiro tais como: o assunto a ser tratado; a criação e a construção de um personagem; os inícios e finais das narrativas; a apresentação; a sequência; o ponto de virada da trama (*plot point*); as cenas; a construção, escritura e forma do roteiro; questões de adaptação, etc. Elementos estes que transformam a estrutura dramática literária em uma narrativa fílmica, em uma representação plausível da realidade.

O assunto abarca sobre de que se trata o roteiro. Quando se fala em assunto fala-se em ação e personagem, ou seja, o roteiro é, basicamente, alguém em determinado lugar vivendo certa situação. Esse fator dá margem à criação e construção do personagem, isto é, a essência fundamental do roteiro. Sem o conhecimento do(s) personagem(s) é quase impossível escrever uma palavra sobre a trama. Reflexões em torno de sobre quem é a história; quem é o protagonista ou antagonista ou coadjuvante da narrativa; características físicas e psicológicas destes, enfim, criar elementos vivos, pessoas com quem se possa relacionar, identificar ou projetar, criar um contexto para elas.

Da mesma forma, deve-se pensar em qual a melhor maneira de se começar um roteiro: Mostrar um personagem em uma ação dramática? Localizar o espectador quanto ao espaço geral da trama? Exibir uma música que retrate pistas do filme? ... Assim, depara-se também com questões sobre como terminar a história; como ela será resolvida: Casamento ou divórcio do casal principal? O vencedor é o protagonista ou o antagonista? Sobrevivência ou morte do personagem? Qual final vai satisfazer, intrigar, envolver o espectador?

O que é muito importante, também, para um bom roteiro, como já mencionada, é a apresentação. O roteirista deve introduzir os componentes desde o princípio. Os primeiros dez minutos do filme, ou aproximadamente as primeiras dez páginas do texto dramático são os que “capturam” o receptor, os que o fazem saber o que se passa imediatamente, os que podem levá-lo a ficar até o fim da sessão de cinema. Interligada à apresentação, a sequência fílmica assume um grande papel na composição de um roteiro. Ela integra uma série de cenas conectadas por uma ideia ímpar. É responsável pela coesão e, conseqüentemente, coerência da trama, podendo ser considerada o elemento mais importante do roteiro. É também a sequência, que leva ao *plot point* (ponto de virada), nas palavras de FIELD, 2001, p. 97, “um incidente, ou evento, que ‘engancha’ na ação e reverte noutra direção”, isto é, o que instiga o espectador, prende sua atenção, causa a curiosidade sobre o desfecho da narrativa.

Diante de todos esses elementos e a inspiração do autor, o roteiro é, paulatinamente, construído. Quando são estabelecidos: o assunto, os personagens, início e fim, pontos de virada, enfim, a estruturação do roteiro, constrói-se o paradigma e então o roteirista já sabe o que escrever:

Sob a perspectiva processual, roteiros são vistos, portanto, como uma etapa do processo que, de certa forma, tem a função de tornar o filme possível. No roteiro, o filme já está sendo feito. Trata-se de um mapa, com contornos ainda não totalmente definidos, que carrega algumas tendências do futuro do filme. (SALLES, 2010, p. 173)

No que tange à adaptação, será que seria utilizado esse mesmo método na composição de um roteiro? Adaptar qualquer gênero textual ou audiovisual para um roteiro é o mesmo que produzir um material original. A adaptação é a transposição de um meio para o outro, é a habilidade de transformar estruturas, funções e formas, traduzindo-as e produzindo uma melhor adequação ao contexto de produção. Ao adaptar um romance para o filme, como é o caso do nosso objeto de estudo para esse trabalho, o que ocorre é a troca de uma forma por outra, a estrutura narrativa literária pela audiovisual fílmica. É um roteiro baseado em outro material. Todavia, o que se tem ainda é a construção de um roteiro original, por se tratar de mídias diferentes. Uma adaptação apenas se inicia no romance, no conto, na música, que são apenas os pontos de partida. Na tradução intersemiótica de um romance, não se é obrigado (nem possível) manter a fidedignidade ao material primitivo. No entanto, traduzir uma história provinda “de outra fonte em geral exige mais habilidade e maior compreensão do veículo cinematográfico do que criar uma história nova.” (HOWARD & MABLEY, 1996, p. 36)” Deixemos as palavras com Field como complemento de nossa argumentação e reflexões:

Quando você adapta um livro ou romance em roteiro, tem que considerá-lo um roteiro original, baseado em outro material. Você não pode adaptar literalmente um romance e fazê-lo funcionar. (...) Quando você adapta um livro em roteiro, tudo o que precisa usar são os personagens principais, a situação em um pouco – não tudo – da história. Você pode ter que acrescentar novos personagens, eliminar outros, criar novos incidentes ou eventos, talvez alterar a estrutura inteira do livro. (FIELD, 2001, p. 151)

### 3. O enredo narrativo literário e o fílmico: uma comparação

Após expor algumas considerações sobre roteiros e adaptação, vale focar o propósito desse estudo e apresentar um paralelo entre os enredos constituintes da transmutação detectando as conjunções e disjunções presentes nela, com base na teoria de Vladimir Propp. Para narrar a história do triângulo amoroso, cujo foco é Basílio, o motivo principal de quase todos os acontecimentos, os autores, provavelmente, dividiram a obra em três momentos distintos e tradicionais: exposição, complicação e desenlace. Existe certa variedade quanto à terminologia e conceitos desses momentos de autor para autor, mas o que mais importa é que, qualquer que seja essa terminologia, é ela que serve de base para uma análise narrativa. Essa divisão tem grande importância para situar o leitor/espectador quanto à história narrada, além de lhe dar unidade.

No primeiro momento o personagem é apresentado e o autor introduz o conflito em torno do qual será desenvolvida a narrativa. É nesse momento que o personagem adquire um objetivo e os primeiros obstáculos começam a surgir. No segundo momento, tais obstáculos começam a se intensificar e pode haver mudança, desenvolvimento e evolução do personagem. É a partir daí que as tramas secundárias aparecem. Já no terceiro, dá-se uma intensificação na mudança do personagem podendo esta ser definitiva. Além disso, é o momento da resolução do conflito central e dos secundários. O grande interesse sobre a função da narrativa nas sociedades primitiva e moderna está na universalidade que a própria narrativa apresenta. Ela dá sentido ao universo em que vivemos, já que todos os povos, independente do espaço ou tempo, contam histórias. Nas pesquisas de Vladimir Propp foi constatado que tanto a estrutura quanto a função das narrativas são bem semelhantes na cultura humana. O autor colocou várias funções organizadas em grupos narrativos, que serão aproveitadas nesse trabalho, com algumas modificações, para adequação à leitura dos textos em estudo e para a organização do enredo da história do *Primo Basílio*. Apresentamos a

seguir um quadro comparativo entre romance e filme, nos qual poderemos destacar o que se manteve e o que se modificou do texto original:

<b>QUADRO DO ENREDO DO <u>ROMANCE</u> DE EÇA DE QUEIRÓS</b>	<b>QUADRO DO ENREDO DO ROTEIRO DE DANIEL FILHO</b>
<p><b>1º MOMENTO: PREPARAÇÃO DA HISTÓRIA</b> (os personagens são apresentados, o conflito é introduzido, estabelecem-se os objetivos e os primeiros obstáculos vão aparecendo).</p>	<p><b>1º MOMENTO: PREPARAÇÃO DA HISTÓRIA</b> (os personagens são apresentados, o conflito é introduzido, estabelecem-se os objetivos e os primeiros obstáculos vão aparecendo).</p>
<p><b>1. Alguém chega ou sai:</b> A história se passa em Portugal. Jorge está de viagem marcada para o Alentejo. Luísa lê no jornal que o Primo Basílio estava para chegar da Inglaterra.</p>	<p><b>1. Alguém chega ou sai:</b> A trama tem início no Teatro Municipal de São Paulo. Jorge, Luísa e Sebastião assistem a um espetáculo. Luísa reencontra Basílio ao subir as escadas para retocar o batom. Ele vinha da França. O primo lhe promete uma visita.</p>
<p><b>2. Impõe-se sobre o “herói” uma proibição ou norma:</b> Doze dias após Jorge ter saído, Basílio resolve visitar a prima. Mesmo sabendo que a prima estava casada, Basílio lhe atribui elogios dizendo que estava bela, muito melhor que antes e, já com segundas intenções, enfatiza que ela está sozinha em casa.</p>	<p><b>2. Impõe-se sobre o “herói” uma proibição ou norma:</b> Uma semana após a viagem de Jorge à Brasília, onde ficaria por algumas semanas na construção da nova capital, Luísa recebe o primo pela primeira vez em casa. Diz que gostaria de lhe apresentar o marido, mas este viajara. Basílio já tenta investir numa sedução lembrando o namoro do passado e insinuando um sentimento</p>
<p><b>2º MOMENTO: COMPLICAÇÃO DA HISTÓRIA</b> (os obstáculos se intensificam, há mudança no personagem central, surgem as tramas secundárias)</p>	<p><b>2º MOMENTO: COMPLICAÇÃO DA HISTÓRIA</b> (os obstáculos se intensificam, há mudança no personagem central, surgem as tramas secundárias)</p>
<p><b>3. A proibição é violada:</b> Basílio, aproveitando-se da ausência de Jorge, visita Luísa pela segunda vez. Juliana imagina um romance, mas se decepciona ao saber que o moço era primo da patroa. Quando os primos se encontram a sós na casa, Basílio beija Luísa vorazmente na testa nos olhos no cabelo. Luísa recebe carta de Jorge e se sente envergonhada por ter beijado Basílio.</p>	<p><b>3. A proibição é violada:</b> Basílio visita Luísa pela segunda vez. Era uma tarde de chuva e ele a convida para dançar. Ela resiste um pouco alegando que não sabia, mas ele insiste até que a prima o acompanha na dança de uma música francesa. No decorrer da música, Basílio tenta beijar os lábios da prima, que o esbofeteia alegando que era uma mulher casada.</p>
<p><b>4. O antagonista tenta obter informações e passa a saber algo sobre sua vítima:</b> Após algumas visitas de Basílio, Juliana começa a desconfiar do romance e vasculha a sala procurando por pistas. Luísa escreve um bilhete a Basílio. A empregada encontra o bilhete da patroa e o guarda. Os amantes trocam cartas e bilhetes. Luísa sente falta de uma das cartas e quase enlouquece de</p>	<p><b>4. O antagonista tenta obter informações e passa a saber algo sobre sua vítima:</b> Era tarde da noite quando Luísa recebe o primo em casa e tem uma noite de amor com ele. Quando este deixa a casa, Juliana chega, presenciando a saída de Basílio, e encontra uma peça íntima da patroa sobre o sofá. No dia seguinte Luísa recebe flores e um bilhete de Basílio e decide responder. No momento</p>

<p>preocupação. Juliana conclui que existe um caso entre os primos e se torna ainda mais prestativa e servil em suas tarefas.</p>	<p>em que escreve, Juliana a interrompe dizendo que Sebastião a esperava na sala e ela se assusta jogando o bilhete, apenas amassado, no lixo. Depois de receber o amigo ela volta ao quarto e percebe que o bilhete já na se encontrava mais na lixeira. Fica apavorada e destrata Juliana. Esta, a partir desse momento se torna mais dedicada e servil à patroa.</p>
<p><b>5. A antagonista usa suas armas para alcançar seu objetivo:</b> Luísa, por ter encontrado o Conselheiro Acácio, atrasa-se para o encontro com Basílio. Este, sem paciência de esperar, parte. Ela chora, vai até o hotel em que ele se hospeda, mas não o encontra. Furiosa, volta para casa e, ao ver o quarto desarrumado, briga com Juliana e a demite. Tomada de fúria, a criada revela que está de posse das comprometedoras cartas de amor. Luísa desmaia</p>	<p><b>5. A antagonista usa suas armas para alcançar seu objetivo:</b> Luísa, por ter se encontrado com Sebastião, que praticamente a obriga a almoçar com ele, atrasa-se para o encontro com Basílio. Ao chegar ao local, o amante já saíra. Desesperada, ela volta para casa e, ao ver o quarto ainda desarrumado, maltrata Juliana e a demite. Tomada de fúria, a empregada revela que está de posse das comprometedoras cartas de amor. Luísa cai ao chão em prantos.</p>
<p><b>6. O “herói” passa a conhecer a armação da antagonista e foge:</b> Juliana vai à casa de Tia Vitória pedir conselho. Esta sugere que a sobrinha cobre um conto de réis pela devolução das cartas. Luísa procura Basílio e propõe que fujam. Ele recusa a proposta e também não aceita falar com a empregada. Oferece o dinheiro, que Luísa recusa e sai chorando. Basílio é aconselhado por seu amigo Reinaldo a aproveitar a ocasião e ir embora de Portugal. Aceita o conselho, mas, antes de partir, deixa com Luísa seu endereço de Paris.</p>	<p><b>6. O “herói” passa a conhecer a armação da antagonista e foge:</b> Juliana pede conselho à sua tia Vitória, que sugere que a sobrinha peça uma quantia grande de dinheiro para garantir a velhice. Juliana pede à patroa 200 mil cruzeiros, aumentando depois para 300 mil. Luísa procura Basílio e propõe uma fuga. Ele recusa a proposta e diz que até poderia arranjar algum dinheiro, mas não muito. Luísa ignora a suposta tentativa de ajuda de Basílio e sai chorando. No dia seguinte, ele vai até a casa de Luísa com um telegrama falso que dizia que ele deveria estar em Paris o mais rápido possível. Vai embora e deixa Luísa apenas com seu endereço da França.</p>
<p><b>7. A vilã ataca com suas armas e é surpreendida:</b> Jorge volta de viagem e Juliana começa a fazer novas exigências: mudança de quarto, uma cômoda nova, as roupas brancas de Luísa, já que a patroa ainda não tinha o dinheiro para pagá-la. Começa a submeter Luísa às tarefas do lar enquanto ela descansava e assistia TV, até que é surpreendida por Jorge, que fica furioso com o acontecimento e insiste em demitir a empregada, mas é impedido por Luísa, já que esta tinha medo do escândalo que podia ocorrer.</p>	<p><b>7. A vilã ataca com suas armas e é surpreendida:</b> Jorge volta de viagem e Juliana exige uma mudança de quarto e, na ausência de Jorge, coloca a patroa para executar as tarefas domésticas enquanto ela passeava e assistia TV. Certo dia Jorge chega do trabalho e a flagra na “vida de patroa” enquanto Luísa lavava roupas. Ele fica furioso e decide demiti-la, mas é impedido por Luísa que alega que a empregada está doente e que não pode perder o emprego. Ela temia que Juliana revelasse o segredo.</p>

<p><b>8. A vítima procura ajuda:</b> Luísa, que vem sofrendo essa tensão há meses, encontra-se descontrolada. Extremamente abalada, procura Sebastião e confessa-lhe tudo. Ele se mostra amigo, compreensivo e promete ajudá-la.</p>	<p><b>8. A vítima procura ajuda:</b> Depois do flagrante, Jorge exige que até a sua volta do trabalho, o problema com Juliana já esteja resolvido, e esta, sido demitida. Luísa, desesperada, procura Sebastião e confessa-lhe tudo. Ele se mostra amigo, compreensivo e promete ajudá-la.</p>
<p><b>9. O problema parece estar resolvido:</b> Sebastião arma um plano para pôr fim na chantagem de Juliana: Jorge, Luísa e D. Felicidade vão ao teatro e ele, acompanhado de um policial aposentado, vai conversar com Juliana, ameaçando-a de prisão caso ela não devolva as cartas. Juliana obedece, mas, ao efetuar a devolução, num surto de ódio, cospe na cara de Sebastião. Repentinamente, falta-lhe o coração e cai morta como “um fardo de roupa”. Dona Felicidade e Luísa hospedam-se na casa de Sebastião até Juliana ser enterrada. Luísa espera Jorge sair na tarde do dia seguinte e queima as cartas na luz de uma vela.</p>	<p><b>9. O problema parece estar resolvido:</b> Sebastião arma um plano para recuperar as cartas: Luísa convida Jorge para jantar fora e, como Juliana obrigara a patroa despedir a outra empregada, encontrar-se-ia sozinha em casa. Sebastião chega à casa, acompanhado de um policial, exigindo que Juliana devolvesse as cartas. Após uma pressão do policial junto a Sebastião, Juliana vai até o quintal, desenterra as cartas, que se encontravam dentro de um vidro e as entrega ao amigo dos patrões. Ela é levada por Sebastião e no meio do caminho, quando ele tenta colocá-la no carro do policial, ela tenta fugir e acaba sendo atropelada e morta pelo próprio Sebastião. Ao recuperar as cartas, Luísa espera Jorge dormir e as queima na lareira da sala.</p>
<p><b>10. Dá-se o conflito final da história:</b> Com todas essas tensões agrava-se o problema de saúde de Luísa, que fica febril. Dois dias depois tem uma melhora e volta para casa. Luísa piora muito e nem é capaz de sair da cama. Chegam cartas e uma delas é de Basílio, em resposta à que ela escrevera pedindo ajuda. Jorge acha estranho que a esposa receba carta da França e, depois de certa resistência, Jorge lê a carta e acaba por ligar todos os fatos. Fica desesperado, todavia imobilizado pela doença da mulher e pelos conselhos do médico Julião. Quando Luísa apresenta melhora, Jorge mostra-lhe a carta. Luísa cai enferma novamente, desta vez muito mais debilitada. Julião tenta todos os recursos da medicina da época. Nada adianta. Num último recurso, corta-lhe os cabelos. Jorge resolve mudar de médico, porém nem esta mudança obtém qualquer melhora. Luísa morre. Jorge abre os braços, desalentado e cai no chão. Todos acodem e o levam para a chaise-longue.</p>	<p><b>10. Dá-se o conflito final da história:</b> Após queimar as cartas, Luísa tem uma alucinação com o fantasma de Juliana e seu estado de saúde piora muito. Ela cai enferma e febril. Jorge recebe uma carta de Basílio e de início não tem nenhuma curiosidade de abri-la. Num delírio de febre, Luísa acaba por “confessar” a traição e Jorge resolve abrir a carta e acaba descobrindo tudo, ligando todos os fatos. Fica desesperado, porém em silêncio devido ao estado de saúde da mulher. Luísa apresenta uma melhora e Jorge lhe mostra a carta do primo, o lhe faz cair ao chão em prantos e muito pior de saúde. Jorge a leva para o hospital, mas nenhum tratamento a salva. Luísa morre nos braços de Jorge.</p>

<p><b>3º MOMENTO: DESENLACE DA HISTÓRIA</b> (a história principal e as secundárias são resolvidas, há o reconhecimento, o conflito acaba)</p>	<p><b>3º MOMENTO: DESENLACE DA HISTÓRIA</b> (a história principal e as secundárias são resolvidas, há o reconhecimento, o conflito acaba)</p>
<p><b>11. O “herói” é coroado:</b> Após o enterro de Luísa, Jorge despede as criadas e vai para a casa de Sebastião. Basílio volta a Lisboa, e ao ir à casa de Luísa fica sabendo, pelo vizinho, da morte. Lamenta-se com seu amigo Reinaldo. Os dois comentam sobre Luísa com certo desprezo. E com um sorriso resignado, depois de um silêncio, lamenta por não ter levado para Lisboa sua amante Alphonsine. Basílio termina a história intacto, sem nenhum prejuízo ou mal-estar.</p>	<p><b>11. O “herói” é coroado:</b> Na cena seguinte do falecimento de Luísa, Basílio volta à casa dela e é informado do acontecimento pela vizinha. De volta ao Teatro Municipal de São Paulo, comenta com seu amigo sobre a prima com certo desdém terminando com a frase: “Tadinha, morreu. Mas antes ela do que eu”. Em seguida já começa a investir em outra conquista no próprio teatro, saindo impune de toda situação.</p>

Quadro nº 1 – quadro comparativo referente ao enredo do romance e do filme

Por meio desse quadro comparativo, pôde-se observar que, apesar das diferenças, o conflito essencial das obras permaneceu bastante semelhante. A ideologia da obra permanece. O tempo do romance para o filme foi transposto, mas a situação da mulher é a mesma, segundo a ideologia do autor do romance. O filme *Primo Basílio* ignora alguns aspectos próprios da narrativa tais como algumas descrições, diálogos e entrelinhas significativas na narrativa do autor do livro que não podem ser transmitidos pela câmera. Além disso, existem as diferenças entre os dois meios de comunicação. O escritor de uma narrativa literária pode contar com recursos da linguagem verbal, como as figuras de linguagem por exemplo. Já o cineasta pode abusar dos recursos técnicos e da linguagem cinematográfica de forma bastante poderosa a ponto de prender a atenção do espectador. As diferenças dessas narrativas são de grande importância na tradução. Todavia, o substancial dessa relação é que haja uma forma de dialogismo intertextual. Devido a esta relação, o roteirista foi capaz de transformar adaptação em uma narrativa coerente. O que comprova, mais uma vez que o roteiro é uma forma de processo criativo cinematográfico e que pode ser (re)criado tantas vezes quantos forem os roteiristas, colaborando para que a sétima arte mantenha “sua capacidade de impacto psicológico à presença do mundo e das coisas ao redor, através de enquadramentos de uma rara intensidade estética e humana. (MARTIN,2003, p. 166)

### Referências Bibliográficas

FIELD, Syd. *Manual do roteiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOWARD & MABLEY. *Teoria e Prática do Roteiro*. Trad. Beth Vieira. São Paulo: Globo, 1996.

MARTIN, Marcel. *A Linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto*. Trad. Jaime Ferreira et Victor Oliveira. 2. ed. Lisboa: Vega, s/d.

QUEIRÓS, Eça de. *O Primo Basílio*. Porto-Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1878.

SALLES, Cecília de Almeida. *Arquivos de criação: arte e curadoria*. Vinhedo, SP: Editora Horizonte, 2010.

### **Filmografia**

FILHO, Daniel. *Primo Basílio*. Lereby Produções, 2007.

## PELOS RAMOS DA SEXUALIDADE: EDIÇÃO E ESTUDO LÉXICO-SEMÂNTICO DO PROCESSO CRIME DE ESTUPRO DE MARIA POSSIDONIA DE JESUS (1907)

Daianna Quelle da Silva Santos da SILVA (FAPESB/ UEFS)<sup>196</sup>  
Rita de Cássia Ribeiro de QUEIROZ (UEFS)<sup>197</sup>

**Resumo:** Neste artigo trazemos o processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, sob a guarda do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), situado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como *corpus*, este nos chamou atenção por se tratar de um “crime sexual”. Daí nos apoiamos na Lexicologia a partir da Teoria dos Campos Lexicais (1977) de Eugênio Coseriu, a fim de estudar o macrocampo da sexualidade. Destacamos que o presente trabalho está em andamento devido ao fato de que pretendemos concluí-lo em uma dissertação de mestrado.

**Palavras-chave:** Edição semidiplomática. Processo crime de estupro. Lexicologia. Sexualidade.

### 1. Primeiras palavras

Os registros escritos, as pinturas rupestres, os restos mortais encontrados em várias localidades espalhadas pelo mundo se constituem como prova de que os nossos antepassados existiram, exprimiam sensações, pensamentos e sentimentos e, sendo assim, se relacionavam entre si e consigo mesmo.

Tomando por foco os registros escritos, sem dúvidas nos deparamos com o “mundo da escrita”, nele podemos detectar e estudar as informações registradas em **materiais subjetivos**<sup>198</sup> (papiros, pergaminhos e papéis) e em **materiais mais duros**<sup>199</sup> (mármore dos túmulos, por exemplo, metais, medalhas, moedas, inscrições nas paredes das cavernas, etc).

Os registros escritos em **materiais subjetivos** estão localizados, em sua maioria, em acervos públicos e privados. Dentre os acervos públicos encontrados na Bahia citamos o do CEDOC, sediado UEFS desde 2004, criado com o objetivo de reunir documentos referentes à cidade de Feira de Santana – BA e regiões circunvizinhas a fim de que os pesquisadores interessados nesta documentação possam construir fontes e dados de pesquisas confiáveis. Sendo assim, este acervo é constituído por mais ou menos 4 mil documentos cíveis e crimes pertencentes ao Fórum Filinto Bastos.

Encontramos na documentação do CEDOC um processo crime de estupro, lavrado em 1907, com 50 fólios escritos no recto e verso, catalogado sob a cota: Estante 04, Caixa 100 e Documento 2108, em que a vítima do estupro é Maria Possidonia de Jesus e o acusado do crime é João Barbosa.

Deste modo, o processo crime de estupro foi o elemento chave para estudarmos a sexualidade por ser um registro de um “crime sexual”. Para tanto, a Filologia – como a

<sup>196</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Muritiba (BA), Brasil. E-mail: daiannaquelle@gmail.com.

<sup>197</sup> Professora Plena da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), orientadora e atuante no departamento de Letras e Artes na Graduação e na Pós-Graduação. Salvador (BA), Brasil. E-mail: rcrqueiroz@uol.com.br.

<sup>198</sup> Cf. (CAMBRAIA, 2005, p.68)

<sup>199</sup> Cf. (XIMENES, 2009, p.36)

ciência que tem por objeto os textos escritos em épocas pretéritas, foi a ciência base para estudar o *corpus* e a Lexicologia, para o estudo do vocabulário.

## 2. Pelos ramos da filologia

Desde o século III a.C. temos registro do “fazer filológico”, uma vez que na Biblioteca de Alexandria estudiosos se reuniram para editar criticamente os textos escritos cuja a autoria é atribuída a Homero, com isso podemos concluir que primordialmente a tarefa de editar textos se constitui como o principal exercício do filólogo.

Elegemos o processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus como o *corpus* para o exercício filológico, por ser um documento manuscrito datado de outra época (início do século XX) e, por conseguinte, com marcas linguísticas, sociais e culturais diferentes do século atual.

Quando nos deparamos com um documento dessa natureza é essencial que o descrevamos extrínseca e intrinsecamente e estabeleçamos critérios de editá-lo. Optamos por seguir os critérios estabelecidos pelos estudiosos do NEMa<sup>200</sup>/UEFS e pesquisadores do GET<sup>201</sup>/UEFS para realizamos a edição semidiplomática<sup>202</sup>.

Na descrição do documento, verificamos: o número de colunas; o número de linhas da mancha escrita; a existência de ornamentos; a existência de maiúsculas mais interessantes e de sinais especiais; o número de abreviaturas; o tipo de escrita e o tipo de papel.

Na transcrição: respeitamos fielmente o texto (grafia, linhas, fólhos etc.); fizemos remissão ao número do fólho no ângulo superior direito; numeramos o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco; separarmos as palavras unidas e unimos as separadas; desdobramos as abreviaturas usando itálico; utilizamos colchetes para as interpolações: [ ]; indicamos as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:

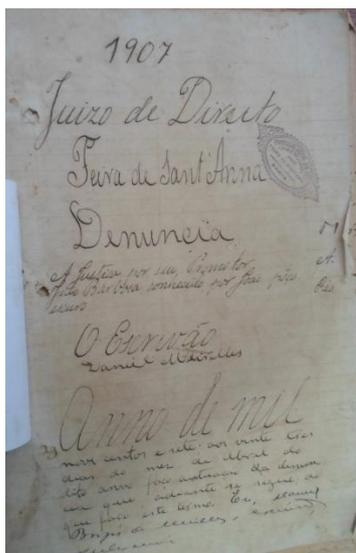
- a) (†) rasura ilegível;
- b) [†] escrito não identificado;
- c) (...) leitura impossível por dano do suporte;
- d) / / leitura conjecturada;
- e) < > supressão;
- f) ( ) rasura ou mancha;
- g) [ ] acréscimo.

<sup>200</sup> Núcleo de Estudos do Manuscrito

<sup>201</sup> Grupo de Edição de Textos

<sup>202</sup> Assim chamada porque o grau de intervenção do editor é mediano (CAMBRAIA, 2005)

Figura 1: Fólio 1r



**Fonte:** Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus /CEDOC /UEFS  
**Fotografia:** Daianna Quelle da Silva

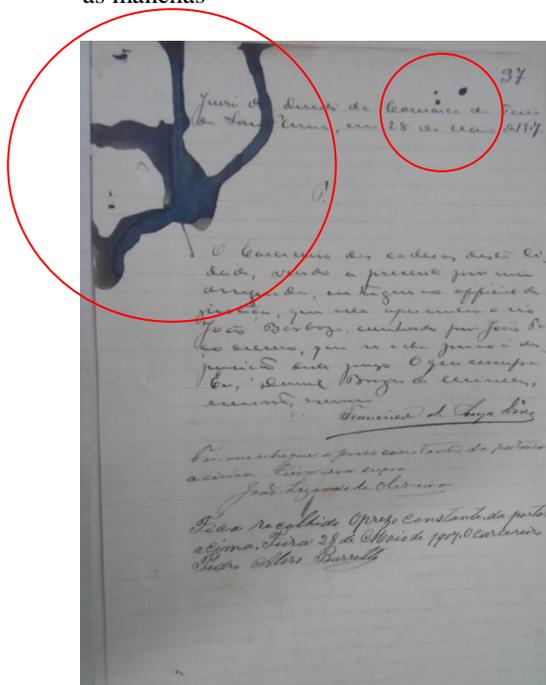
Figura 2: Edição Semidiplomática do Fólio 1r

	1907	f.1r
	JUZO DE DIREITO	
5	FEIRA DE SANT'ANNA	
	DENUNCIA	[H]
10	A Justiça por seu Promotor João Barbosa, conhecido por João pôço Escuro	Autor Réo
15	O ESCRIVÃO Daniel Meirelles	
20	ANNO DE MIL novecentos e sete, aos vinte tres dias do mes de abril do dito anno faço autuação da demun- cia que adiante se segue; do que faço este termo. Eu, Daniel Borges de Meirelles, escrivão, subescrevi	

**Fonte:** Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus /CEDOC /UEFS  
**Fotografia:** Daianna Quelle da Silva

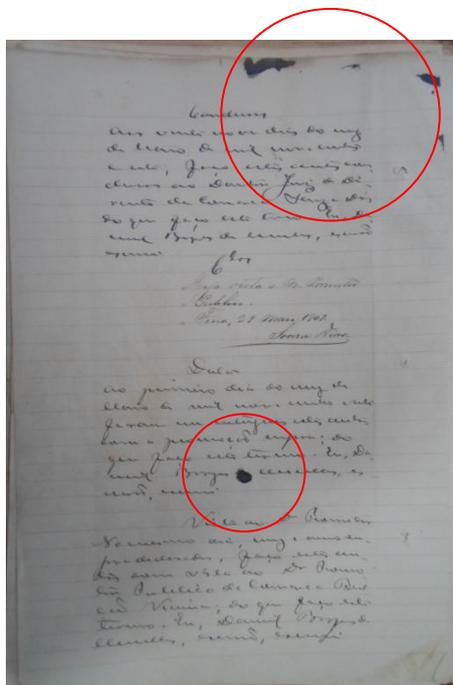
Quanto aos aspectos intrínsecos destacamos que o processo crime estudado encontra-se em um bom estado de conservação, possui as dimensões de 320mm X 220mm, escrito em papel almaço, com os fólhos em sua maioria numerados. Salientamos que há dois fólhos com manchas de tinta, são eles: os fólhos 37r e 37v.

Figura 1: Fólio 37r com círculos destacando as manchas



**Fonte:** Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus /CEDOC /UEFS  
**Fotografia:** Daianna Quelle da Silva

Figura 2: Fólio 37v com círculos destacando as manchas



**Fonte:** Processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus /CEDOC /UEFS  
**Fotografia:** Daianna Quelle da Silva

Faz-se *mister* esclarecer que, por meio da edição semidiplomática do documento, nos é permitido saber como, quando e onde o crime de estupro aconteceu, o local em que viveu Maria Possidonia, a maneira como a vítima se relacionava com as outras pessoas, as histórias vividas pelos envolvidos no processo, além de notarmos os costumes daquele povo, as diferentes formas de pensar do grupo de pessoas retratado no *corpus*, entre outras questões.

Consta no *corpus* que Maria Possidonia de Jesus tinha onze anos, e que em um dia de sexta-feira foi a uma reza com a irmã Rozenda. No local em que ocorrera a reza estava o acusado de estupro, João Barboza, de vinte e dois anos, junto com o seu comparsa, Rozendo. Ao final da reza Maria Possidonia e Rozenda voltaram para casa, mas foram seguidas por João Barboza e Rozendo. Antes que as irmãs dormissem, Maria Possidonia deu-se por conta que alguém invadira a casa em que residia porque a tramela<sup>203</sup> da porta que dava acesso à casa estava destravada. Então João Barbosa arrastou Maria Possidonia para os “matos” e daí a “ofendeu” em sua honra, ou seja, Maria Possidonia foi vítima de estupro porque foi submetida à relação sexual sem o seu consentimento.

### 3. Pelos ramos da lexicologia: entre as lexias e a sexualidade

Não é possível compreender um texto escrito se não entendermos as palavras que lá estão e, no *corpus* estudado foi possível detectar algumas palavras e expressões referentes a um determinado tema, a sexualidade. Dentre as palavras e expressões temos: “offendida” (indicando a perda da honra, ou seja, a perda da virgindade feminina), “enouduada de sangue” (exprimindo a perda do hímem<sup>204</sup>), “membro viril” (explicitando o órgão sexual masculino).

A Lexicologia enquanto ciência nos foi essencial para entendermos que as palavras e expressões em seu uso social são denominadas como lexias. No documento constatamos algumas lexias que dizem respeito à sexualidade e para melhor explanarmos estas lexias seguimos a Teoria dos Campos Lexicais.

A Teoria dos Campos Lexicais, desenvolvida por Eugênio Coseriu (1977) tem base estruturalista<sup>205</sup> e nos possibilita analisar estruturalmente o léxico, delimitando o campo lexical de acordo com as estruturas lexemáticas<sup>206</sup> e os lexemas<sup>207</sup>.

De acordo com os princípios lexemáticos, estruturamos o campo semântico da sexualidade, no *corpus* descrito, a partir de alguns pressupostos:

- a) o levantamento das lexias referentes à sexualidade;
- b) a definição de microcampos correspondentes às lexias levantadas.

Depois de definirmos os microcampos estabelecemos que:

- a) as lexias detectadas devem estar dispostas em cada microcampo na ordem em que aparecem no texto; a sua apresentação deve ser dada em: negrito, seguida de natureza gramatical, da definição e do contexto (constando algumas ocorrências, o número de fólios e linhas).
- b) em relação à natureza gramatical da lexia, apresentamos os substantivos e/ou adjetivos no singular; e os verbos foram explanados no infinitivo;

<sup>203</sup> Tramela – s.f. peça que gira presa a um prego, usada para fechar porta, porteira, etc; sinônimo de taramela. (HOUAISS, 2004, p. 727)

<sup>204</sup> Membrana situada na vagina da maioria das mulheres virgens.

<sup>205</sup> Mais especificamente no Curso de Linguística Geral (CLG), obra póstuma de Ferdinand de Saussure publicada em 1916. No CLG (1916) a língua é entendida como uma estrutura que contém as palavras (sistemas que se relacionam).

<sup>206</sup> A lexemática é também conhecida como semântica estrutural, e é uma ciência lexicológica que tem por objetivo a investigação do conteúdo semântico do léxico levando em consideração o funcionamento da língua. (ABBADE, 2003)

<sup>207</sup> Unidade básica do léxico em que as estruturas morfológica e fonológica de um item lexical estão representadas.

- c) as lexias elencadas no presente trabalho foram apresentadas de acordo com a norma ortográfica vigente, porém nos exemplos as mantivemos grafadas tal qual constam no documento.

Fizemos as análises com base na Teoria dos Campos Lexicais de Coseriu (1977) em apenas 19 fólhos do *corpus*. Sendo assim, no quadro 1, apresentamos a estruturação do macrocampo da sexualidade, ou seja, elencamos os microcampos, suas subdivisões, as lexias e ocorrências de cada lexia no documento.

#### Campo Lexical da Sexualidade

MACROCAMPOS	MICROCAMPOS	LEXIAS
1 DOS ÓRGÃOS SEXUAIS	1.1 Partes da Ofendida	Vagina Vulva Partes Moles Canal Vaginal Membrana Hímem
	1.2 Partes do Ofensor	Membro Membro Viril
1.2 DAS AÇÕES		
	1.2.2 Sofridas pela Ofendida	Deflorar Estuprar Ofender Ofender em sua honra Reparar o mal Seduzir Ofendida Cópula carnal Defloramento Estupro
1.3 DOS ESTADOS	1.3.1 Femininos	Ofendida Deflorada
1.4 DOS DESEJOS SEXUAIS	1.4.1 Masculinos	Libidinosos instintos Desejos Fim libidinoso
1.5 DOS QUALIFICADORES	1.5.1 da Ofendida	Honra
	1.5.1 do Ofensor	Ofensor

**Quadro 2:** Relação de Lexias que compõem o microcampo dos **Órgãos sexuais**

1.1 MICROCAMPO DOS ÓRGÃOS SEXUAIS			
	LEXIAS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
1.1.1 FEMININOS	Vagina	s.f. ‘Órgão sexual feminino. Canal que se estende do colo do útero à vulva’.	“[...] uma pequena exçuda=/ cão da <b>vagina</b> [...]” (f. 13r, l.3-4)
	Canal Vaginal	loc. subst. ‘Canal que se estende do colo do útero à vulva’	“Procedendo o toque / percebemos que o <b>canal vaginal</b> dava franco acesso ao dedo[...]” (f. 13r, l.4-6)

	Membrana Himem	s.m. ‘Prega formada pela membrana mucosa e que fecha parcialmente o orifício da vagina virginal. Hímem.’	“[...] observaram porem a <b>mem-/brana hymem</b> totalmente dilace- / rada; [...]” (f. 13r, l. 31-33)
	Partes moles	loc. subst. ‘Lábios vaginais’	“[...] inflamação das <b>partes / molles</b> que constituem a vulva [...]” (f.13v, l.1-2)
1.1.2 MASCULINOS	Membro	s.m. ‘Pênis’.	“[...] sobre ella deitou-se abrindo-lhe/ as pernas introduzindo-lhe seu/ <b>membro.</b> ” (f. 9v, l.24-26)
	Membro Viril	loc. adj. ‘Pênis’	“[...]respondem aos quesitos da / maneira seguinte ao 1º sim / houve defloramento;/ ao 2º <b>membro veril;</b> ” (f.13r, l.7-10)

**Quadro 3:** Relação de Lexias que compõem o microcampo das **Ações**

1.2 MICROCAMPO DAS AÇÕES			
	LEXIAS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
1.2.1 PRATICADAS	Deflorar	v.t.d. ‘desvirginar’.	“[...] João <b>deflorou-a</b> / a referida menor [...]” (f.18r, l.17-18)
	Estuprar	v.t.d. ‘forçar (alguém) a ter relações sexuais, usando de violência física; violar, violentar’	“[...] e ahi <b>estuprou</b> a menor Maria / Possidonia de um modo brutal con-/ forme a confissão que se verifica [...]” (f.18r, l. 30-32)
	Ofender	v.t.d. ‘desvirginar’	“[...]a pouca distancia della <b>offendeo</b> a/ mesma Rozenda a sua irmã [...]” (f.11r, l.7-8)
	Ofender a honra	loc. ver. ‘Desvirginar antes do casamento’.	“[...]de nome Maria / Possidonia de Jesus, <b>offendida em sua / honra</b> pelo indevidou de nome João / Barboza [...]”(f.5r, l.15-18)
	Reparar o mal	‘v.t.d retratar-se perante a sociedade’	“[...] João / Barboza conhecido como João do Pôço /este nega-se <b>reparar o / mal</b> que cometeo [...]” (f.5r l. 17-20)
	Seduzir	v.t.d. ‘conseguir benefícios sexuais’	“[...] pro-/ curava <b>seduzil-a</b> (f.12r / f.29-30)
	1.2.2 SOFRIDAS	Defloramento	s.m. ‘desvirginamento’
Cópula carnal		loc. subst. ‘relação sexual’	“[...] houve <b>copu= / la carnal</b> [...]” (f.13r, l.4-5)
Estupro		s.m. ‘crime sexual praticado por meio de violência’	“[...] o auctor do <b>estupro</b> na pessoa / da menor Maria Possidonia de / Jesus [é] João Barboza [...]” (f.19v, f.33; f.20r, f.1-2)

**Quadro 4:** Relação de Lexias que compõem o microcampo dos **Estados**

1.3 MICROCAMPO DOS ESTADOS			
	LEXIAS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
1.3.1 FEMININOS	Ofendida	adj. ‘desvirginada’	“[...] que foi <b>offendida</b> por João Bar-/ boza, cuja camisa estava com no-/ duas de sangue [...]” (f.10v, l.16-19)
	Deflorada	adj. ‘ver ofendida’	“[...] Maria por elle agora <b>deflorada</b> [...]” (f.16v, l. 18)

**Quadro 5:** Relação de Lexias que compõem o microcampo dos **Desejos sexuais**

1.4 MICROCAMPO DOS DESEJOS SEXUAIS			
	LEXIAS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
1.4.1 MASCULINOS	Libidinosos instintos	loc. subst. ‘desejos sexuais’	“[...] usando de violencias que impossibilita-/ ra de defender-se e resistir, [satisfazia] a / seus <b>libidinosos [instintos]</b> como se vê [...]” (f.2r, l. 18-20)
	Desejos	s.m. ‘desejos sexuais’	“[...] João consumasse os seus <b>desejos</b> [...]” (f.9v, l.21)
	Fim Libidinoso	loc. adj. ‘desejo sexual’	“[...]se houve violen=/ cia para o <b>fim libidinoso.</b> ” (f. 13r, l.5-6)

**Quadro 6:** Relação de Lexias que compõem o microcampo dos **Qualificadores**

1.5 MICROCAMPO DOS QUALIFICADORES			
	LEXIAS	DEFINIÇÕES	EXEMPLOS
1.5.1 FEMININOS	Honra	s.f. ‘Castidade. Virgindade’.	“ [...] Maria / Possidonia de Jesus, ofendida em sua / <b>honra</b> pelo indevidou de nome João / Barbosa [...]” (f. 5r, l. 15-18)
1.5.2 MASCULINOS	Ofensor	adj. ‘o que ofende, tira a virgindade’	“[...] tendo elle <b>offensor</b> em / companhia de Rozendo ido a caza / de Manoel Lopes [...]” (f.11v, l.15-17)

#### 4. Para finalizar

O processo crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus, por ser um registro de um “crime sexual” nos permite “trilhar pelos ramos da sexualidade” e, para executarmos esta trilha, nos foi essencial utilizar a Filologia – para compreender, restituir o *corpus* e as

histórias contidas nele, além de nos debruçarmos na Lexicologia – para estruturarmos o léxico referente à sexualidade.

Salientamos, porém, que o estudo com o *corpus* não foi exaustivo. Intentamos, neste artigo, mostrar o texto como principal objeto da Filologia, seus aspectos intrínsecos e extrínsecos, parte da edição semidiplomática, bem como a organização do vocabulário a partir da Teoria dos Campos Lexicais.

### Referências Bibliográficas

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In: TEXEIRA, Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos (Org.) *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 213-225.

\_\_\_\_\_. *Campos lexicais no livro de cozinha da Infanta D. Maria*. 2003. 431f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Vers. esp. de Marcos Martinez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977.

MINIDICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Instituto Antônio Houaiss de lexicografia e bancos de dados da língua portuguesa. 2. ed. revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de [1916], *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas da linguagem jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX*. 2009. 413f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

## PIEIDADE DE QUEM?

Angelita Heidmann CAMPOS (EPPMFST) <sup>208</sup>

Grasiela Veloso dos SANTOS (UFMT) <sup>209</sup>

Elias Alves de ANDRADE (UFMT) <sup>210</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta a edição semidiplomática, comentários codicológicos e paleográficos e função transcendente de um documento produzido em 27 de julho de 1794, em Mato Grosso, denominado “Bando do governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres”, que ordenava que os senhores tratassem bem os seus escravos fugitivos, bem como prometendo punição aos servos que não voltassem para seus proprietários até setembro de 1794.

**Palavras-chave:** Filologia. Manuscritos. Edição. Função transcendente.

### 1. Introdução

O presente artigo está vinculado aos projetos de pesquisa: "Estudo do português em manuscritos produzidos em Mato Grosso a partir do século XVIII", do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – MeEL/IL/UFMT, e “Para a História do Português Brasileiro – Mato Grosso – PHPB-MT”.

Os objetivos deste trabalho são os de analisar, filologicamente, o Bando do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, apresentado conforme os critérios da edição semidiplomática, comentado codicológica e paleograficamente, bem como abordando a função transcendente.

### 2. Filologia

Conforme Ferreira (2009, p. 899), a filologia é o estudo da língua em toda a sua amplitude e dos documentos antigos que servem para documentá-la, concordando com Santiago-Almeida (2009, p. 224), que assegura:

No sentido mais amplo (*lato sensu*), dedica-se ao estudo da língua em toda a sua plenitude – linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, etc. – no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito, literário e não-literário [manuscrito e impresso].

No sentido mais restrito ou estreito (*stricto sensu*), concentra-se no texto escrito, primordialmente literário [antigo e moderno, manuscrito e impresso], para estabelecê-lo, fixá-lo ou restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.

<sup>208</sup> Mestra, sob a orientação do Prof. Dr. Elias Alves de Andrade, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem-Mestrado-IL/UFMT. Alta Floresta, Brasil. E-mail: angeliahsi26@hotmail.com.

<sup>209</sup> Mestranda, sob a orientação do Prof. Dr. Elias Alves de Andrade, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem-Mestrado-IL/UFMT. Sinop, Brasil. E-mail: grasinhas@hotmail.com

<sup>210</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem-Mestrado-IL/UFMT. Cuiabá, Brasil. E-mail: elias@ufmt.br

Segundo Spina (1977, p. 75) os objetivos da filologia variaram de acordo com a época, lugares e autores que a praticaram, mas sempre teve seu campo bem determinado já que filologia não existe sem o texto, acrescentando:

A Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. A explicação do texto, tornando-o inteligível em toda a sua extensão e em todos os seus pormenores, apela evidentemente para as disciplinas auxiliares (a literatura, a métrica, a mitologia, a história, a gramática, a geografia, a arqueologia, etc.), a fim de elucidar todos os pontos obscuros do próprio texto. Esse conjunto de conhecimentos complicados, dando a impressão de verdadeira cultura enciclopédica de quem os pratica, constitui o caráter erudito da Filologia.

### 3. Comentários codicológicos

Segundo Spina (1977, p. 22) e Cambraia (2005, p. 26), a codicologia estuda a técnica do livro manuscrito. Cabe a ela a descrição da escrita e da matéria escriptória, da produção do códice, de suas ilustrações e de todos os detalhes que o compõem, bem como a explicação das mudanças decorrentes da transmissão do texto.

Spaggiari (2004, p. 15-17) acrescenta que também é tarefa dessa disciplina a verificação do tipo de suporte utilizado, as medidas do objeto, sua composição no que se refere à formação, datação, conteúdo, tipo de letra e análise da habilidade do autor do códice, também chamado de copista ou amanuense.

Mesmo não se tratando de um códice, considerou-se interessante fazer esta análise, baseando-se no guia básico de descrição codicológica proposto por Cambraia (2005, p. 28) já que a dimensão do manuscrito é diferente da maioria dos documentos vistos, até então, no APMT (Arquivo Público de Mato Grosso) e também porque há filigranas e selo no documento escolhido.

**1. Cota:** Cuiabá, Arquivo Público de Mato Grosso, BR MTAPMT.SG. BO. 4289 CAIXA Nº 073.

**2. Datação:** 27 de julho de 1794, fólio 1r, linhas 29 e 30.

**3. Lugar de origem:** Arraial de Santa Ana, l. 27.

**4. Folha de rosto:** Folha A4 colada em uma cartolina dobrada ao meio, branca, divide-se em seis partes:

1) Brasão de Mato Grosso e identificação do órgão centralizados, em caixa alta, e na margem superior dentro de uma margem.

2) Definição de acervo, fundo e série, em negrito e caixa alta, à margem esquerda do editor

3) Ano, mês, dia e local

4) Assunto: Bando do governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

5) Palavras-chave: Escravo, Fuga, Quilombo, Expedição, Vila Bela da Santíssima Trindade, Arraial, Notícia, Isenção, Fiança, Castigo, Proibição

6) Referência Atual: BR MTAPMT. SG. BO. 4289 CAIXA Nº 073

| Referência Anterior: 52 Fundo: Governadoria Lata: 1794

\* Fora da margem existe a data em que possivelmente o documento foi organizado: 10/03/ 2011

**5. Suporte material:** papel (cartáceo) 120 mm, existem linhas d'água a cada 2,5 cm e duas filigranas: um brasão com escudo, coroa e arabescos e outra com letras. Pelo aspecto do

manuscrito acredita-se que o escriba tenha usado tinta ferrogálica, pois existem corrosões causadas por esta nas linhas 1, 2, 3, 4, 5, 14, 15, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 30 e 31. Outras alterações temporais como manchas de umidade e alguns danos causados pela má conservação e alguns insetos.

**6. Composição:** 1 fólho r com duas folhas coladas medindo 35 de largura por 43,6 de comprimento.

**7. Organização da página:** A mancha mede aproximadamente 32 cm de largura por 37,8 de comprimento, coluna única, 32 linhas em papel não- pautado; sem numeração ou paginação, bem como reclamos, assinatura na linha 32 (ausência ou presença, sistema)

**8. Particularidades:** A primeira e a quinta linha são escritas com letras maiores do que no restante do texto. Na margem esquerda do editor existe um carimbo feito com papel e vela vermelha. Possivelmente dentro desta marca vermelha exista um brasão, impossível identificar a olho nu. Mesmo sendo escrito com letra humanística, ainda há presença de traços góticos e ramistas, como por exemplo: S caudado , d gótico  e I no lugar do J . Analisando o *corpus* do texto, percebe-se que o amanuense escreve com regularidade quanto às linhas e mantém *ductus*. Assim, acredita-se que o texto tenha sido produzido por um escriba profissional.

**9. Conteúdo:** identificação dos textos do códice por fólho (s), informando autor e obra.

### 3.1 As filigranas ou marcas d'água



São sinais impressos na trama do papel que servem para marcá-lo, revelando legendas ou figuras, com os objetivos de inibir a falsificação e garantir a autenticidade de selos postais, dinheiro e documentos oficiais. Através delas é possível datar e determinar o tamanho e qualidade do papel.

As figuras mais comuns são pequenas coroas, estrelas, árvores, animais e símbolos nacionais como brasões.

Podem ser observadas contra a luz, a olho nu, ou por meio de alguns detectores mecânicos de filigranas, ainda não disponíveis no APMT.

Ferreira (2009, p.898) afirma que filigrana além de marca d'água também pode ser chamada de contra marca quando a conceitua como:

Letreiro ou desenho, geralmente emblemático, visível por transparência numa folha de papel, produzido por diferenças de espessura ocasionadas pela pressão da massa sobre uma composição de fios metálicos e que representa em regra a marca do papeleiro, mas também uma efigie, às vezes a meio tom, em papéis destinados a cédulas, selos, etc.

### 3.2 O selo real



Assim como as filigranas, o selo em cera, muito usado entre os séculos XIII e XVIII, serve para atestar, reconhecer e comprovar a autenticidade de um documento.

Era feito por um anel (utilizado por reis, *cancelarius* ou altos funcionários da coroa como os governadores das capitânicas) que marcava a cera ou lacre, assegurando a veracidade da mensagem ou documento.

Atualmente, tem-se a Esfragística, ciência que estuda a autenticidade de um documento e explica o uso de determinadas figuras e até a classe social a que pertencia o indivíduo que carimbou determinado documento. Como também a Sigilografia, ciência que estuda sinetes, selos, bulas, matrizes e carimbos secos.

## 4. Comentários paleográficos

### 4.1 Características ortográficas

Fac-símile	Transcrição	linha	Fac-símile	transcrição	linha
<b>I como J</b>			<b>Uso do Z em vez do S</b>		
	<Ioaõ>	(1.1, 2)		< prezente >	(1.6 e 16)
<b>Uso do acento agudo no lugar da crase</b>			<b>Ausência de fronteiras</b>		
	<áque >	(1.22)		<deSua>	(1.2)
<b>Uso do til na semivogal</b>			<b>Consoantes geminadas</b>		
	<taõ>	(1. 10)		<VillaBella>	(1. 15)
<b>Uso da bráquia</b>			<b>Consoantes mudas</b>		
	<Mez>	(1. 15)		<damnos>	(1. 6)
<b>Uso da vírgula antes da conjunção aditiva "e"</b>			<b>Paroxítonas sem acentuação gráfica</b>		
	<,eaprehendidos>	(1.23)		<secretario>	(1. 30)
<b>Ditongos formados com y em vez de i (semivogal)</b>			<b>Palavras grafadas com 'aes' em vez de 'ais'</b>		
	<Arrayaes>	(1.15)		<Reaes>	(1. 4)
<b>Uso do E no lugar do I</b>			<b>Uso do h para indicar vogal tônica</b>		
	<Lemites>	(1. 3)		<athe>	(1. 15)
<b>Uso do S em vez do Ç</b>			<b>Palavras separadas</b>		
	<lan/sado>	(1. 27/28)		<des obediente>	(1. 25)

### 4.2 Abreviaturas

<b>Por Sigla</b>			<b>Por Síncope</b>				
	S.	<Saõ>	(1. 2)		Albuq. <sup>c</sup>	<Albuquerque>	(1. 32)

## 5. Funções da filologia

A filologia, segundo Spina(1977, p.77), possui três funções:

1<sup>a</sup>) *Função substantiva*: concentra-se no texto para explicá-lo, restituí-lo à sua forma genuína e prepará-lo tecnicamente para a publicação; 2<sup>a</sup>) *Função adjetiva*, em que ela deduz do texto, aquilo que não está nele: a determinação de autoria, a biografia do autor, a datação do texto, a sua posição na produção literária do autor e da época, bem como a sua avaliação estética (valorização); 3<sup>a</sup>) *Função transcendente*, em que o texto deixa de ser um fim em si mesmo da tarefa filológica para se transformar num instrumento que permite ao filólogo reconstituir a vida espiritual de um povo ou de uma comunidade em determinada época. A individualidade ou a presença do texto praticamente desaparece, pois o leitor, abstraído do texto, apenas se compraz no estudo que dele resultou. É importante observar, na função substantiva do labor filológico, o seu caráter erudito; na função adjetiva, etapas de investigação literária; e na função transcendente, a vocação ensaística do filólogo, em busca da história da cultura.

### 5.1 “Os negros da terra”: os escravos no século XVIII

Com a descoberta do ouro no rio Coxipó-Mirim, precisou-se de novas mãos para trabalhar na mineração em Mato Grosso. Chegaram então os primeiros escravos de origem africana, que mais tarde se tornaram também ajudantes dos engenhos de açúcar e das fazendas de lavouras.

Houve uma forte resistência à escravidão por parte destes e por esse motivo fugiam constantemente, às vezes em grupo, às vezes sozinhos. A fuga era uma forma de escapar dos maus tratos de extrema violência física e moral. Os escravos fugidos juntavam-se e formavam os chamados quilombos. Uma das regiões em que houve maior concentração desses escravos fugidos foi em torno do vale do Rio Guaporé.

Aos fugidos, os castigos eram frequentes, marcados com açoitamentos no tronco que, por vezes, ocasionavam a morte precoce destes. O castigo era uma forma de dominação sobre o corpo do “outro”, esse outro que chamavam de “miseráveis” e “infelizes homens”. As punições serviam como forma de repreensão e pedagogização por seus atos, pois deveriam ter disciplina e também educação.

Na época, a escravidão fazia parte do sistema socioeconômico e os castigos aplicados não tinham a função, na maioria das vezes, de destruir os negros, mas sim de obrigá-los a produzir mais e respeitar as relações de poder do senhorio.

Percebe-se no manuscrito apresentado que os serviços dos escravos eram de suma importância e a falta destes acarretava o mau funcionamento do sistema senhorial. Pois, com o passar do tempo os escravos assumiam várias funções na sociedade da época, atividades que iam desde trabalhos na mineração a trabalhos de ganho (dados aos servos que residiam nas cidades e vendiam a produção dos patrões a outros moradores dali) além dos escravos domésticos.

Os quilombos eram um dos únicos refúgios para essas pessoas, o mais famoso em Mato Grosso foi o Piolho ou Quariterê, que segundo Siqueira (2002), foi erguido entre os anos de 1770/1771. Não só negros constituíam esse quilombo, mas índios, crioulos e caburés. João de Albuquerque Pereira e Cáceres foi um dos protagonistas na luta contra a formação quilombola, segundo Siqueira (2002, p.123):

Preocupado com a formação de novos quilombos no rio Piolho, o capitão-general de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, resolveu criar uma aldeia no exato lugar onde, antes erguera o Quilombo de Quariterê ou do Piolho. Para isso, libertou vários casais de velhos escravos e os enviou para residir ali. Esse lugar recebeu o nome de Aldeia Carlota, em homenagem à rainha de Portugal, D. Carlota Joaquina.

Outros quilombos foram surgindo e com eles mais resistência às diligências enviadas contra os mesmos, o Quilombo Mutuca, Pindaituba, Sepoutuba entre outros, citados por Elizabeth Madureira (2002). Apesar das perseguições e destruições muitos quilombos se formaram até a abolição em 1888.

Mesmo depois da abolição da escravatura, a escravidão não cessou de fato. Na contemporaneidade, o tema da escravidão ainda é debatido, agora no sentido de não haver mais uma exploração direta, como era no tempo dos senhorios, mas ela se faz presente principalmente em locais retirados dos grandes centros, como fazendas longínquas. Os escravos modernos não são apenas negros, mas pessoas oriundas de várias etnias e com grau baixo de alfabetização e que talvez por esse motivo são mais vulneráveis à exploração e ao abuso. As pessoas submetidas a esse tratamento muitas vezes ‘sobrevivem’ em condições precárias de vida.

Veja ou outra, os noticiários apresentam a exploração de seres humanos no trabalho agreste, fato não muito estranho no estado de Mato Grosso, que está entre os destaques nesse tipo de ocorrência, são citados fazendeiros que foram presos por manter funcionários em estado de escravidão, esses fazendeiros em sua maioria são pessoas urbanas e com acesso jurídico. O trabalho escravo é considerado crime contra os direitos humanos que prevê que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, o que não se concretiza de fato. São duas as características do trabalho forçado: a coação e a negação da liberdade.

O artigo 149 do código penal, Lei nº 10803 de 11 de dezembro de 2003, define as condições análogas ao trabalho escravo. Tal fato criminoso recebe o nome de “plágio”, que significa a sujeição de uma pessoa ao domínio de outra:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto [...].

Aqui foram abordados apenas alguns aspectos relacionados à escravidão em Mato Grosso, que não é fato novo de discussão. Houve uma tentativa de abstração do texto original tratado aqui, que é o manuscrito de 1794, com apontamentos históricos e atualização do tema, caracterizando a função transcendente da filologia.

## 5.2. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres

Foi o quinto governador-geral da Capitania de Mato Grosso. Chegou a Vila Bela da Santíssima Trindade em 16/10/1789, entretanto demorou mais de um mês para assumir o cargo porque estava doente. Considerado prepotente, vaidoso, doente e com um modo de governar muito inferior a de seu irmão e antecessor Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Dentre suas poucas ações foram realizados o fim da Comissão Demarcadora de Limites, a construção do cais sobre o rio Guaporé, o incentivo à exploração das Minas do Cabaçal, a prisão do padre Domingos da Silva Xavier, irmão de Tiradentes e a destruição do Quilombo Mata Piolho. Faleceu, vítima de malária, no dia 29/02/1796, antes da chegada de seu sucessor Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

## 6. Edição semidiplomática

A edição semidiplomática é denominada de paleográfica por Cambraia (2005, p. 95-96) e de diplomático-interpretativa por Spina (1977, p. 78-79), contudo ambos concordam que existe um grau baixo de intervenção do editor no texto, que se resume praticamente ao desdobramento das abreviaturas, mantendo-se todos os demais aspectos do testemunho como nos originais.

### 6.1. Critérios de transcrição semidiplomática

Para a edição semidiplomática dos documentos, serão utilizados critérios semelhantes aos estabelecidos no II Seminário para a história do Português, realizado em Campos do Jordão no período de 10 a 16 de maio de 1998, que também foram publicadas em Mattos e Silva (2001):

- a) As fronteiras das palavras, a pontuação, a acentuação e o emprego das maiúsculas e minúsculas serão mantidos, bem como não se introduzirá sinal onde não existe;
- b) Os caracteres de leitura duvidosa são transcritos entre parênteses ( );
- c) As linhas são numeradas, na margem esquerda, continuamente de cinco em cinco;
- d) O ‘s ‘caudado  será transcrito como ‘s’;
- e) As abreviaturas serão desdobradas, marcando-se com itálico as letras nelas omitidas;
- f) As leituras por conjecturas serão marcadas por [( )];
- g) As palavras impossíveis de ler serão apontadas como [ilegível];
- h) Intervenção de terceiros será indicada por [[ ]];
- i) O tamanho da letra da transcrição será reduzido para nove, para que a contagem das linhas seja idêntica à do manuscrito.

### 6.2. Edição semidiplomática

Transcrição 1- Fólio 1r	
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: BR MTAPMT.SG. BO. 4289 CAIXA N° 073	
ASSUNTO	Bando do governador da Capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, ordenando que os senhores perdoassem os escravos fujões e para que estes voltassem para os seus donos até setembro de 1794 para não serem punidos rigorosamente conforme a lei.
LOCAL	Arraial de Santa Ana
DATA	27 de julho de 1794
ASSINATURA	Idiógrafo

	Ioão d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres; do Conselho de Sua Magestade; Cavalheiro na Ordem de São João de Malta; Governador e Capitão General desta Capitania; e nos Limites della Encarregado da Expedição das Reaes Demarcaçãoens [ <u>ilegível</u> ]
5	Faço saber a todas as Pessoas desta Capitania, que sendo-me presente, e geralmente constante os graves danos, e fadigas, que experimentão todos os Escravos fugidos que vivem expostos ás Calamidades, e continuados riscos que se experimentão nos Matos, aban donados á barbaridade, como Salvages, sem auxilio nem para a alma, nem para o corpo: e compadecendo-me da miseravel vida que leuão estes infelizes Homens, Vassallos de Sua Magestade
10	etendo por outraparte tão bem em vista o irreparavel prejuizo que tem seus Senhores com as suas fugas, praticadas talvez muitas vezes inconcideradamente, e sem reflexão; das quaes naturalmente estaraõ muitos deles arrependidos, e temerosos de voltarem para as Casas ou poder dos mes=

	mos Senhores, temendo o justo Castigo que merecem; por cuja [[,]] rezaõ deixaraõ d'ofazer: [[x]] Hey por bem que todos os ditos Escravos que se acharem fugidos e aquilombados aqualquer distancia de
15	VillaBella e dos seus Arrayaes, edestrithos, que serecolherem athe o ultimo dia do Mež de Setembro do presente anno, sejaõ recebidos por seus Senhores, com todo, o amor, e agazalho Como senunca tivessem fugido, ainda que asua Auzencia seja depoucos, ou muitos Annos e que assim farei cumprir e observar; debaixo de cuja certeza podem seguramente voltar (sem) receyo algum garantidos do meu Patrocinio e segurança; dentro do referido tempo dedois me[(zes)]
20	d' Agosto e Setembro referidos: Outro sim sou Servido de declarar que todos aqueles que dentro do dito tempo senaõ aproveitarem desta pia intençãõ, e indulgencia seraõ depois tratados com todo o rigor das Leis por via das eficazes deligencias, ãque mandarei Logo proceder; passando as Ordens neccessarias para serem perseguidos, maltratados, e aprehendidos sem entãõ merecerem piedade alguma, como Homens naõ sãõ inimigos desi proprios, mas prejudiciaes á Republica,
25	des obedientes ás minhas Ordens, e de Sua Magestade. E para que venha á noticia de todos, mandei passar este Bando, Sellado com o Sinete de minhas Armas, que serãõ lido e lido a Som de Caixa neste Arrayal de Santa Anna; onde me acho; e nos mais áque competir; para depois ser registado na Secretaria do Governo, e fixado na Caza da minha rezidencia: Dado e passado neste dito Arrayal de Santa Anna aos vinte e Sete de Julho de mil setecentos e noventa e quatro. O Secretario do Governo Ioaquim Iozé Cavalcanti d'Albuquerque Lins o fez escrever.
	<João d'Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.> (selo real) *No verso consta apenas 1794

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, E. A. *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX*: edições fac-similar e semidiplomática. 2007. 435 páginas. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, FFLCH/ USP, ISSN 1517-4530, volume I, nº 10/11, p. 149-172, 2010.

\_\_\_\_\_. Cotejo de manuscritos do século XIX. *Revista Caligrama*, Belo Horizonte, v. 15, nº 2, p. 161-187, 2010.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa* Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 4ª ed. Curitiba: Ed. Positivo; 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. Revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MATTOS & Silva, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro*; Vol II: Primeiros estudos. São Paulo: Humanitas / Fapesp, 2001.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Guaicurus, 1991.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Revivendo Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC, 1997.

SPAGGIARI, Barbara. *Fundamentos da crítica textual*/ Barbara Spaggiari, Maurizio Perugi. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: editora Cultrix, 1977.

<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=185>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

<<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/L10803.htm>>. Acesso em: 05 de jun. 2011.

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI351020-EI306,00->

[Mato+Grosso+lidera+ranking+do+trabalho+escravo.html](http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI351020-EI306,00-Mato+Grosso+lidera+ranking+do+trabalho+escravo.html)>. Acesso em: 05 jun. 2011.

<http://www.girafamania.com.br/girafas/girafa-selos.html>>. Acesso em: 05 jun. de 2011.

<<http://www.clubefilatelicodobrasil.com.br/artigos/atecnicos/filigranas.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

## SINAIS DE PONTUAÇÃO EM MANUSCRITOS DOS SÉCULOS XVIII E XIX ENCONTRADOS EM MATO GROSSO

Ana Maria Alves Rodrigues DE PAULA<sup>211</sup>(UFMT)

**Resumo:** Este artigo analisa os sinais de pontuação presentes em manuscritos dos séculos XVIII e XIX, que foram transcritos e analisados em seus aspectos filológicos e ortográficos, em dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem do Instituto de Linguagens – UFMT. Nesses manuscritos, pertencentes ao período de 1777 a 1843, em Mato Grosso, foram observadas ocorrências de pontuação que, conforme Spina (1977, p. 44), mesmo considerando o período como moderno, “era um verdadeiro caos”. Inicialmente apresentaremos uma pequena referência histórica do período, para contextualizar os manuscritos, seguidas de ocorrências de pontuação, considerações finais e referências bibliográficas.

**Palavras-chave:** Pontuação. Manuscritos. Filologia.

### 1. Introdução

Os documentos analisados neste artigo foram estudados durante a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem – MeEL/IL/UFMT, sob orientação do Prof. Dr. Elias Alves de Andrade.

São manuscritos encontrados e cedidos pelo Arquivo Público de Mato Grosso e editado sem fac-símiles<sup>212</sup>, acompanhados de edição semidiplomática<sup>213</sup>, conforme critérios filológicos, mantendo-se, ao máximo, a proximidade com o original, que neste artigo se apresentarão apenas excertos dos mesmos; são compostos de 50 fólios, em 23 documentos de cunho oficial, ou seja, fazem referência aos governos da capitania e, depois, província de Mato Grosso, datados de 1777 a 1843, constituídos de 10 cartas, 1 requerimento, 2 informações, 1 auto de inventário, 1 instrumento em pública forma, 1 representação de defesa, 1 apresentação de servidor público, 1 apresentação de projeto de dízimos, 1 ofício ao governador encaminhando relatório de professor, 3 cartas de solicitações de militares aos seus superiores e 1 atestado de saúde de militares, todos referentes dois momentos históricos do Brasil e do Mato Grosso: o colonial e o imperial.

A edição de documentos manuscritos é importante por ser uma das formas de preservação que permite disponibilizá-los a um grande número de pesquisadores. Cambraia (2005, p. 19 e 20) afirma:

Considerando que, após se ter restituído à forma genuína de um texto escrito, ele é, via de regra, publicado novamente, contribui-se também, assim, para a *transmissão e preservação desse patrimônio*: colabora-se para a transmissão dos textos, porque, ao se publicar um texto, este se torna novamente acessível ao público leitor; e contribui-se para a sua preservação, porque se

---

<sup>211</sup> Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá (MT), Brasil. Mestre em Linguagem. Email: anamaria\_arpaula@ufmt.br

<sup>212</sup> Fac-símile é a fotografia do manuscrito feita em câmera digital e transferida para computador.

<sup>213</sup> Edição semidiplomática caracteriza-se pela transcrição em tipos de computador, respeitando os originais quanto ao uso de maiúsculas, acentuação, separação ou junção silábica, apenas com o desenvolvimento, em itálico, das abreviaturas, com numeração de linha de 5 em 5, apresentada de forma justaposta ao fac-símile para facilitar o cotejo entre as edições .

assegura sua subsistência através de registros em novos e modernos suportes materiais, que aumentarão sua longevidade.

Além disso, os manuscritos editados podem ser utilizados nos mais diferentes estudos linguísticos e em outras áreas afins, seja para estudar a língua utilizada em determinada época, em seus aspectos ortográficos, morfológicos, sintáticos e semânticos, necessários à recuperação da história de uma língua, seja como fontes importantes da história, da sociologia, da antropologia ou de qualquer área do conhecimento que utilize como fonte o texto escrito.

A partir de 1748, a capitania de Mato Grosso foi desmembrada da de São Paulo, com a designação do seu primeiro capitão-general. Somente em 1825, três anos após a independência do Brasil, o imperador nomeou o primeiro presidente da Província de Mato Grosso, já mais organizada e mudando sua capital de Vila Bela da Santíssima Trindade para Cuiabá; os manuscritos tratam de cartas e outros documentos de juizes, militares e até professores aos capitães-generais da capitania e aos presidentes da província de Mato Grosso.

## 2. Pontuação

Cambráia (2005:124) define os sinais de pontuação como “caracteres não alfabéticos” que são utilizados para a marcação de pausas na leitura. Inicialmente, a pontuação nos primeiros escritos gregos era inexistente e sem espaços intravocabular. Cabia ao leitor a colocação das pausas na leitura oral. Depois, acrescenta Desbordes,(1990:236, *In* Rocha, 1996:3), que

Os gregos, ao que parece, usaram vários sistemas para pontuar, alguns deles concomitantemente. Há referência a um sistema mais simples de dois termos - *distinctio/subdistinctio* - que marcava dois tipos de descontinuidade. A primeira indicação gráfica marcava descontinuidade entre dois enunciados completos e era usada para *separar*. A segunda era para *subseparar* ou *separar levemente* e mostrava descontinuidade entre *partes* de um enunciado, ainda incompleto.

Acioli (1994, p. 53) afirma que “atribui-se a criação dos sinais de pontuação ao gramático Aristófanes, nos meados do século III a.C.”. Mas ela não foi utilizada ainda pelos séculos seguintes.

Cambráia (2005, p. 124) acrescenta que “os manuscritos medievais portugueses, os sinais mais comuns são o ponto e a barra inclinada, mas acham-se, também, em certos testemunhos, sinais como o ponto-e-vírgula invertido, o ponto de interrogação e o hífen, além de diferentes combinações entre sinais.”

Somente partir do século XVI, com o advento da tipografia, começa a se fixar a pontuação como usamos hoje, reitera HIGOUNET (2003, p. 153).

Atualmente, as gramáticas enfatizam a pontuação tanto a marcação de pausas quanto aspectos sintáticos: Para ROCHA LIMA (2010, p.551), a pontuação é considerada como

As pausas rítmicas, – assinaladas na pronúncia por entoações características e na escrita por sinais especiais – ,são de três espécies:

1. Pausa que não quebra a continuidade do discurso, indicativa de que a frase ainda não foi concluída. [...]
2. Pausa que indica o término do discurso ou parte dele. [...]
3. Pausa que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo. [...]

Em CUNHA (2007, p.373) observamos uma definição de pontuação próxima a de Rocha Lima, mas que subdivide em apenas dois grupos: os que marcam “pausas”, como a vírgula, o ponto e ponto e vírgula e os que marcam a “melodia”, como os dois-pontos, o ponto de interrogação e ponto de exclamação.

Nos manuscritos brasileiros dos séculos XVIII e XIX, Acioli (1994, p. 63) anota que “a pontuação resume-se a vírgula, ponto e vírgula e ponto, às vezes transformados em traços oblíquos. Geralmente os períodos são longos”.

### 3. Pontuação nos manuscritos

A pontuação presente nos fólhos estudados realmente confirma ao que diz Acioli (1994, p. 53). Observa-se que neles as ocorrências de vírgula, ponto e ponto-e-vírgula são as mais frequentes, observando que não foi encontrada nenhuma ocorrência de ponto de exclamação e apenas um manuscrito apresenta o ponto de interrogação, o que pode estar relacionado com a tipologia dos textos (documentos oficiais) e não necessariamente como constatação de que não se usava estes sinais. Passamos abaixo as anotações das ocorrências encontradas.

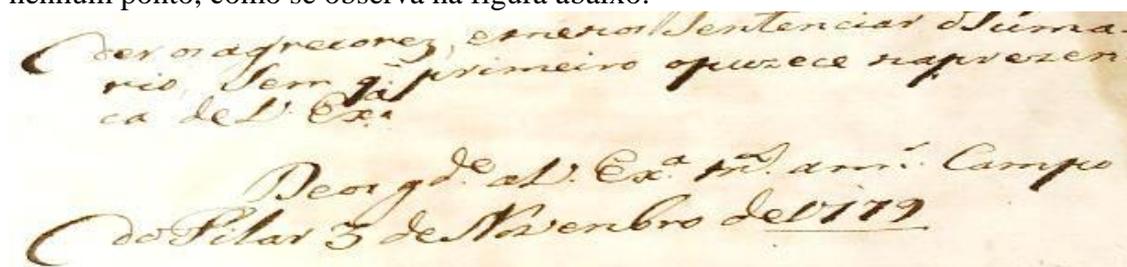
#### 3.1. O ponto

O ponto final<sup>214</sup> foi utilizado, nos manuscritos analisados, mais do que o ponto parágrafo, que, às vezes, aparece marcado apenas pelo espaço entre final da linha e a linha seguinte.

O ponto aparece ao final do texto, constituído apenas de um parágrafo, com exceção dos manuscritos 09, 11, 12, 14 e 17, que apresentam vários parágrafos, todos terminados em ponto. Como esta sequência foi organizada por ordem de data, observa-se que, ao final do período estudado, o uso do ponto parágrafo passa a ter maior ocorrência.

Assim, observando o Ms 1 F1r<sup>215</sup>, (anexo único), o mais antigo dos manuscritos, não há registro de parágrafos; o texto se constitui apenas de um parágrafo, característica comum à maioria dos documentos no período.

Mas ocorre ponto ao final do texto assim como no Ms 2. Já o Ms3 não apresenta nenhum ponto, como se observa na figura abaixo:



“[...] der os agrecores, emenos Sentenciar oSuma- | rio, Sem que primeiro opuzece naprezen- | ca de Vossa Excellencia | Deos guarde aVossa Excellencia muitos annos Campo | doPilar 3 de Novembro de1779”

O manuscrito 09, datado de 1813, é o primeiro do período estudado a apresentar ponto seguido do espaço do parágrafo:

<sup>214</sup> O ponto foi chamado de *kolon* pelos gregos e *demembrum* pelos romanos representando uma pausa longa (ponto parágrafo ou final). (ACIOLI, 1994, p. 53)

<sup>215</sup> Ms1 F1r – ler Manuscrito 1, Fólio 1 *rectum* (frente)

que foram fazer deprender Delgadillo, que  
 nam podem tar dor aqui oito dias.  
 Este receio fas com que eu nom  
 possa ja mandar sobir estes dous homens,

“[...]que foram fazer deprender Delgadillo, que | nom podem tardar aqui oito dias.  
 Este receio fas com que eu nom | possa já mandar sobir estes dous homens, [...]”

O Ms 11, que é uma carta dos oficiais da câmara de Vila Bela ao governo da junta provisório, datado de 1822, também apresenta ponto final com apenas um parágrafo, mas acrescenta o espaço na linha seguinte.

va Purificação na forma que sempre sepra-  
 ticou.  
 Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos

“[...] va Purificação na forma, que sempre sepra- | ticou.  
 Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos [...]”

Registra-se ainda a ocorrência do ponto para marcar as abreviaturas, não presentes nas transcrições, pois as abreviaturas foram desenvolvidas, conforme critérios da transcrição semidiplomática utilizados.

### 3.2. A vírgula

A vírgula, conforme ACIOLI (1994, p. 94), era utilizada com valor de pausa breve denominada “de *koma* para os gregos e *incisium* para os romanos”. As gramáticas sempre delimitam o uso tendo em vista a separação de termos da oração e de orações do período, mas não descartam a ideia de pausa breve.

Nos manuscritos estudados, a vírgula ocorre com muita frequência em todos eles, nem sempre com o objetivo de separar elementos de sintaxe, mas como necessidade de pausas na leitura; Como exemplo, observa-se que no Ms 1 (anexo) apresenta apenas um ponto final contra dezessete ocorrências da vírgula.

A seguir alguns excertos com ocorrências de usos como separar enumerações, orações introduzidas por **que** ou **quem** e, o caso mais comum, anteposta à conjunção **e**, esta última de ocorrência constante em todo o *corpus*:

Ms 1

pelos disturbios, que praticava no Descoberto de Saõ

“ [...] pelos disturbios, que praticava no Descoberto de Saõ [...]”

Ms 4

top, me embebera com a delicia, q' se oinela  
 (vario, deling de to' orovos em culto, e faren  
 do v abom com pouca, test. 1 xoyo micor o d)

“[...] tos, me com Sederei obrigado ade Vassar, quem fose o in Sen | diario, e delinquente de taõ roro zo em Sulto, e fazen | do- oa Sim Com poucas testemunhas logo mivi obrigado [...]”

Ms 6

“[...] Decima Lipes, meia Libra, hũa Onça, eduas Oitavas [...]”

### 3.3. O ponto e vírgula

O ponto-e-vírgula é utilizado, nos documentos estudados, para separar períodos, principalmente ou orações, quase que com valor de ponto, em poucas ocorrências, como em:

Ms 7

“[...] mais para que tinha feito estes em leios; Eu agora acabo de [...]”

Ms 7

“[...] aelli acarta que metinha escrito, merecomendando a fazenda | eeu lhe dava parte da distribuissã dellá; e agora heque [...]”

Ms 20

“[...] as quaes fãrãõ pagas de soldos té fins de Março, e de | etapes té fins de Junho do anno findo; e como tenho de [...]”

### 3.4. O ponto de interrogação

Apenas no Ms 13, 73 e 93, verificamos a presença de três interrogação diretas pontuadas, como abaixo:

“[...] lugar de suspeiçãõ; e se esta não ti- | nha lugar, como tinha lugar a im- | Putaçãõ, e consequentemẽ a sus- | pensãõ? [...]”

na Provincia. Onde teria esta preterição  
a sua razão suficiente? Seria acaso  
em ineptidão, ou em desconhecida  
adhesão ao Sistema Constitucional?

“[...] a sua razão suficiente? Seria acaso | em ineptidão, ou em desconhecida adhesão ao Sistema Constitucional? [...]”

### 3.5. Dois pontos

Utilizado como ponto ao final de períodos, mas do que para introduzir enumerações ou explicações, como pode-se observar nos recortes abaixo:

Ms 1

adedesterro, e prezente mente Setrate demandar povoar | aembocadûradoMondego: D. Ex. av. ta de referido  
determinará oq. achar mais justo aresp. de te

“[...]adedesterro, e prezente mente Setrate demandar povoar | aembocadûradoMondego: Vossa Excellenciaaconta do referidoldeterminará o que achar mais justo a respeito deste [...]”

Ms 4

Bom queria eu remeter em | cluzaadeVassa para Vossa Excellencia Ser mais bem Si= | ente da referida culpa: mas Como pellaauzencia[...]

“[...] Bom queria eu remeter em | cluzaadeVassa para Vossa Excellencia Ser mais bem Si= | ente da referida culpa: mas Como pellaauzencia[...]

### 3.6. Barras

No Ms 4observou-se a presença de barras separando expressões explicativas, com valor de parênteses:

de algumas testemunhas referidas/ que por força ande ser | perguntadas/ Se não tem  
ainda finalizada | onaõfasso nesta ocaziaõ [...]

“[...] de algumas testemunhas referidas/ que por força ande ser | perguntadas/ Se não tem ainda finalizada | onaõfasso nesta ocaziaõ [...]

Ainda foram observadas barras simples ou duplas vírgulas ao final das datas, com valor de ponto final:

Ms 16

“[...] do Rio de Janeiro em 13 de Novembro de 1830% [...]”

Ms 7

“[...]Francisco Xavier em 28 de *Outubro* de 1811//em que respondi [...]”

### 3.7. Parênteses

O único caso encontrado em todo o corpus, separando expressão em latim, aparece no Ms 13:

“[...]cazo em que tivesse havido pronun- cia (quod habsit) haveria pro ventu-[...]”

### 4. Considerações Finais

Na análise dos fólios foram encontradas ocorrências do ponto final, no texto sem parágrafo e ainda textos sem nenhum ponto, contudo, as vírgulas são utilizadas com frequência, com preocupação maior das pausas na leitura e no entendimento do texto, do que com a preocupação com a sintaxe. Assim, quase todas as orações vêm separadas por vírgula e no mesmo texto algumas não o são, o que demonstra a colocação muito mais pelo sentido do que pela sintaxe. Outros pontos foram encontrados mais esporadicamente. Percebe-se a necessidade da pontuação em vista do entendimento de quem lê, como afirma ROCHA,(1996, p. 8):

encontramos que nos séculos XVII e XVIII, embora ainda vigorando aquelas duas orientações, a pausal e a gramatical, era a segunda a que, de fato, importava. E mesmo parecendo que a teoria pausal era a mais difundida, surgia a ideia de que a pontuação tinha um papel lógico a desempenhar. Na verdade, as duas orientações mais se complementavam do que se opunham.

A tradição manuscrita, por ser individual, não apresentou pontuação cuidada, principalmente até metade do século XIX. Com o desenvolvimento da tipografia, fixaram-se as recomendações dos gramáticos; hoje, ainda, pode-se observar esse cuidado com a pontuação nas recomendações dos manuais de redação dos grandes jornais e editoras.

### Referências Bibliográficas

ACOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia*. UFPE/Editora Universitária/Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, Recife, 1994.

- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- CUNHA, Celso. *Gramática do Português Contemporâneo*, Lexikon, Porto Alegre/RS, 2008.
- HIGOUNET, Charles. *História Concisa da Escrita*. Parábola Editorial, São Paulo, 2003.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. José Olympio, Rio de Janeiro, 2010.
- ROCHA, Ílta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501997000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501997000100005). Acesso em 11/ abr/2013.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica*. Cultrix/USP, São Paulo, 1977.

## Anexo

Transcrição 1 –Ms 1 – Fólio 1r -	
Identificação	BR.APMT.CVC.JF.CA. 0436 CAIXA Nº 009 Acervo APMT - Fundo: Câmara da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá - Grupo: Juiz de Fora - Série: Carta
Assunto	Carta do Juiz de Fora da Vila do Cuiabá ao Governador da Capitania versando sobre sumário aberto contra preso por causar distúrbios.
Local	Vila do Cuiabá
Data	22 de janeiro de 1777
Assinatura	Autógrafo

respondida	<<22-01-77>> Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Ponho na Prezença de Vossa Excellencia o sumario incluso, que pro- cedi contra Angelo Caborê preso na Cadeã desta Villa 05 pelos disturbios, que praticava no Descoberto de São Francisco de Paula de Berepoconê, inquietando aquellos moradores, e acometendo os comhuã faca, que Supos to comprida, comprehendida na clasedas ar mas curtas, por cujo principio, e pela perturbação 10 feita entre Mineiros, em cujo exercicio se aplica ção no referido descoberto o prenunciado pri zao; e como me parece, que a Suamayor pena seja adedesterro, e presente mente Setrate demandar povoar 15 determinarã o que achar mais justo a respeito deste individuo, e dedois degradados mais vindos de Goyas para esta Capitania, que os deixei de reme ternaultimaparada quemeforementregues asguias inclusas depois de partida adita Par[ad]a 20 nesta forma poderaõ ser uteis, de que naprizaõ. Hê o que se me offerece dizer a Vossa Excellencia que Deos Guarde por muitos annos Villa de Cuyabã 22 de Janeiro de 1777. Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Governador, e Capitam General Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Caceres.
25	O Luis de Fora Super Intendente <Jose Carlos Pereira>

F1r

